



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
(PPGPPD)

**APLICATIVO BEM CUIDAR: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO INSTRUMENTO
DE POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL COM FOCO NOS PROFESSORES
DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ**

ARIANE PINHEIRO DE QUADROS

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2026



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
(PPGPPD)**

**APLICATIVO BEM CUIDAR: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO INSTRUMENTO
DE POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL COM FOCO NOS PROFESSORES
DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ**

ARIANE PINHEIRO DE QUADROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Foz do Iguaçu
2026

ARIANE PINHEIRO DE QUADROS

**APLICATIVO BEM CUIDAR: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO INSTRUMENTO DE
POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL COM FOCO NOS PROFESSORES DA REDE
ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA DE DEFESA

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Prof^a. Dr^a. Carmen Justina Gamarra
(UNILA)

Prof^a. Dr^a. Silvia Lima de Aquino
(UFRGS)

Foz do Iguaçu, 26 de fevereiro de 2026.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

Q1

Quadros, Ariane Pinheiro de.

Aplicativo Bem Cuidar: avaliação dos resultados do instrumento de política pública de saúde mental com foco nos professores da rede estadual de ensino do Paraná / Ariane Pinheiro de Quadros. - Foz do Iguaçu, 2026. 105 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu-PR, 2026.

Orientador: Gilson Batista de Oliveira.

1. Políticas públicas. 2. Saúde mental. 3. Professores - Paraná. 4. Trabalho docente. 5. Aplicativos móveis. I. Oliveira, Gilson Batista de. II. Título.

CDU 613.86:37.011.3-051(816.2)

RESUMO

Essa dissertação analisa os impactos do aplicativo Bem Cuidar, criado pela Secretaria de Educação do Paraná (SEED-PR) em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e agora (2026) sob o comando da Universidade do Centro-Oeste/PR (UNICENTRO), como política pública de promoção da saúde mental de professores da rede estadual do Paraná. Com abordagem qualitativa e documental, o estudo parte do contexto da precarização do trabalho docente e busca avaliar se a iniciativa contribuiu para a redução dos afastamentos por adoecimento mental. A dissertação tem como objetivo principal investigar como se deu a implementação do aplicativo entre 2022 e 2024, avaliando suas estratégias, adesão dos usuários e impactos percebidos na saúde mental dos docentes. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, exploratória, explicativa e documental, com base em dados institucionais fornecidos pela SEED-PR, além de fundamentação teórica sobre neoliberalismo, precarização do trabalho, saúde mental, trabalho docente e políticas públicas. Os resultados evidenciam uma expressiva demanda por atendimentos em saúde mental entre os docentes, com preferência pela consulta com especialistas médicos. Percebeu-se elevada aceitação do aplicativo Bem Cuidar e da recorrência de sintomas como ansiedade, estresse e impactos no desempenho profissional. Uma pesquisa, realizada pela UEL com 5.634 participantes, apontou a predominância de quadros de ansiedade (50,8% dos registros), seguida pela depressão (25,6%) e pela síndrome do pânico (10,6%), revelando a centralidade dos transtornos mentais no processo de adoecimento docente. Ainda, observou-se distribuição desigual dos cadastros entre os Núcleos Regionais de Ensino (NREs), indicando assimetrias regionais de acesso e fragilidades na implementação da política, possivelmente pelo não cumprimento da meta para capacitação. Apesar de sua relevância como estratégia de cuidado, o Aplicativo Bem Cuidar apresenta caráter paliativo diante da precarização estrutural do trabalho docente e da possível subnotificação do adoecimento mental nos dados oficiais. Por fim, cabe ressaltar que esse estudo contribui para o aprimoramento das políticas públicas de saúde mental docente ao evidenciar limites e potencialidades das ações existentes, destacando a necessidade de integrar o cuidado individual às condições de trabalho. Além disso, oferece subsídios que podem ser adaptados e replicados em outras redes de ensino, favorecendo a construção de estratégias mais efetivas e alinhadas às necessidades dos docentes da rede pública de ensino.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Precarização; Saúde Mental.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the impacts of the Bem Cuidar application, created by the Paraná State Department of Education (SEED-PR) in partnership with the State University of Londrina (UEL) and currently coordinated by the State University of the Midwest of Paraná (UNICENTRO), as a public policy aimed at promoting the mental health of public school teachers in the state of Paraná. Adopting a qualitative and documentary approach, the study is grounded in the context of the precarization of teaching work and seeks to evaluate whether this initiative has contributed to reducing work absences due to mental illness. The main objective is to investigate the implementation of the application between 2022 and 2024, assessing its strategies, user adherence, and perceived impacts on teachers' mental health. To this end, a qualitative, exploratory, explanatory, and documentary methodology was employed, based on institutional data provided by SEED-PR, as well as a theoretical framework addressing neoliberalism, labor precarization, mental health, teaching work, and public policies. The results reveal a significant demand for mental health care among teachers, with a preference for consultations with medical specialists over therapeutic approaches. The findings also indicate a high level of acceptance of the Bem Cuidar application, alongside the recurrence of symptoms such as anxiety, stress, and negative impacts on professional performance. The study, conducted by UEL with 5,634 participants, identified a predominance of anxiety disorders (50,8%), followed by depression (25,6%) and panic disorder (10,6%), highlighting the centrality of mental disorders in the process of teacher illness. An uneven distribution of registrations across Regional Education Centers (NREs) was also observed, suggesting regional disparities in access and weaknesses in policy implementation, possibly due to unmet training targets. Despite its relevance as a care strategy, the Bem Cuidar program presents a palliative character in the face of the structural precarization of teaching work and the possible underreporting of mental illness in official data. Furthermore, the Bem Cuidar program presents a palliative character in the face of the structural precarization of teaching work and the possible underreporting of mental illness in official data. The study contributes to the improvement of public policies on teachers' mental health by highlighting the limits and potentialities of existing actions, emphasizing the need to integrate individual care with working conditions. Finally, it provides insights that can be adapted and replicated in other educational systems, fostering the development of more effective strategies aligned with the needs of teachers in the public education system.

Keywords: Neoliberalism; Precarization; Mental Health

RESUMEN

Esta disertación analiza los impactos de la aplicación Bem Cuidar, creada por la Secretaría de Educación del Estado de Paraná (SEED-PR) en asociación con la Universidad Estadual de Londrina (UEL) y actualmente bajo la coordinación de la Universidad Estatal del Centro-Oeste de Paraná (UNICENTRO), como una política pública orientada a la promoción de la salud mental de los docentes de la red pública estatal de Paraná. Con un enfoque cualitativo y documental, el estudio se sitúa en el contexto de la precarización del trabajo docente y busca evaluar si esta iniciativa ha contribuido a la reducción de las licencias laborales por trastornos mentales. El objetivo principal es investigar cómo se llevó a cabo la implementación de la aplicación entre 2022 y 2024, evaluando sus estrategias, la adhesión de los usuarios y los impactos percibidos en la salud mental de los docentes. Para ello, se adoptó una metodología cualitativa, exploratoria, explicativa y documental, basada en datos institucionales proporcionados por la SEED-PR, además de un marco teórico que aborda el neoliberalismo, la precarización del trabajo, la salud mental, el trabajo docente y las políticas públicas. Los resultados evidencian una elevada demanda de atención en salud mental entre los docentes, con preferencia por consultas con especialistas médicos en lugar de terapias. Asimismo, se observó una alta aceptación de la aplicación Bem Cuidar, junto con la recurrencia de síntomas como ansiedad, estrés e impactos en el desempeño profesional. La investigación, realizada por la UEL con 5.634 participantes, identificó la predominancia de cuadros de ansiedad (50,8% de los casos), seguida por la depresión (28,6%) y el trastorno de pánico (10,6%), evidenciando la centralidad de los trastornos mentales en el proceso de enfermedad docente. También se observó una distribución desigual de los registros entre los Núcleos Regionales de Educación (NREs), lo que indica asimetrías regionales en el acceso y debilidades en la implementación de la política, posiblemente debido al incumplimiento de metas de capacitación. A pesar de su relevancia como estrategia de cuidado, el programa Bem Cuidar presenta un carácter paliativo frente a la precarización estructural del trabajo docente y a la posible subnotificación del padecimiento mental en los datos oficiales. Sin embargo, el programa Bem Cuidar presenta un carácter paliativo frente a la precarización estructural del trabajo docente y la posible subnotificación del padecimiento mental en los datos oficiales. El estudio contribuye al perfeccionamiento de las políticas públicas de salud mental docente al evidenciar los límites y potencialidades de las acciones existentes, destacando la necesidad de integrar el cuidado individual con las condiciones de trabajo. Además, ofrece insumos que pueden ser adaptados y replicados en otras redes educativas, favoreciendo la construcción de estrategias más efectivas y alineadas con las necesidades del profesorado en el sistema de educación pública.

Palabras clave: Neoliberalismo; Precarización; Salud Mental.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Figura 1: Registro de Afastamentos no Brasil.....	58
Figura 2: Telas Iniciais do Aplicativo Bem Cuidar.....	78
Figura 3: Funcionalidades do Aplicativo Bem Cuidar.....	79
Quadro 1: Quadro resumo das reformas educacionais a partir de 1990.....	55
Quadro 2: Distribuição do número de atendimentos realizados por cada profissional participante do Projeto Bem Cuidar.....	81
Quadro 3: Cadastros no aplicativo Bem Cuidar de acordo com o núcleo regional de educação até o final de 2024.....	82
Quadro 4: Número de licenças para tratamento de saúde.....	93
Gráfico 1: Como você classifica seu estado de saúde mental?.....	85
Gráfico 2: A sua saúde mental é um impedimento para seu trabalho atual?.....	85
Gráfico 3: Acha difícil apreciar (gostar) das suas atividades diárias?.....	86
Gráfico 4: Doenças diagnosticadas por um médico.....	87
Gráfico 5: Tratamentos para cuidados da saúde mental.....	88
Gráfico 6: Dificuldades comportamentais.....	89
Gráfico 7: Sintomas Físicos.....	90
Gráfico 8: Dificuldades cognitivas.....	91
Gráfico 9: Dificuldades emocionais.....	91
Gráfico 10: Avaliação dos usuários do Programa Bem cuidar.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Associação Psiquiátrica Norte-Americana
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DINSAM	Divisão Nacional de Saúde Mental
ECA	Estatuto da Criança e do adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
I CNST	I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador
IDB	Inventário de Depressão de Beck
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
II CNST	II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador
III CNST	III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LTS	Licença para Tratamento de Saúde
MTSM	Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
NR-1	Norma Regulamentadora número 1
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROFORMAÇÃO	Programa de Formação de Professores em Exercício
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSE	Programa Saúde na Escola
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEED-PR	Secretaria da Educação do Paraná
SIAE	Sistema de Informações e Avaliação Educacional

SINAN	Sistema Nacional de Agravos de Notificação
SUS	Sistema Único de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
	<i>United Nations Educational Scientific and Cultural</i>
UNESCO	<i>Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
	<i>United Nations Children's Fund</i> (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
UNICEF	
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA.....	11
1.2 PROBLEMA.....	13
1.3 HIPÓTESE(S).....	13
1.4 OBJETIVO(S)	14
1.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	14
1.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	14
1.5 METODOLOGIA	15
1.6 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	19
2. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	21
2.1 ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DO NEOLIBERALISMO	21
2.1.1 <i>Neoliberalismo e precarização do trabalho</i>	21
2.1.2 <i>Neoliberalismo e educação pública</i>	27
2.2 CONCEITO DE TRABALHO EM MARX E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	32
2.3. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO BRASIL.....	40
2.3.1 <i>As reformas do Estado e os Efeitos da Gestão Neoliberal na Educação Pública</i>	41
2.3.2 <i>Histórico das reformas educacionais a partir de 1990</i>	46
2.4 A RELAÇÃO ENTRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O ADOECIMENTO MENTAL DOS TRABALHADORES	54
2.4.1 <i>As Políticas de Saúde Mental para os Trabalhadores Brasileiros</i>	59
2.4.2 <i>Considerações sobre a Saúde Mental dos Trabalhadores Docentes do Paraná</i>	65
3 SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ	70
3.1 CONDIÇÕES DE TRABALHO E OS FATORES DE RISCO PSICOSSOCIAIS	70
3.2. PRINCIPAIS TRANSTORNOS RELACIONADOS AO TRABALHO DOCENTE E SAÚDE MENTAL	72
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES VOLTADAS PARA A SAÚDE MENTAL DOS DOCENTES E O PROGRAMA BEM CUIDAR	74
3.3.1 <i>O Programa Bem Cuidar</i>	76
3.3.2 <i>O aplicativo Bem Cuidar</i>	77
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

Este estudo pesquisa os impactos dos resultados obtidos após a criação e implementação do aplicativo Bem Cuidar, uma iniciativa da Secretaria da Educação do Paraná (SEED-PR), desenvolvida em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL). O aplicativo foi concebido como uma estratégia de prevenção e cuidado em saúde mental voltada aos trabalhadores da educação, com especial atenção aos professores da rede pública estadual de ensino. Trata-se de uma política pública que busca responder, ainda que parcialmente, às crescentes demandas de saúde mental que acometem essa categoria profissional.

Aqui, cabe ressaltar que o exercício da docência tem sido historicamente atravessado por múltiplas exigências e responsabilidades, que vão muito além do ato de ensinar. Os professores enfrentam diariamente situações de sobrecarga emocional, pressões institucionais, desvalorização profissional, falta de reconhecimento social, violência simbólica e física no ambiente escolar, além de estruturas precárias de trabalho. Todos esses fatores atuam de forma combinada na intensificação do sofrimento psíquico, favorecendo quadros de ansiedade, depressão, estresse crônico e síndrome de *Burnout*, entre outros transtornos mentais. A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como essa ferramenta digital pode contribuir para a promoção da saúde mental dos docentes.

A relação entre a perspectiva neoliberal, a precarização do trabalho docente na rede pública de ensino no Brasil e seus impactos na saúde mental dos profissionais da educação tem se tornado um tema de crescente relevância. A saúde mental dos professores vem ganhando destaque na área da educação, especialmente diante dos inúmeros desafios enfrentados no ambiente escolar atual. Com o início do século XXI, a intensificação da precarização do trabalho docente, resultado das reformas educacionais de orientação neoliberal¹ implementadas na década de 1990,

¹As políticas neoliberais correspondem a um conjunto de medidas econômicas e sociais que visam reduzir a atuação do Estado na economia, promovendo a lógica de mercado, a livre concorrência e a ampliação da presença do setor privado na gestão de bens e serviços públicos. Essa orientação política tem provocado profundas transformações nas relações de trabalho em diversas categorias profissionais, inclusive entre os docentes da educação básica. A adoção de diretrizes neoliberais, que serão debatidas no próximo capítulo, tem se traduzido na redução de investimentos públicos, na flexibilização dos vínculos empregatícios, na intensificação das jornadas de trabalho e na ausência de comprometimento do Estado quanto ao bem-estar dos trabalhadores.

teve um impacto significativo no bem-estar emocional e psicológico desses profissionais (Aguiar *et al.*, 2024).

Nesse cenário, o trabalho docente no ensino público brasileiro tem sido marcado por múltiplas formas de precarização. A intensificação das demandas pedagógicas e burocráticas, a instabilidade contratual, os baixos salários, a ausência de condições adequadas para o exercício da docência e a desvalorização social da profissão compõem um quadro preocupante, cujas consequências ultrapassam o âmbito profissional e repercutem diretamente sobre a saúde mental dos professores (Castro Neta, 2020).

Dados divulgados, em 2023, pelo site oficial do Senado Federal revelam a gravidade da situação: o Brasil conta com mais de 2,5 milhões de professores, mas poderá enfrentar um déficit de aproximadamente 235 mil profissionais até 2040, segundo projeções do Instituto Semesp. A escassez de interesse pela carreira docente está diretamente relacionada às condições precárias de trabalho, aos baixos salários e à falta de valorização profissional, fatores que não apenas contribuem para o adoecimento mental, mas também comprometem a atratividade e a permanência de novos profissionais na educação básica (Senado, 2023).

Ressalta-se que o bem-estar mental dos docentes é um fator determinante para a qualidade do ensino e para a construção de um ambiente escolar saudável. Quando o professor adoece, os impactos transcendem a esfera individual, afetando diretamente o processo de ensino-aprendizagem, a dinâmica escolar e a formação dos estudantes. Assim, ao considerar o papel social estratégico desempenhado pelos professores na sociedade, torna-se evidente a necessidade de se investir em políticas públicas consistentes, capazes de promover condições de trabalho mais dignas, seguras e saudáveis.

1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA

A escolha do presente tema de pesquisa emerge de uma vivência concreta da pesquisadora no exercício da docência na rede pública estadual, entre os anos de 2018 e 2021, em Nova Ipixuna – PA. Durante esse período, foi enfrentada sobrecarga de trabalho, com 220h aulas mensais, nos turnos manhã, tarde e noite, professora de três disciplinas: Sociologia, Filosofia e História, totalizando 22 turmas, além da ausência de suporte psicológico e institucional, infraestrutura inadequada e

a inexistência de políticas públicas efetivas voltadas à saúde mental dos profissionais da educação e dos alunos e de assédio moral por parte da diretora da escola naquela ocasião. Esses fatores culminaram em um adoecimento psicológico, manifestado por meio de quadros clínicos como depressão, transtorno de ansiedade, síndrome do pânico, síndrome de *Burnout* e fobia social, o que resultou em sucessivos afastamentos do trabalho e prejuízos à continuidade do processo de ensino-aprendizagem.

O Estado do Pará, à época, não oferecia mecanismos institucionais de cuidado psicológico para os docentes, tampouco contava com ações preventivas sistematizadas. Ao ser posteriormente contratada via Processo Seletivo Simplificado (PSS) no Estado do Paraná, a pesquisadora observou iniciativas voltadas à saúde mental dos educadores, como a implementação de oficinas, palestras e, mais notoriamente, do aplicativo de telessaúde Bem Cuidar, em 2022. Este instrumento, promovido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), visa oferecer acompanhamento psicológico remoto gratuito aos profissionais da educação, ampliando o acesso ao cuidado e promovendo a prevenção de transtornos mentais.

A relevância social da proposta reside no enfrentamento de um dos mais urgentes desafios enfrentados pela educação pública: o adoecimento mental do professor, agravado por condições precárias de trabalho, ausência de valorização profissional e sobrecarga de trabalho e emocional. Nesse sentido, investigar os resultados do aplicativo Bem Cuidar enquanto política pública inovadora de promoção da saúde mental docente é fundamental para subsidiar práticas governamentais mais eficazes e humanas, além de poder representar um modelo replicável em outras realidades regionais e nacionais, inclusive em outros países da América Latina. O bem-estar dos professores impacta diretamente a qualidade do ensino e a formação integral dos estudantes, refletindo, portanto, na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa preenche uma lacuna importante na literatura ao abordar, de forma articulada, as políticas públicas de saúde mental, o trabalho docente precarizado e o adoecimento psíquico em uma perspectiva crítica e interdisciplinar. Além disso, a pesquisa contribui para os estudos que analisam o papel do Estado no cuidado com os servidores públicos, especialmente no campo educacional, e oferece reflexões que podem fortalecer os marcos teóricos e

metodológicos no campo das políticas públicas e do desenvolvimento humano.

A pesquisa está inserida na área de concentração “Políticas Públicas de Desenvolvimento na América Latina”, ao debater a atuação do Estado frente aos desafios contemporâneos relacionados ao bem-estar dos servidores públicos, em especial os professores da rede estadual de ensino do Paraná.

Ademais, o presente estudo vincula-se à linha de pesquisa “Políticas Públicas e Sociedade”, uma vez que analisa a atuação estatal frente a uma demanda social urgente: o cuidado com a saúde mental dos professores da educação pública. A criação do aplicativo Bem Cuidar configura-se como um instrumento de política pública voltado à promoção da saúde e da permanência dos docentes no exercício da profissão, o que contribui para o fortalecimento do sistema educacional como um todo, para a melhoria dos indicadores de educação e, por conseguinte, para o desenvolvimento da sociedade.

1.2 PROBLEMA

O aplicativo Bem Cuidar pode ser compreendido como uma tentativa de resposta institucional do governo estadual ao crescente número de professores mentalmente adoecidos. Ao oferecer recursos voltados à promoção da saúde psicológica, tais como acompanhamento psicoterapêutico, orientações de autocuidado e ferramentas de autoconhecimento, a iniciativa busca não apenas reduzir os índices de afastamento por motivos psicológicos, mas também contribuir para o fortalecimento da saúde integral dos educadores. Cabe, portanto, investigar como essa política pública tem conseguido atingir seus objetivos.

Assim, a pergunta principal visa entender:

- Como ocorreu a implementação do aplicativo de telessaúde Bem Cuidar, no âmbito da Secretaria de Educação do Paraná, e quais foram seus impactos na promoção da saúde mental dos professores da rede estadual?

1.3 HIPÓTESE(S)

Entre os anos de 2020 e 2021, a Secretaria de Educação do Paraná registrou um crescimento considerável no número de afastamentos por transtornos mentais entre os professores da rede estadual de ensino. Em 2020, foram contabilizados 534 pedidos de afastamento por esse motivo. No ano seguinte, esse número saltou para

913 solicitações, representando um aumento de quase 70%, conforme dados divulgados em 07 de junho de 2022 pelo portal Gazeta do Povo. Diante desse cenário preocupante, a SEED-PR reconheceu a urgência da situação e mobilizou esforços para implementar medidas de enfrentamento voltadas à promoção da saúde mental dos profissionais da educação. Como resposta imediata, foi disponibilizado o acesso gratuito a atendimentos psicológicos e psiquiátricos por meio do aplicativo de telessaúde Bem Cuidar, visando atender à crescente demanda por suporte psicológico no ambiente escolar.

Neste contexto, o presente estudo pretende tem como hipóteses que:

- A implementação do aplicativo Bem Cuidar pela SEED-PR, entre 2022 e 2024, apresentou avanços na oferta de suporte psicológico aos professores da rede pública estadual, contribuindo para a ampliação do acesso aos serviços de saúde mental e;
- Apesar dos avanços, a adesão dos professores ao serviço foi limitada por fatores como desconhecimento da ferramenta, dificuldades tecnológicas e barreiras culturais relacionadas ao cuidado em saúde mental.

1.4 OBJETIVO(S)

Diante desse panorama, esta pesquisa é dividida em objetivo geral e objetivos específicos, com intuito de compreender os resultados do aplicativo Bem Cuidar sobre a saúde mental dos professores de ensino médio da rede pública estadual do Paraná.

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é compreender como a implementação da política pública de saúde mental, destinada aos professores da rede estadual de ensino do Paraná, por meio do aplicativo Bem Cuidar, no período de 2022 a 2024, considerando seus objetivos, estratégias e adesão dos usuários, impactaram na promoção do bem-estar dos profissionais.

1.4.2 Objetivos Específicos

De maneira específica, pretende-se com essa dissertação:

- Estudar os temas de precarização do trabalho docente e saúde mental docente e apresentar as políticas públicas de saúde mental voltadas aos professores da rede estadual do Paraná, após a Lei 14.992/2006;
- Entender como o processo de implementação do aplicativo Bem Cuidar da Secretaria de Educação do Paraná entre 2022 e 2024, considerando seus objetivos, estratégias de divulgação e adesão, impactou na promoção da saúde mental dos professores da rede pública estadual de ensino básico.

1.5 METODOLOGIA

Minayo (2007) conceitua metodologia como o percurso do pensamento e a prática aplicada na abordagem da realidade, englobando o método, as técnicas e a própria experiência do pesquisador: *“nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.”* (Minayo, 2007, p.16). Com base nessa perspectiva, optou-se por seguir esse caminho metodológico, articulando o conhecimento teórico com a vivência prática adquirida no exercício da docência na rede pública, em um contexto marcado pela precarização das condições de trabalho e posterior adoecimento mental. Tal experiência, atravessada por situações que contribuíram para o adoecimento mental, impulsionou a presente investigação no sentido de refletir sobre essas condições e, sobretudo, de contribuir para que políticas públicas voltadas à saúde mental docente sejam desenvolvidas ou fortalecidas, a fim de mitigar esse cenário adverso.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, cuja principal característica é a busca pela compreensão aprofundada dos fenômenos sociais a partir da análise de contextos e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Como destaca Minayo (2007), esse tipo de pesquisa é especialmente útil para interpretar a complexidade de realidades que não podem ser reduzidas a dados numéricos ou generalizações estatísticas, pois o que diferencia da abordagem quantitativa é que *“a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados.”* (Minayo, 2007, p.22)

A presente pesquisa possui caráter explicativo, que de acordo com Gil, 2002, *“têm como preocupação central, identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos”* (2002, p.42) uma vez que busca compreender as

possíveis relações de causa e efeito entre a implementação do aplicativo Bem Cuidar, ferramenta criada pela Secretaria de Educação do Paraná a partir de 2022, e se após a implementação da ferramenta houve redução dos afastamentos por adoecimento mental entre docentes da rede pública estadual. Nesse sentido, procura-se verificar se a utilização do aplicativo tem contribuído de forma efetiva para a melhoria da saúde mental dos professores, partindo da formulação de hipóteses que serão confrontadas com dados empíricos disponibilizados pela SEED-PR.

Além disso, a pesquisa assume um caráter exploratório, uma vez que se debruça sobre um fenômeno recente e ainda pouco discutido tanto na literatura científica quanto nas políticas públicas voltadas à saúde mental. Destaca-se, nesse contexto, a ausência de registros de iniciativas semelhantes ao Bem Cuidar em outras unidades federativas, o que reforça a singularidade da proposta paranaense. Com isso, pretende-se interpretar informações que possibilitem compreender a eficácia de políticas públicas digitais, voltadas à promoção da saúde mental de professores, especialmente, em um cenário marcado pela intensificação da precarização do trabalho docente na rede pública de ensino do Estado do Paraná, no período de 2022 a 2024. A delimitação temporal justifica-se pela disponibilidade dos dados fornecidos pela SEED-PR, os quais contemplam exclusivamente esse recorte temporal.

Para fins da dissertação o estudo iniciou com uma pesquisa bibliográfica. Depois, realizou-se uma pesquisa documental para dar suporte para análise qualitativa realizada.

A pesquisa bibliográfica consistiu na análise de obras acadêmicas, artigos científicos e legislações pertinentes, com o objetivo de oferecer sustentação teórica à investigação. Nesse sentido, foram mobilizados referenciais relacionados ao neoliberalismo, à precarização do trabalho docente, à saúde mental e às políticas públicas, bem como discussões sobre o papel das tecnologias digitais nas estratégias de cuidado. A busca e seleção dos materiais bibliográficos foram realizadas por meio de bases de dados acadêmicas reconhecidas, utilizando ferramentas como o Google Scholar, SciELO Brasil e Portal de Periódicos da CAPES. Essas plataformas foram escolhidas por sua abrangência e relevância na disponibilização de produções científicas nacionais e internacionais.

Já a pesquisa documental fundamentou-se na análise de documentos

institucionais e dados oficiais fornecidos pela SEED-PR, relacionados ao uso do aplicativo Bem Cuidar. Foram considerados, especialmente, indicadores como número de acessos, perfil dos usuários, quantidade de cadastros na plataforma, número de consultas agendadas e registros de sintomas físicos e emocionais, no período compreendido entre 2022 e 2024.

No que se refere à organização da dissertação, destaca-se que os Capítulos 2, 3 e 4 constituem-se como capítulos de resultados. Especificamente, os Capítulos 2 e 3 foram desenvolvidos a partir de revisão de literatura e análise documental, enquanto o Capítulo 4 apresenta a análise empírica dos dados institucionais obtidos.

A construção dos Capítulos 2 e 3 ocorreu por meio de uma revisão de literatura, escolhida por sua adequação à compreensão ampla e contextualizada do fenômeno investigado. Embora esse tipo de revisão não exija protocolos rígidos, buscou-se garantir rigor metodológico por meio da explicitação das etapas realizadas. Inicialmente, procedeu-se à definição da questão de pesquisa, centrada na relação entre precarização do trabalho docente, políticas públicas e saúde mental. Em seguida, realizou-se a identificação das fontes documentais e bibliográficas, incluindo artigos científicos, livros e documentos institucionais relacionados ao tema.

Para a realização das buscas, foram utilizados descritores relacionados ao objeto de estudo, tais como “neoliberalismo”, “precarização do trabalho docente”, “saúde mental de professores”, “políticas públicas educacionais”, “adoecimento mental” e “tecnologias digitais em saúde.

A seleção dos materiais considerou critérios de relevância temática, atualidade das publicações e aderência aos objetivos da pesquisa. Foram priorizados artigos científicos, livros acadêmicos e documentos institucionais que contribuíssem para a compreensão teórica e contextual do fenômeno investigado.

Após a seleção, os textos foram submetidos à leitura exploratória, seguida de leitura analítica e interpretativa, com o objetivo de identificar categorias centrais e construir a fundamentação teórica que sustenta a análise dos dados empíricos.

No processo de seleção dos materiais, foram adotados critérios de relevância temática, atualidade e aderência ao objeto de estudo. Contudo, cabe destacar que essa etapa da pesquisa apresentou limitações significativas, uma vez que nem todos os dados solicitados foram disponibilizados pela SEED-PR, o que restringiu a possibilidade de realização de uma análise mais abrangente e

aprofundada do fenômeno investigado. Posteriormente, os documentos foram submetidos à leitura analítica e interpretativa, com vistas à identificação de categorias centrais, tais como neoliberalismo, precarização do trabalho docente e adoecimento mental. Por fim, procedeu-se à síntese interpretativa dos conteúdos, articulando os referenciais teóricos ao problema de pesquisa.

No que diz respeito aos dados empíricos analisados no Capítulo 4, estes foram obtidos mediante solicitação formal à SEED-PR, por meio do Protocolo Digital n.º 23.006.945-0, referente à autorização para a realização de pesquisa acadêmica. A partir desse procedimento, foram disponibilizados os seguintes documentos institucionais: (i) planilha de levantamento quantitativo de professores e afastamentos no período de 2022 a 2024; (ii) Relatório Bem Cuidar 2023–2024, elaborado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); e (iii) Relatório Bem Cuidar referente ao segundo semestre de 2024, produzido pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Além disso, foram obtidos documentos complementares por meio de contato direto com a equipe responsável pelo aplicativo, via correio eletrônico institucional. Dentre os materiais disponibilizados, destacam-se: a publicação no Diário Oficial do Estado (DIOE) referente ao Convênio n.º 202200006; o Termo de Execução Descentralizada, publicado em 25 de outubro de 2024; o Termo de Execução Descentralizada n.º 202404056; e o Termo de Convênio n.º 202200006 firmado com a UEL.

Cabe ressaltar, entretanto, que a pesquisa enfrentou limitações no acesso às informações. Diversas solicitações de dados adicionais não foram atendidas, incluindo o pedido de realização de investigação diretamente na plataforma do aplicativo Bem Cuidar. Ademais, não houve retorno de tentativas de contato posteriores com a equipe do programa, entidades representativas da categoria docente e atores políticos envolvidos.

Diante dessas restrições, recorreu-se a fontes secundárias complementares, como portais institucionais e veículos de comunicação, com o objetivo de contextualizar e triangulizar as informações obtidas. Entre essas fontes, incluem-se sites oficiais do governo estadual, da SEED-PR, publicações sindicais e conteúdos divulgados em meios digitais.

Entretanto, verificaram-se limitações quanto à possibilidade de realização de

uma comparação temporal mais precisa dos dados quantitativos disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), especialmente no que se refere aos afastamentos docentes por motivos relacionados à saúde mental. Isso se deve ao fato de que os dados fornecidos apresentam apenas registros agregados de Licença para Tratamento de Saúde, sem a especificação detalhada das causas dos afastamentos. Diante dessa limitação, procedeu-se à análise comparativa possível somente entre o período referente à implementação do aplicativo Bem Cuidar, considerando o recorte temporal entre os anos de 2022 e 2024.

1.6 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente pesquisa, além dessa introdução, está dividida em mais três capítulos.

No próximo capítulo (capítulo 2), dedica-se à análise teórica dos conceitos fundamentais que sustentam a pesquisa, abordando a relação entre neoliberalismo, precarização do trabalho e saúde mental dos docentes. Este capítulo está estruturado de forma a explorar, de maneira detalhada, como os processos históricos, econômicos e sociais, mediados pelo neoliberalismo, impactaram as condições de trabalho dos professores da rede pública de ensino, com reflexos diretos na saúde mental desses profissionais.

Já o capítulo 3 investiga sobre a saúde mental dos professores da rede pública do Estado do Paraná, considerando as condições concretas de trabalho e seus efeitos sobre o bem-estar psíquico docente. Parte-se da compreensão de que a docência tem sido marcada pela intensificação das demandas, pressões institucionais e precarização das condições laborais, configurando relevantes fatores de risco psicossociais. Nesse contexto, o capítulo aborda as condições de trabalho e os principais fatores associados ao adoecimento mental, apresenta os transtornos mais recorrentes entre os docentes e examina as políticas públicas estaduais voltadas à saúde mental, com ênfase no Programa Bem Cuidar como estratégia institucional de cuidado e promoção da saúde mental.

O capítulo 4 analisa os resultados obtidos a partir de dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), complementados por

matérias jornalísticas, com o objetivo de compreender as relações entre as condições de trabalho docente e a saúde mental dos professores da rede pública. Reconhece-se que a ausência de dados mais específicos impôs limites à profundidade da análise; ainda assim, os dados disponibilizados pela instituição permitiram identificar algumas tendências relevantes relacionadas à precarização do trabalho docente e às políticas públicas de saúde mental, em especial no que se refere à implementação do aplicativo Bem Cuidar, contribuindo para uma reflexão crítica sobre o contexto educacional investigado.

Finalizando, o capítulo 5, a título de considerações finais, revelou que nas últimas décadas, a saúde mental dos professores deve ser tratada como elemento central para impulsionar o desempenho educacional, o que trouxe a formulação de políticas públicas voltadas à prevenção do sofrimento psíquico e ao suporte aos docentes da rede estadual de ensino básico do Estado do Paraná.

2. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Para este capítulo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em consultas a bases de dados acadêmicas, como, SciELO, Google Scholar e base de Periódicos da CAPES. Foram utilizados termos de busca como "neoliberalismo", "precarização do trabalho", "trabalho informal", "trabalho precário", "privatização da educação", "reformas educacionais neoliberais", "políticas educacionais", "Estado e educação", "adoecimento mental", dentre outros. Foram incluídos artigos científicos, livros, dissertações, teses, documentos oficiais e relatórios de organizações nacionais e internacionais que discutam os impactos do neoliberalismo na configuração do trabalho e na intensificação da precarização laboral.

No tratamento das informações foram excluídos estudos que não apresentem relação direta com a temática, ou cuja abordagem não contribua para o aprofundamento da análise proposta. Dos documentos selecionados, foram extraídas informações sobre abordagens teóricas, principais resultados, análises críticas e implicações para as relações de trabalho contemporâneas.

2.1 ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DO NEOLIBERALISMO

Após a busca sistemática, foi feita uma análise que consistiu na identificação de padrões, tendências, principais debates e lacunas na literatura existente, evidenciando o papel do neoliberalismo na precarização do trabalho docente dos professores da rede pública e as consequências na saúde mental deles.

2.1.1 Neoliberalismo e precarização do trabalho

Para compreender o Neoliberalismo, é necessário contrastá-lo com o Liberalismo clássico, ainda que ambos compartilhem a valorização dos mercados e da liberdade individual. As distinções, no entanto, residem tanto em seus contextos históricos quanto em suas formulações práticas e teóricas.

O Liberalismo surgiu no século XVIII, em meio ao Iluminismo e à Revolução Industrial, tendo como principais expoentes Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill. Seu foco residia na promoção da liberdade econômica mediante a limitação

do poder estatal, visto como algo necessário. Já o Neoliberalismo se consolidou a partir das décadas de 1970 e 1980, como resposta à crise do modelo Keynesiano e ao esgotamento das políticas do Estado de bem-estar social (Oliveira, 2011).

O Liberalismo baseia-se na defesa da liberdade individual, da propriedade privada e da limitação da intervenção estatal na economia (Mountian, 2018). Um de seus principais formuladores, Adam Smith, sustentava que a busca pelo interesse próprio, por parte dos indivíduos, tende a beneficiar a coletividade, por meio de um mecanismo espontâneo de autorregulação do mercado, descrito metaforicamente como a "mão invisível". Apesar disso, Smith não desconsiderava a importância do Estado em situações em que o mercado não consegue atuar de maneira eficaz, como nos campos da defesa, da justiça, da infraestrutura e da educação (Smith, 1996).

Para Smith (1996), o Estado possui três funções essenciais. A primeira é garantir a segurança nacional mediante a proteção contra ameaças externas. A segunda é assegurar a justiça, por meio da defesa dos direitos individuais, do cumprimento dos contratos e da proteção da propriedade privada, elementos centrais para a estabilidade do sistema econômico. A terceira diz respeito à provisão de bens públicos, como estradas, pontes e portos, que, embora fundamentais para o desenvolvimento econômico e social, não são suficientemente lucrativos para atrair o investimento privado.

Além dessas atribuições, Smith também reconhece a relevância da educação pública. Ainda que admita a atuação da iniciativa privada nesse setor, defende que o Estado deve garantir um nível básico de instrução acessível a todos os cidadãos, tanto por razões de produtividade quanto de coesão social. Segundo o autor, uma população instruída tende a ser mais ordeira e menos suscetível a desordens provocadas por ignorância e fanatismo:

O Estado, contudo, não deixa de recolher consideráveis vantagens na sua instrução. Quanto mais instruídos forem, menos sujeitos estão os enganados do entusiasmo e da superstição, que entre as nações ignorantes frequentemente ocasionam as mais terríveis desordens. Um povo instruído e inteligente é, além disso, geralmente mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e estúpido (Smith, 1996, p.437).

Desse modo, embora o Liberalismo proponha uma intervenção estatal limitada, reconhece que o Estado deve atuar em esferas onde o mercado falha em

oferecer respostas adequadas às necessidades coletivas, revelando uma concepção que busca equilibrar eficiência econômica com bem-estar social.

Conforme De Cerqueira (2008), Friedrich Hayek defendia que a atuação do Estado deveria seguir uma lógica contrária à da engenharia social. Em sua concepção, caberia ao Estado preservar a chamada "ordem espontânea" do mercado, e não intervir para corrigir desigualdades geradas por seu funcionamento. Essa perspectiva propõe que qualquer tentativa de redistribuição ou regulação econômica seria uma ameaça à liberdade individual e à eficiência dos mecanismos de mercado. Durante os anos 1950 e 1960, essas ideias permaneceram em segundo plano, uma vez que o contexto de crescimento e estabilidade do capitalismo favorecia a presença do Estado como agente econômico ativo, seja por meio de investimentos diretos ou da regulação dos setores produtivos. No entanto, a partir da década de 1970, com o esgotamento do modelo Keynesiano, os princípios neoliberais começaram a ganhar força no cenário político e econômico global.

[...] todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. (Anderson, 1995, p.10 *apud* De Cerqueira, 2008, p.172)

A década de 70 representou um marco na história do capitalismo global, sendo caracterizada por uma profunda crise econômica que comprometeu os fundamentos do modelo até então predominante. O período foi caracterizado por uma combinação de estagnação econômica e inflação elevada, a chamada estagflação, que expôs as fragilidades do intervencionismo estatal e abriu espaço para novas propostas de reorganização da economia mundial. Nesse contexto, o neoliberalismo começou a ganhar força, consolidando-se politicamente com as eleições de Margaret Thatcher, no Reino Unido (1979), e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980), dois líderes que implementaram políticas alinhadas aos princípios desse novo paradigma (De Cerqueira, 2008).

Embora as estratégias adotadas variassem de país para país, havia entre elas uma base comum: a centralidade do mercado como mecanismo regulador da vida econômica e social, com a consequente redução do papel do Estado. Entre as medidas centrais apontadas por De Cerqueira (2008) está o enfraquecimento do movimento sindical, facilitado pelo aumento do desemprego. Essa conjuntura foi utilizada para retirar direitos conquistados por trabalhadores nas décadas anteriores,

contribuindo diretamente para o processo de flexibilização e precarização do trabalho.

Outra diretriz relevante foi a busca por superávit na balança de pagamentos, promovendo as exportações e os serviços como meios para garantir a entrada de divisas. Esses recursos eram então direcionados à expansão da infraestrutura e à consolidação da iniciativa privada. Simultaneamente, o processo de desestatização avançou com vigor, resultando na privatização de setores estratégicos, como habitação, energia, petróleo, gás e água fenômeno especialmente evidente no governo Thatcher, conforme destacado por Anderson (1995 *apud* De Cerqueira, 2008).

A reforma fiscal também teve papel central no ideário neoliberal, priorizando a redução da carga tributária sobre os rendimentos mais altos e os grandes investimentos. A justificativa para tal prática estava na crença de que uma "nova e saudável desigualdade" estimularia a retomada do crescimento econômico (Anderson, 1995, *apud* De Cerqueira, 2008). Em paralelo, verificou-se um corte progressivo nos gastos sociais, afetando diretamente áreas como saúde, educação, previdência e assistência ao desemprego. O objetivo era o encolhimento deliberado do Estado de bem-estar social.

Essas transformações resultaram na diminuição do papel do Estado como agente produtor na economia, ao mesmo tempo em que se promovia a transferência de recursos públicos para o setor privado e para o fortalecimento de mecanismos repressivos. Tal estrutura visava conter os efeitos sociais das políticas implementadas, como o aumento do desemprego e da insatisfação popular, frequentemente manifestada por meio de protestos e movimentos sociais.

Como consequência, De Cerqueira (2008) aponta um acentuado aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas. Essa intensificação ocorreu em múltiplas dimensões: entre países centrais e periféricos, entre grandes corporações e pequenas empresas, e entre uma minoria extremamente rica e uma maioria cada vez mais empobrecida. Trata-se de um cenário em que o neoliberalismo, longe de promover a igualdade e o bem-estar social, contribuiu para a ampliação das disparidades e para a fragilização das estruturas de proteção social historicamente construídas.

Nesse sentido, a precarização do trabalho configura-se como um elemento estrutural do modo de produção capitalista, não sendo uma ocorrência eventual ou

desviante, mas expressão direta das contradições imanentes a esse sistema. Conforme argumenta Nominato (2022), as crises que periodicamente acometem o capitalismo não se constituem como eventos excepcionais, mas como manifestações recorrentes de sua lógica interna, que, ao se reorganizar continuamente para assegurar a reprodução ampliada do capital, intensifica a exploração da força de trabalho como estratégia central.

Harvey (2003) sustenta que o capitalismo opera por meio da exploração da força de trabalho viva, sendo a precarização um instrumento sistemático de viabilização da acumulação. As crises econômicas, por sua vez, derivam de processos como a superprodução, a superacumulação de capital e a constituição de um exército industrial de reserva, os quais aprofundam a competição entre os trabalhadores e provocam o rebaixamento de suas condições laborais, conforme apontam Netto e Braz (2012). Mészáros (2002), ao aprofundar o debate sobre precarização do trabalho, assevera que tais crises não são episódicas nem cíclicas, mas sim permanentes e estruturais, evidenciando os limites históricos e ecológicos do capital.

As distintas formas históricas de organização do trabalho, como o Taylorismo², o Fordismo³ e, posteriormente, o Toyotismo⁴, constituíram respostas às crises do capital, com vistas à racionalização e ao controle do processo produtivo. O modelo fordista-keynesiano⁵, em especial, possibilitou durante certo período uma articulação entre capital, trabalho e Estado, garantindo crescimento econômico e certa coesão social. Todavia, a partir da crise estrutural da década de 1970, esse modelo entrou em declínio, abrindo espaço para a ascensão do ideário neoliberal.

O neoliberalismo, nesse contexto, apresenta-se como um projeto político-econômico que sustenta a desregulamentação dos mercados, a flexibilização das

²O Taylorismo esteve estreitamente relacionado ao desenvolvimento da produção em massa, em especial às linhas de montagem em fábrica introduzidas por Henry Ford, o fabricante americano de automóveis (Jhonson, 1997).

³O que veio a ser conhecido como fordismo separava os operários uns dos outros e dividia o processo de produção em uma série fragmentada de tarefas que podiam ser controladas com maior facilidade por supervisores e pela administração (Jhonson, 1997).

⁴De acordo com Antunes (2003) o Toyotismo pode ser conceituado como um modelo de produção industrial que se diferencia do fordismo por sua flexibilidade, orientação à demanda e valorização do trabalho em equipe. Caracteriza-se pela produção enxuta, com estoques reduzidos (*just in time*), organização horizontalizada, terceirização de etapas produtivas e uso do sistema kanban para controle de reposição. O trabalhador toyotista é multifuncional, operando diversas máquinas e participando ativamente de grupos que discutem melhorias no desempenho, permitindo ao capital se apropriar do conhecimento prático e intelectual do operário, aspecto negligenciado pelo fordismo.

⁵O fordismo-keynesiano refere-se a um período em que o modelo de produção em massa do fordismo foi combinado com as políticas econômicas keynesianas. (Arienti, 2003)

relações de trabalho e a responsabilização do Estado pelas instabilidades econômicas. A chamada “acumulação flexível” caracteriza-se por uma produção intermitente, pela intensificação do ritmo de trabalho e pela fragmentação da classe trabalhadora. Estratégias como a descentralização produtiva e a desterritorialização industrial operam no sentido de reduzir custos com força de trabalho, transferindo unidades produtivas para regiões com menor proteção social e fragilizando os mecanismos de resistência coletiva (Barros, 2019).

Dessa forma, a precarização do trabalho deve ser compreendida não como uma disfunção ou anomalia, mas como um componente funcional à lógica da acumulação capitalista. A análise desenvolvida por Nominato (2022) evidencia a centralidade da precarização nas estratégias de recomposição da taxa de lucro, articulando as transformações nas formas de exploração do trabalho às crises sistêmicas do capital. A desvalorização contínua da força de trabalho, portanto, não é um efeito colateral, mas uma condição necessária à perpetuação do sistema, revelando o caráter profundamente destrutivo e excludente de sua racionalidade econômica.

É importante ressaltar que o neoliberalismo transcende a condição de mera doutrina econômica, constituindo-se como um paradigma que estrutura profundamente a organização das sociedades contemporâneas e impacta diretamente a vida cotidiana dos indivíduos. Compreender seus desdobramentos é essencial para interpretar os desafios atuais e buscar caminhos alternativos que priorizem a justiça social e econômica.

Entre as manifestações mais evidentes desse modelo estão as políticas de austeridade fiscal, os sucessivos cortes em serviços públicos essenciais, o agravamento das desigualdades sociais. Tais medidas resultam em consequências concretas para a população, como o crescimento da pobreza, a intensificação da precarização das relações de trabalho e a deterioração dos diversos serviços públicos, inclusive a educação. Analisar criticamente essas implicações permite não apenas compreender o alcance do neoliberalismo, mas também visualizar possibilidades de superação desse modelo hegemônico.

Ao se afirmar como um modelo hegemônico, o neoliberalismo não apenas orienta políticas econômicas, mas também influencia valores, comportamentos e percepções sociais. A noção de hegemonia, conforme desenvolvida por Gramsci refere-se à capacidade de um grupo social impor sua visão de mundo como universal,

naturalizando seus interesses por meio do consenso e não apenas pela coerção (Angeli, 2011). Nesse sentido, o neoliberalismo alcança sua hegemonia ao difundir a crença de que a lógica de mercado é a mais eficiente e racional forma de organizar a sociedade, estendendo seus princípios à gestão de políticas públicas, às relações de trabalho e até mesmo às práticas cotidianas dos indivíduos. Tal domínio simbólico e ideológico contribui para a internalização de discursos que deslegitimam o papel do Estado e exaltam a competitividade, a meritocracia e a responsabilização individual pelos fracassos sociais, tornando mais difícil a construção de alternativas coletivas e solidárias.

Ademais, as ideias que fundamentam o neoliberalismo exercem forte influência sobre a formulação de políticas públicas. Reconhecer a origem e o desenvolvimento dessas concepções é um passo indispensável para compreender como determinadas agendas são construídas e para pensar em políticas alternativas, orientadas por valores mais inclusivos, solidários e voltados ao bem comum.

Outro aspecto central a ser considerado refere-se à crise das instituições democráticas, frequentemente agravada pelas dinâmicas neoliberais. A concentração do poder econômico, associada à crescente influência de grandes corporações sobre as decisões governamentais, enfraquece os mecanismos de participação cidadã e compromete a capacidade dos Estados de atender às necessidades da população. Diante disso, torna-se urgente refletir sobre formas de reconfigurar a democracia, fortalecendo sua dimensão participativa e sua função redistributiva.

Não obstante, a resistência a esse modelo se manifesta nas diversas lutas sociais que emergem em distintos contextos, buscando alternativas à lógica de mercantilização da vida. Movimentos que reivindicam justiça econômica, ambiental e social constituem respostas às contradições do neoliberalismo e sinalizam possibilidades para a construção de um futuro mais equitativo e sustentável. A reflexão crítica sobre essas questões é, portanto, indispensável para quem deseja se engajar ativamente na formulação de propostas transformadoras e comprometidas com a dignidade humana.

2.1.2 Neoliberalismo e educação pública

A relação entre o neoliberalismo e a educação pública é marcada por profundas transformações que refletem a desvalorização do papel do Estado na oferta

de serviços educacionais. Inserida na lógica neoliberal, a educação passa a ser tratada não mais como um direito social universal, mas como um produto submetido às regras do mercado. Esse processo tem como principais características o incentivo à privatização, a gestão empresarial da escola pública e a contínua redução de investimentos estatais nas instituições de ensino.

Conforme destacam Gomes *et al.* (2012), o neoliberalismo emerge como uma resposta à crise do modelo fordista, promovendo a flexibilização do papel do Estado na economia e a retração de direitos sociais e trabalhistas, com o objetivo de restaurar a rentabilidade do capital. Nesse cenário, a educação pública sofre as consequências diretas dessa reconfiguração ideológica e política, sendo reorganizada segundo princípios gerenciais e de eficiência econômica, muitas vezes em detrimento da qualidade e da equidade no acesso ao ensino.

O esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista induziu o capital a buscar estratégias de recuperação das taxas de lucro através das propostas neoliberais, que enxergavam no Estado, e em suas políticas sociais, como o grande vilão da economia. Os intelectuais comprometidos com as bandeiras do neoliberalismo declaravam que as despesas do Estado com políticas públicas e o poder dos sindicatos destruíam os níveis necessários de lucro das empresas (Gomes *et al.*, 2012, p. 274).

Na mesma linha de pensamento, Laval (2019) discute de forma crítica os impactos das reformas educacionais implementadas sob a égide do neoliberalismo, destacando como essas transformações submeteram a escola pública às dinâmicas do mercado e à lógica da competitividade global. Tais reformas são concebidas a partir de uma orientação voltada à produtividade, promovendo a padronização de objetivos e avaliações, a descentralização administrativa e a reconfiguração da gestão educacional segundo modelos empresariais. A formação docente também passa a ser moldada por critérios de empregabilidade, subordinando o processo educativo à instrumentalização do trabalho.

O objetivo das “reformas orientadas para a competitividade” é, portanto, melhorar a produtividade econômica ao melhorar a “qualidade do trabalho”. A padronização de objetivos e controles, a descentralização, a mutação da “gestão educacional” e a formação de professores são reformas “focadas na produtividade”. No entanto, a escola neoliberal também pretende melhorar a qualidade da força de trabalho em seu conjunto sem aumentar impostos e, na medida do possível, reduzindo o gasto público. Daí as campanhas e as políticas, implantadas na mesma época tanto nacional como mundialmente e em todos os níveis da atividade educacional, para diversificar o financiamento do sistema educacional (clamando muito mais abertamente pelo gasto privado), administrar mais “eficazmente” a escola (como fazem as empresas), reduzir a cultura ensinada na escola às competências indispensáveis para a empregabilidade dos assalariados, promover a lógica de

mercado na escola e a competição entre famílias e estudantes pelo “bem escasso” (e, conseqüente, caro) da educação.” (Laval, 2019, p.44)

Conforme também argumentava Laval (2019), a partir da década de 1980, em meio à crise do paradigma fordista e à ascensão do neoliberalismo, consolida-se uma concepção de educação cada vez mais individualizada e guiada pelos princípios do mercado. O Estado, nesse novo arranjo, deixa de atuar como provedor direto de direitos sociais e assume um papel regulador, estabelecendo diretrizes e avaliando resultados com base em indicadores gerenciais, enquanto transfere a execução das políticas para níveis descentralizados da administração pública e estimula parcerias com o setor privado.

Esse redirecionamento, frequentemente legitimado pelo discurso da ineficiência estatal, abre espaço para a desregulação do sistema educacional, a ampliação da participação do setor privado e a responsabilização do indivíduo por sua trajetória escolar. O ideal de escola passa a ser aquele que se estrutura como uma empresa, operando a partir da lógica da oferta e demanda, em que a educação é concebida como um bem de consumo e os estudantes e suas famílias como clientes racionais e competitivos.

Nesse sentido, Laval (2019) insere essa reconfiguração educacional em um processo mais amplo de reestruturação do capitalismo, caracterizado pela globalização dos mercados, financeirização da economia, retração do papel do Estado, mercantilização de esferas sociais antes protegidas e a intensificação da concorrência entre os sujeitos. Essa lógica não apenas compromete as funções sociais da escola, mas também afeta a constituição da subjetividade, promovendo valores como eficiência, adaptabilidade e sucesso individual em detrimento da formação cidadã, da solidariedade e da justiça social, pilares fundamentais de uma educação pública comprometida com a equidade.

Basso e Neto (2014) nesse sentido também apontam uma crítica aprofundada ao neoliberalismo, destacando seus impactos sociais, econômicos e políticos especialmente no contexto latino-americano e brasileiro. Os autores explicam que, em nome da estabilidade monetária e do crescimento econômico, os governos neoliberais promovem cortes nos gastos sociais (como saúde e educação), flexibilização das leis trabalhistas, enfraquecimento dos sindicatos e redução de impostos para os

mais ricos, tudo isso em nome de uma suposta "saudável desigualdade" que reativaria o capitalismo.

No Brasil, o neoliberalismo começou a se manifestar já no regime militar, de forma mascarada por um autoritarismo estatal. Com o passar dos anos, especialmente durante e após os governos de Sarney, Collor e Itamar Franco, a população começou a perceber o desmonte do Estado e as consequências sociais dessa agenda, como o sucateamento dos serviços públicos, a hiperinflação e a concentração de renda. Embora tenha havido reação social, como o impeachment de Collor, isso não foi suficiente para conter a agenda neoliberal (Basso e Neto, 2014).

O neoliberalismo foi implementado com o intuito prioritário de conter os altos índices inflacionários observados nas décadas de 1970 e 1980. Embora tenha cumprido esse objetivo, seus desdobramentos comprometeram profundamente a organização dos trabalhadores, levando ao enfraquecimento das estruturas sindicais e à limitação dos salários, promovida por meio do desemprego estrutural, visto como um mecanismo inerente ao funcionamento das economias de mercado. Enquanto, na Europa, esse contexto resultou em uma significativa redução das greves, no Brasil, ao contrário, emergiram expressivos movimentos sindicais, como a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Basso e Neto, 2014).

A autora Marrach (1996) apresenta uma análise crítica sobre a relação entre o neoliberalismo e a educação, evidenciando como essa ideologia tem moldado as políticas educacionais e ressignificando o papel das instituições de ensino. Segundo a autora, a lógica neoliberal, centrada na liberdade econômica e na retração do Estado, tem promovido a mercantilização da educação, reduzindo-a a um serviço ofertado pelo mercado, em detrimento de seu caráter de direito social universal, ou seja, a autora aponta os impactos do neoliberalismo na esfera pública, especialmente na educação, e critica a redução dos direitos sociais e a transformação da educação em mercadoria, conforme cita "No discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança." (Marrach, p.3,1996,)

Ainda de acordo com os autores citados, no contexto latino-americano, o modelo neoliberal acentuou as desigualdades sociais, ao promover um padrão de integração econômica focado na exportação de recursos naturais. Tal orientação contribuiu para a desindustrialização, o agravamento do desemprego e a

intensificação da precarização do trabalho no campo. Pequenos produtores rurais, desprovidos de capital e acesso a investimentos, foram particularmente impactados, o que intensificou a dependência de políticas públicas, contraditoriamente desvalorizadas pelas diretrizes neoliberais.

As políticas públicas, compreendidas como formas de concretização dos direitos sociais⁶ estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, perdem centralidade em regimes neoliberais, resultando em graves consequências sociais. A ênfase na competitividade e na lógica de mercado beneficia processos de exclusão social, promove o desemprego em larga escala e contribui para o crescimento da violência.

Apesar desses efeitos, tais tendências enfrentam resistência em setores sociais mais escolarizados, o que revela uma contradição intrínseca ao modelo: enquanto promove a marginalização das camadas trabalhadoras, o neoliberalismo necessita de força de trabalho qualificada. A ausência de investimentos em educação e formação profissional, sobretudo na América Latina, aprofunda a exclusão econômica e compromete a capacidade dessas nações de competir em setores mais especializados da economia global (Basso e Neto, 2014).

No que se refere ao trabalho do professor da escola pública dentro do contexto neoliberal, de acordo com Da Silva Moura *et al.* (2019), destaca-se como o avanço do neoliberalismo no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, comprometeu seriamente as condições de trabalho dos professores da rede pública. Segundo os autores, esse modelo transferiu à iniciativa privada a responsabilidade pela eficiência da administração pública, ao mesmo tempo em que reduziu os investimentos sociais. No campo educacional, as reformas neoliberais incentivadas por organismos internacionais como o Banco Mundial impuseram cortes orçamentários, metas não cumpridas e um processo contínuo de reestruturação. O docente passou a ser pressionado a desempenhar múltiplas funções além do ensino, sendo cobrado por eficiência e flexibilidade sem, no entanto, receber a valorização correspondente. A formação docente tornou-se fragmentada, superficial e voltada a demandas imediatistas do cotidiano escolar, com foco em cursos rápidos e pouco aprofundados. Essa sobrecarga de tarefas, combinada com baixos salários, avaliações constantes

⁶Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988)

e más condições de trabalho, gerou a intensificação e precarização da profissão, afetando inclusive a saúde mental dos educadores.

Em síntese, o avanço do neoliberalismo na educação pública resultou em uma profunda reconfiguração do papel do Estado e das finalidades da escola. A lógica de mercado passou a orientar as políticas educacionais, transformando o direito à educação em um serviço padronizado, submetido a indicadores de produtividade e eficiência. Nesse modelo, a escola deixa de ser um espaço de formação cidadã e passa a operar prioritariamente como instância de preparação da força de trabalho, voltada a suprir as exigências do mercado globalizado.

Nesse processo, as reformas educacionais reduziram investimentos públicos, promoveram a descentralização administrativa e transferiram responsabilidades para o setor privado, o que precarizou as condições de trabalho docente. O professor da rede pública passou a ser sobrecarregado por múltiplas funções, constantemente avaliado e pressionado por metas, sem a devida valorização profissional e salarial. A formação docente tornou-se fragmentada, técnica e superficial, voltada a demandas imediatistas e desvinculada de uma perspectiva crítica e emancipadora.

Tal conjuntura contribui para a intensificação do trabalho, o esvaziamento do sentido pedagógico e o comprometimento da saúde mental dos educadores. Por isso, torna-se urgente repensar as políticas públicas de educação de forma a romper com a lógica da mercantilização e resgatar a centralidade da escola como promotora de justiça social, equidade e bem-estar aos seus profissionais.

2.2 CONCEITO DE TRABALHO EM MARX E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A definição de trabalho, segundo Marx (2017, p.255), “(...) é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Dessa forma a concepção de trabalho apresentada por Marx possui um caráter ontológico e histórico, situando-o como uma atividade fundamental da existência humana. Nessa perspectiva, o trabalho ultrapassa sua definição restrita como atividade produtiva ou econômica, assumindo o papel de mediação essencial entre o ser humano e a natureza. Por meio da prática consciente e intencional, o

indivíduo intervém no mundo natural, promovendo sua transformação e, simultaneamente, modificando a si próprio nesse processo.

Essa interação, que Marx denomina de “metabolismo” entre homem e natureza, revela o trabalho como o mecanismo por meio do qual o ser humano reorganiza os elementos naturais para atender às suas necessidades. Através do uso de técnica e conhecimento, ele se diferencia dos demais seres vivos ao produzir seus meios de subsistência de forma consciente, deliberada e criativa. O trabalho, assim, é compreendido como uma atividade especificamente humana, que envolve previsão, planejamento e capacidade transformadora.

Sob essa ótica, o trabalho também se constitui como base estruturante das relações sociais e econômicas. No contexto do modo de produção capitalista, entretanto, essa mediação com a natureza é apropriada de maneira assimétrica. O trabalhador executa o processo de produção, conferindo valor aos bens, mas não se apropria dos resultados de sua atividade, estes são retidos pelo capitalista. Dessa forma, a relação entre sujeito e natureza é submetida à lógica da acumulação, promovendo um desequilíbrio nesse metabolismo social.

O trabalho, em Marx, é a atividade fundadora da vida humana e social. Contudo, no capitalismo, essa atividade é marcada pela alienação: o trabalhador é privado do controle sobre sua própria ação e de seus frutos, reduzindo-se a um meio para a valorização do capital. Tal dinâmica expressa não apenas a exploração econômica, mas também uma profunda ruptura entre o ser humano e sua essência criadora.

Ao que se refere ao valor/preço do trabalho, Marx nos diz:

Que queremos dizer quando afirmamos que os preços das mercadorias são determinados pelos salários? Como o salário não é mais do que uma denominação do preço do trabalho, queremos dizer com isso que os preços das mercadorias regulam-se pelo preço do trabalho. E como “preço” é valor de troca — e quando falo de valor refiro-me sempre ao valor de troca —, a saber: *valor de troca expresso em dinheiro*, aquela afirmativa equivale a esta outra: “*O valor das mercadorias é determinado pelo valor do trabalho*”, ou, o que vem a dar no mesmo, “*O valor do trabalho é a medida geral do valor*”. (Marx, 1996, p.89)

Marx (1996) apresenta uma crítica à concepção de que os salários determinam os preços das mercadorias. Segundo essa perspectiva, os valores dos bens produzidos estariam diretamente relacionados ao custo da força de trabalho, ou seja, ao preço pago ao trabalhador, o salário. No entanto, o autor considera essa ideia equivocada, pois inverte a verdadeira relação entre trabalho e valor. Ao afirmar que

o preço das mercadorias depende do salário, está dizendo que o valor do trabalho determina o valor das coisas. Contudo, essa afirmação contém uma contradição teórica, o trabalho, na visão marxista, não possui valor em si mesmo, mas é justamente o elemento que cria valor. Assim, dizer que o “valor do trabalho” mede o valor das mercadorias é um erro conceitual, pois pressupõe que o trabalho, enquanto fonte do valor, seja também uma mercadoria mensurável por seu próprio produto, o que é logicamente incoerente.

Marx (1996) diferencia, ainda, os conceitos de valor de uso e valor de troca. O primeiro refere-se à utilidade da mercadoria, enquanto o segundo diz respeito à sua expressão no mercado, normalmente em dinheiro. Quando o autor fala em valor, está se referindo ao valor de troca, o qual, em sua concepção, é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção daquela mercadoria, e não pelo valor pago ao trabalhador.

Essa crítica tem implicações importantes para a compreensão das relações sociais no capitalismo, pois, ao sustentar que os salários determinam os preços, essa teoria oculta a relação de exploração existente entre capital e trabalho. Se os preços fossem definidos apenas pelo custo do trabalho, isso sugeriria que o trabalhador recebe de volta, em salário, o valor que produziu. Marx (1996) discorda dessa premissa e busca demonstrar que o trabalhador gera mais valor do que aquilo que lhe é pago. A diferença entre o valor criado e o salário recebido é o que ele denomina de mais-valia, e é nesse excedente apropriado pelo capitalista que se localiza o núcleo da exploração no sistema capitalista.

O pensamento de Marx (1996) rejeita a ideia de que os salários determinam o valor das mercadorias. Para ele, é o trabalho incorporado ao processo produtivo, e não o preço pago por esse trabalho, que define o valor dos bens. Ao naturalizar a equivalência entre salário e valor, essa visão tradicional esconde as desigualdades estruturais do capitalismo e contribui para manter o funcionamento ideológico do sistema.

No capitalismo, o trabalho não é apenas um fator produtivo, mas a base do valor e da exploração. O trabalhador cria riqueza, mas é privado de uma parte significativa dela. Essa contradição é fundamental para entender as desigualdades sociais e econômicas do sistema capitalista.

Naturalmente, os seus *salários* não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidas, não podem *ser maiores* que estas, mas podem,

sim, ser *inferiores* em todos os graus imagináveis. Seus *salários* achar-se-ão *limitados* pelos *valores* dos produtos, mas os *valores de seus produtos* não se acharão limitados pelos salários. (Marx, 1996, p.93)

Marx (1996) aprofunda sua crítica à lógica capitalista ao afirmar que os salários pagos aos trabalhadores não podem ultrapassar o valor das mercadorias que eles mesmos produzem. Isso parece óbvio à primeira vista, mas carrega implicações profundas sobre a natureza da exploração no sistema capitalista. O que o autor destaca no trecho supracitado, destaca, de forma incisiva, é que o valor dos salários está subordinado ao valor da mercadoria produzida, mas o inverso não é verdadeiro: o valor da mercadoria não está limitado ao que foi pago em salários.

Essa assimetria revela a essência da relação de exploração entre capital e trabalho. O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, participa do processo produtivo gerando valor. No entanto, o salário que ele recebe não corresponde integralmente ao valor que ajudou a criar, e, conforme Marx (1996) enfatiza, pode ser inferior em qualquer grau, desde que permita sua sobrevivência e reprodução enquanto força de trabalho. Em outras palavras, o salário é apenas uma fração do valor total produzido, e o restante, a mais-valia, é apropriado pelo capitalista como forma de lucro, como dito anteriormente.

Esse pensamento relaciona-se à crítica anterior de Marx (1996) sobre a falsa ideia de que os salários determinam os preços das mercadorias. Na realidade, como ele demonstra, são os trabalhadores que geram o valor das mercadorias, e os salários apenas representam o custo da força de trabalho, não a medida do valor criado. Essa diferença entre valor produzido e salário pago é justamente o que permite a acumulação de capital.

Portanto, o que Marx (1996) quer evidenciar é que o sistema capitalista opera com base em uma lógica em que os salários são estruturalmente inferiores ao valor gerado pelo trabalho. Essa lógica não é acidental, mas essencial para a reprodução do capital. Ao desvincular o valor da mercadoria do salário do trabalhador, o capitalista garante a existência de um excedente, a mais-valia, que sustenta o lucro e a expansão do capital. Esse mecanismo reforça a crítica marxista à ideia de que existe uma relação justa e equilibrada entre trabalho e remuneração no capitalismo.

Para Marx(1996), o trabalho, em sua dimensão originária, constitui uma práxis criadora, uma atividade consciente e transformadora pela qual o ser humano se

realiza como sujeito histórico e social. Essa concepção ontológica compreende o trabalho como mediação entre o homem e a natureza, capaz de desenvolver suas potencialidades e afirmar sua humanidade.

No entanto, com o advento do modo de produção capitalista, essa relação se desestrutura: o trabalho passa a ser subordinado à lógica da acumulação, perdendo seu caráter emancipador. Surge, então, o trabalho alienado, no qual o trabalhador não se reconhece no produto de sua atividade, pois este é apropriado pelo capitalista.

Com base no trabalho de Marx, Nominato (2022) afirma que:

No capitalismo, o trabalho tem as suas especificidades. A primeira delas é que ele se subordina ao capital, de modo que o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador e sim ao capitalista (MARX, 2017). Assim como o trabalho, o capital é anterior ao modo de produção capitalista; porém, na forma de capital mercantil e usurário. Esse modo de produção, sobre o qual Marx se debruçou a estudar durante toda a sua vida, é um dos modos possíveis de realização do capital. Os outros, que antecederam ao capitalismo, como o asiático, o feudal e o escravista, também foram marcados pela exploração do homem pelo homem (Nominato, 2022, p.22-23).

Imposto de forma externa e desvinculado da vontade do sujeito, o trabalho torna-se estranhado, desumanizando o trabalhador e reduzindo-o a um instrumento da valorização do capital. Assim, a transição do trabalho como práxis à sua forma alienada revela a ruptura entre sujeito, atividade e produto, negando a essência criadora do ser humano.

No pensamento de Marx (1996), a subsunção do trabalho ao capital⁷ constitui um processo central para a compreensão da transformação histórica do trabalho no modo de produção capitalista e da intensificação das relações de exploração. Para Serafim (2018), o controle dos processos de trabalho é o ponto crucial da lógica capitalista, pois é o que garante a extração de mais-valor, fundamento da acumulação de capital. A dominação sobre o trabalho, elemento central da subsunção, não é apenas uma característica do capitalismo, mas condição indispensável para sua

⁷ Em nota de rodapé Serafim (2018, p.512) explica sobre o conceito subsunção do trabalho ao capital: “É possível encontrar na literatura a utilização da expressão “subsunção do capital sobre o trabalho” ou, o que daria no mesmo, “subsunção do trabalho pelo capital” – nesses casos, geralmente buscando expressar a ideia de que o capital subordina e subjuga o trabalho. No entanto, essa lógica semântica não comparece nas obras de Marx. No autor alemão, o termo costuma aparecer sempre como “subsunção do trabalho ao capital” ou “subsunção do trabalho sob o capital”. O sentido é o da subordinação e subjugação de “um ao outro” ou de “um sob o outro”, e não no sentido de “um sobre o outro” ou de “um pelo outro”. A razão disso, assim avalio, fundamentalmente, é porque a subsunção não é uma relação unilateral (...), a subsunção implica, também, numa relação de dependência – logo, numa relação de reciprocidade entre os dois polos da relação. Isto é, não apenas o capital subordina e subjuga o trabalho; o próprio trabalho se subordina e se subjuga.

existência, e é isso que perpetua a exploração, a precarização e a alienação do trabalho.

O controle sobre os processos de trabalho, os meios de produção e a força de trabalho não apenas tem se apresentado na história como essencial ao capital; tem se apresentado, outrossim, ele mesmo, como fundante do modo de produção capitalista. A posse do controle sobre os processos de trabalho marca historicamente a estreia da subsunção do trabalho ao capital e o início do modo de produção capitalista (Serafim, 2018, p.513)

Esse processo de subsunção intensifica a exploração, pois permite ao capitalista extrair mais-valia de forma sistemática e ampliada, seja por meio do aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), seja pela intensificação da produtividade (mais-valia relativa). Assim, a subsunção do trabalho ao capital não apenas transforma o conteúdo do trabalho, mas também aprofunda a alienação, rompe a ligação entre o trabalhador e sua práxis criadora, e subordina toda a vida produtiva à racionalidade instrumental do capital. (Marx, 1996; Serafim, 2018)

A partir da perspectiva marxista, a precarização do trabalho pode ser compreendida como uma expressão contemporânea da exploração estrutural característica do capitalismo. Para Marx (1996), o trabalho no capitalismo é marcado pela alienação e pela subsunção ao capital, em que o trabalhador é despojado do controle sobre os meios de produção, do produto de seu trabalho e da própria atividade laboral, tornando-se instrumento da valorização do capital.

A precarização do trabalho, nesse contexto, não representa uma anomalia, mas uma tendência inerente ao sistema capitalista de produção. Ela se manifesta por meio da flexibilização das relações trabalhistas, da instabilidade dos vínculos empregatícios, da redução de direitos sociais e da intensificação da exploração. Tais características atualizam as formas de extração da mais-valia, aprofundando a condição de vulnerabilidade do trabalhador.

Para Antunes (1999) e Labronici (2021), Marx já apontava que o capital tende a reduzir os custos com a força de trabalho ao mínimo necessário à sua reprodução, promovendo uma constante desvalorização do trabalho vivo. A precarização nos tempos atuais, expressa em fenômenos como a “uberização”⁸, a “pejotização”⁹, o

⁸De acordo com Labronici (2021), com base em Ricardo Antunes, o termo se origina ou deriva da plataforma de transportes Uber, onde as relações de trabalho são, cada vez mais, individualizadas e invisibilizadas.

⁹Segundo Ricardo Antunes, a pejotização configura-se como uma expressão da precarização das relações laborais, na medida em que permite às empresas a contratação de trabalhadores sob a forma de pessoa jurídica (PJ), com o objetivo de driblar a legislação trabalhista vigente, especialmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O autor ressalta que essa prática encobre a relação de

trabalho intermitente, a terceirização, os contratos temporários na esfera pública, intensifica essa lógica ao substituir empregos estáveis por formas fragmentadas, mal remuneradas e desprovidas de direitos trabalhistas.

Além disso, a precarização aprofunda a alienação, pois o trabalhador perde ainda mais o controle sobre o processo e os resultados do trabalho, sendo submetido a condições que fragilizam sua autonomia, dignidade e saúde física e mental. Nesse sentido, a crítica de Marx (1996) ao capitalismo fornece uma base teórica sólida para compreender a precarização não como um fenômeno acidental, mas como parte constitutiva da dinâmica de acumulação e dominação do capital.

Outra percepção sobre trabalho e precarização se dá a partir de Antunes (2018), que desenvolve uma análise crítica sobre a reconfiguração da classe trabalhadora no contexto do capitalismo contemporâneo, trazendo contribuições fundamentais para compreender os processos de precarização que também atingem o trabalho docente. A partir da noção de uma “nova morfologia do trabalho”, Antunes amplia o conceito de classe trabalhadora e usa o termo “classe-que-vive-do-trabalho”¹⁰ para além do operariado industrial, incluindo os diversos segmentos que vivem da venda da força de trabalho, entre eles também pode-se considerar os professores da rede pública, duramente impactados pelas transformações recentes nas políticas educacionais e nas formas de gestão do trabalho.

Se todo trabalho produtivo é assalariado (aqui deixando de lado as “exceções” com o ressurgimento do trabalho escravo), mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo. Uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. Portanto, a classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século (Antunes, 2018, p.89)

Segundo o autor, a classe trabalhadora permanece como eixo central das contradições do capitalismo, ainda que as formas de organização do trabalho tenham se tornado mais complexas, heterogêneas e fragmentadas. Nesse sentido, a docência, especialmente no setor público, tem sido marcada por novas formas de controle, intensificação das atividades, sobrecarga emocional e responsabilização individual, elementos que a inserem no conjunto do que Antunes caracteriza como trabalho

subordinação característica do vínculo empregatício, ao mesmo tempo em que transfere ao trabalhador os encargos e os riscos inerentes à atividade produtiva. (Antunes, 1999; 2020; 2018)

¹⁰ Em notas de rodapé, o autor explica que seria a classe de pessoas que “apenas trabalham” conforme designação de Marx (Antunes, 2018, p.88)

assalariado precarizado, vinculado a uma lógica de produtividade que se aproxima das formas empresariais de organização do trabalho. (Antunes, 2018)

A expansão das formas de precarização, segundo Antunes (1999; 2018), está intrinsecamente ligada à ofensiva neoliberal, que introduz nas instituições públicas princípios de mercado, como metas, desempenho e eficiência, e que resulta na intensificação do trabalho e na desvalorização das condições de ensino. Para os docentes, isso significa uma sobrecarga de tarefas administrativas, aumento de exigências relacionadas a resultados e redução da autonomia pedagógica, o que afeta diretamente sua saúde mental e emocional.

Antunes (2018), também, aponta que, no novo cenário do trabalho, as fronteiras entre o que é considerado produtivo ou improdutivo tornam-se cada vez mais difusas. Embora o trabalho docente, tradicionalmente visto como “improdutivo” no sentido econômico estrito, não esteja diretamente vinculado à criação de mais-valor na lógica clássica marxista, ele é funcional e indispensável à reprodução social do capital. Com isso, a educação passa a ser compreendida como um serviço essencial e, portanto, alvo da mercantilização e da lógica da gestão privada, o que aprofunda a precarização da profissão docente.

Dentro dessa nova configuração, Antunes (2018) destaca que o trabalho vivo, mesmo quando aparentemente “imaterial”, continua sendo central para a produção e reprodução do capital. Isso se aplica diretamente ao trabalho do professor, que, apesar de operar majoritariamente por meio de atividades intelectuais e afetivas, está submetido a sistemas rígidos de avaliação, padronização e controle, como aqueles impostos por plataformas digitais, aplicativos de monitoramento e políticas de desempenho educacional.

Dessa forma, os docentes também são pressionados por metas, rankings e indicadores de produtividade, passando a vivenciar, como afirma o autor, formas contemporâneas de auto exploração e alienação, onde são estimulados a se tornarem gestores de si mesmos, responsáveis pelo próprio “fracasso” ou “sucesso” profissional. Esse fenômeno repercute diretamente na subjetividade dos professores, contribuindo para o adoecimento mental e para a intensificação do sofrimento psíquico no ambiente escolar.

Ao considerar a classe trabalhadora em sua forma ampliada, é importante reforçar a inclusão dos docentes nas análises sobre os efeitos do neoliberalismo no

mundo do trabalho. Ao lado de outros segmentos precarizados, os professores enfrentam não apenas a desvalorização salarial, mas também a deterioração das condições laborais, o que repercute diretamente na qualidade do ensino e na saúde dos profissionais.

É importante ressaltar ainda, que, Antunes (2018) propõe uma análise da precarização do trabalho a partir de três dimensões fundamentais. A primeira é a instabilidade, caracterizada pela fragilidade dos vínculos empregatícios, contratos temporários, terceirizações e a constante incerteza quanto à continuidade no posto de trabalho. A segunda dimensão é a intensificação, que se refere ao aumento da carga laboral, à elevação das exigências de produtividade e à permanente pressão por resultados. Por fim, a flexibilização diz respeito à desregulamentação das normas trabalhistas, à variabilidade da jornada e à proliferação de contratos atípicos.

No contexto da docência, essas dimensões se manifestam de maneira evidente no cotidiano das escolas públicas. Os professores enfrentam uma multiplicidade de tarefas, lidam com turmas numerosas, acumulam funções administrativas e são submetidos a cobranças constantes por desempenho. Além disso, convivem com a desvalorização salarial, a carência de apoio institucional e o agravamento da sobrecarga psíquica. Essas condições são expressão da lógica neoliberal na gestão pública da educação, que incorpora práticas oriundas do setor empresarial, priorizando metas, resultados e mecanismos de controle como já mencionados em momento anterior.

Dessa forma, a contribuição de Antunes (1999; 2018), é essencial para a compreensão da precarização do trabalho docente, que não é um fenômeno isolado, mas parte de um processo mais amplo de reconfiguração das relações de trabalho no capitalismo neoliberal. A docência, inserida nesse cenário, revela de forma clara as tensões entre o capital e o trabalho, e mostra como a imposição de uma lógica produtivista e gerencial tem profundos impactos sobre a saúde mental e a vida dos trabalhadores da educação.

2.3. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO BRASIL

Na década de 1990, o Brasil vivenciou um conjunto de reformas educacionais orientadas pelas diretrizes do neoliberalismo. Essas reformas, conduzidas por

formuladores de políticas alinhados à lógica do mercado, visaram à privatização progressiva dos serviços públicos, à redução dos investimentos em educação e demais áreas sociais, bem como ao aumento do controle sobre o trabalho docente.

Como consequência dessas reformas, houve um enfraquecimento da educação pública, marcado por cortes orçamentários e pela intensificação da precarização das condições de trabalho dos professores, que já enfrentavam diversas adversidades. Tais medidas também aprofundaram as desigualdades no acesso à educação, ampliando a distância entre as instituições voltadas às elites, com maior estrutura e qualidade, e as escolas públicas, geralmente carentes de recursos e apoio.

Assim, o neoliberalismo contribuiu significativamente para o agravamento das desigualdades sociais e educacionais, ao privilegiar a eficiência econômica e a lógica do lucro em detrimento da justiça social e da inclusão (Da Silva Moura *et al.*, 2019).

2.3.1 As reformas do Estado e os Efeitos da Gestão Neoliberal na Educação Pública

Com base nos estudos de Medeiros e Rodrigues (2014), na década de 1990, o Brasil passou por uma série de reformas no aparelho estatal, fortemente influenciadas pelas ideias neoliberais que estavam ganhando espaço em todo o mundo. Essas reformas tinham como objetivo principal reorganizar a forma como o Estado funcionava, tornando-o mais enxuto, eficiente e alinhado às demandas do mercado. Nesse processo, a gestão pública, inclusive na área da educação, passou a adotar o modelo gerencial, que seria uma abordagem inspirada em práticas do setor privado.

Medeiros e Rodrigues (2014) analisaram as transformações no papel do Estado ao longo da história, moldadas por diferentes conjunturas históricas e pelas dinâmicas da globalização que destacam a importância de compreender a lógica da intervenção estatal na sociedade, a qual atravessou distintos períodos, desde a atuação marcante do Estado na economia durante a Era Vargas até as reformas administrativas e econômicas implementadas na década de 1990, especialmente após o governo de Fernando Collor de Melo (1990) e Fernando Henrique Cardoso (1995).

Segundo Costa (2010 *apud* Medeiros e Rodrigues, 2014) destaca a importância de compreender a lógica da intervenção estatal na vida social,

ressaltando a influência de Getúlio Vargas como responsável pelo primeiro esforço sistemático e contínuo de modernização administrativa no Brasil. As reformas realizadas durante a Era Vargas (1930-1954) fundamentaram as transformações posteriores do período denominado Era Vargas sem Vargas (1955-1989)¹¹, que também se caracterizou pela forte presença do Estado na economia e na regulação das relações de trabalho. Conforme citado por Medeiros e Rodrigues (2014), “*O Brasil persistiu na política de industrialização via substituição de importações e no dirigismo estatal até o final da ditadura militar e mesmo até o governo de transição (1985-1990)*” (Costa, 2010 *apud* Medeiros e Rodrigues, 2014, p.12).

Ainda de acordo com Medeiros e Rodrigues (2014), a partir de 1990, durante o governo Collor, iniciou-se uma ruptura com os pressupostos da Era Vargas por meio de medidas como abertura comercial, desestatização, desregulamentação socioeconômica, reforma previdenciária e administrativa. Essa fase foi caracterizada como uma Era de Vargas contra Vargas¹². Entretanto, como salientado por Costa 2010 (*apud* Medeiros e Rodrigues, 2014), mesmo diante dessas intervenções, não houve uma alteração profunda da estrutura social brasileira, tampouco foram estabelecidas as bases de um novo modelo econômico.

As autoras apontam que, embora enfrentasse entraves conceituais e políticos, a reforma gerencial foi iniciada no governo Collor, resultando em avanços técnicos e administrativos, como maior eficiência e transparência. Ainda assim, aspectos ligados à democratização e aos propósitos sociais da reforma ficaram em segundo plano.

No que tange ao período posterior ao impeachment de Collor, Medeiros e Rodrigues (2014) destacam que, durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, a reforma do Estado ganhou centralidade, com foco na reestruturação das funções econômicas e ético-políticas. Conforme Neves (2005 *apud* Medeiros e Rodrigues, 2014, p.13), “[...] *de produtor direto de bens e serviços, o Estado passou a coordenador de iniciativas privadas*”.

As reformas visavam modernizar a gestão pública por meio da busca por maior eficiência, tecnicidade, transparência e integridade administrativa, embora

¹¹ Refere-se ao período da história brasileira após a morte de Getúlio Vargas (1954) e antes do início da Nova República (1985).

¹² Para as autoras uma metáfora para explicar que o Brasil rejeita os fundamentos do varguismo, mas sem construir uma nova base sólida de crescimento econômico e transformação social.

tenham implicado a diminuição da centralidade da participação democrática e da orientação política das reformas (Medeiros e Rodrigues, 2014).

Nesse mesmo sentido, Medeiros e Rodrigues (2014) observaram que a chamada reforma do aparelho do Estado constitui uma iniciativa com foco mais técnico, orientada à racionalização da administração pública e ao atendimento das demandas da cidadania. Essa proposta envolveu alterações nas formas de propriedade estatal e nos modelos de gestão dos bens públicos, promovendo a valorização de parcerias com o setor privado e com organizações da sociedade civil. Mudanças que resultaram também em uma redefinição das funções do Estado, priorizando a coordenação de ações privadas, a avaliação de políticas públicas e a ênfase na obtenção de resultados, ao passo que reduziram a intervenção direta do Estado em áreas sociais como a educação.

Em uma outra visão sobre esse período, Nominato (2022) argumenta que o processo de redemocratização do Brasil, consolidado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, constituiu um ponto de desvio na configuração do Estado brasileiro, pois, a partir desse marco jurídico e político, estabeleceu-se formalmente o modelo de Estado Democrático de Direito, o que implica obrigações concretas ao poder público em todas as esferas governamentais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) no tocante à formulação, execução e gestão de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos sociais.

Nominato (2022) destaca que a Carta Magna de 1988 ampliou significativamente a concepção de cidadania ao reconhecer como dever estatal a garantia de condições básicas de dignidade humana. Essa responsabilidade inclui a oferta de serviços essenciais e a promoção do bem-estar social por meio da efetivação de direitos fundamentais como educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, previdência, lazer, entre outros. Tais direitos estão positivados no artigo 6º da Constituição Federal, o qual os define como pilares centrais para a construção de uma sociedade pautada pela justiça social e pela inclusão cidadã (Brasil, 1988).

Os direitos sociais contemplados na CF de 1988 foram frutos de intensas lutas políticas e de reivindicações dos movimentos sociais. Podemos concluir, de antemão, que o Estado mínimo proposto pela ideologia neoliberal confronta o 'Estado Democrático de Direito' constitucional. (Nominato, 2022, p. 46)

A reforma gerencial do Estado brasileiro, que teve início em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, liderada pelo ministro Luiz Carlos Bresser

Pereira, se baseava na ideia de que a crise dos anos 1980 teria sido causada pela ineficiência estatal, o que justificava a necessidade de reorganizar a administração pública nos moldes de uma gestão mais voltada para os resultados e integrada ao mercado global. Assim, propôs-se a redução do tamanho do Estado por meio da privatização, terceirização e publicização, bem como a introdução de novos princípios, como o da eficiência, à Constituição Federal de 1988 (Nominato, 2022).

A reforma administrativa implementada nos anos 1990 promoveu uma significativa reconfiguração das fronteiras entre o público e o privado, ao descentralizar responsabilidades estatais e delegá-las à iniciativa privada. Nesse contexto, consolidou-se a atuação do chamado terceiro setor, que são entidades de caráter privado que exercem funções de interesse público. De acordo com a análise de Peroni e Adrião (2008 *apud* Nominato, 2022), essa modalidade de gestão foi concebida como uma alternativa à privatização direta das políticas sociais, típica da agenda neoliberal, sustentando-se na concepção de que o Estado deveria limitar-se à função de regulação, afastando-se da execução direta dos serviços.

No campo educacional, tais mudanças teve forte impacto, promovendo a precarização do trabalho docente e transformando direitos sociais em serviços sob lógica empresarial. Conforme apontam Lindesay e Marcelino (2022 *apud* Nominato, 2022), no âmbito da educação, essa reconfiguração institucional contribuiu para a intensificação da precarização do trabalho docente, com a introdução de mecanismos de controle e avaliação baseados em metas de desempenho e produtividade. Além disso, observou-se uma retração no investimento público em educação, mesmo diante do crescimento da dívida estatal. Tais mudanças evidenciam a subordinação do direito à educação às lógicas de mercado e ao ajuste fiscal, comprometendo a efetivação de políticas educacionais orientadas pelos princípios democráticos e inclusivos consagrados na Constituição Federal de 1988.

No caso das escolas públicas, isso significou a introdução de programas e projetos voltados para o aumento da eficiência e do controle, muitas vezes em detrimento da participação democrática da comunidade escolar na tomada de decisões. A ideia de gestão democrática, que valoriza a colaboração entre professores, alunos, famílias e gestores, acabou entrando em conflito com a lógica gerencial, que privilegia resultados, metas e controle centralizado.

Além disso, essas mudanças foram implementadas em um contexto em que

o Estado passou a fomentar parcerias público-privadas, delegando a um pequeno grupo de lideranças a condução e o controle dessas iniciativas. Assim, a gestão da educação pública sofreu uma transformação significativa, refletindo as prioridades e valores do modelo neoliberal e impactando diretamente o cotidiano das escolas e dos profissionais que nelas atuam.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que programas e projetos implementados nas escolas públicas, na perspectiva gerencial, são também decorrentes desse movimento de reforma na administração pública, desse processo de modernização da gestão. Incluídos, portanto, no contexto das parcerias público-privadas, e apresentados como instrumentos eficientes para que se alcancem bons resultados, a partir da atuação de um grupo restrito de líderes/gerentes, tornam-se grande desafio a ser enfrentado por todos aqueles que anseiam pela democratização da escola pública. (Medeiros e Rodrigues, 2014, p. 21)

Logo, observa-se que o conflito entre o modelo gerencial e a gestão democrática nas escolas públicas está relacionado principalmente às divergências quanto ao foco, à participação e aos objetivos da administração escolar. Medeiros e Rodrigues (2014) defendem em primeiro lugar, no que diz respeito à participação da comunidade escolar, que o gerencialismo promove um envolvimento restrito à execução de tarefas previamente definidas, limitando a atuação dos diversos atores como professores, estudantes, famílias e comunidade a funções operacionais. Ao contrário daquele a gestão democrática valoriza a participação efetiva e ativa desses sujeitos, estimulando a construção coletiva das decisões que orientam a gestão escolar.

Quanto à tomada de decisão e autonomia, a lógica gerencial concentra o poder decisório em um grupo restrito de gestores, frequentemente influenciados por princípios empresariais e pela busca de resultados e eficiência. Tal concentração restringe a autonomia dos demais integrantes da comunidade escolar e reduz sua influência nas decisões, enquanto a gestão democrática busca a descentralização do poder, promovendo a autonomia e a responsabilização coletiva no processo decisório.

Essa discussão, mais especificamente no que concerne à gestão educacional e escolar, impõe novos desafios aos educadores, uma vez que também promove mudanças na participação e no processo decisório no interior da escola pública; nas formas de avaliação e estratégias para que se alcancem os melhores resultados; no significado do ser cidadão, agora cliente dos serviços públicos; corroborando, além disso, a competição através de políticas meritocráticas; e atribuindo novos sentidos à qualidade que, nesse contexto, estaria pautada em padrões de eficiência do setor privado (Medeiros e Rodrigues, 2014, p.2)

Além disso, o impacto pedagógico dessas abordagens apresenta diferenças fundamentais. O gerencialismo tende a enfraquecer a dimensão crítica da pedagogia, promovendo práticas de conformidade e adaptação que desconsideram a transformação social. Já a gestão democrática entende a educação como instrumento de mudança social, ética e cidadã, estimulando o pensamento crítico e a autonomia dos sujeitos educacionais.

Portanto, essas divergências refletem a oposição entre um modelo centrado na lógica empresarial, na centralização do poder e na responsabilização individual pela eficiência, e outro que valoriza a participação coletiva, a autonomia dos atores educacionais e uma perspectiva crítica e transformadora da educação. Dessa forma, as reformas impulsionadas pelo neoliberalismo trouxeram avanços técnicos e gerenciais, mas deixaram em segundo plano a dimensão democrática, o enfrentamento das desigualdades e a efetivação plena dos direitos sociais. O desafio atual, é repensar o papel do Estado, resgatando seu compromisso com a justiça social, a equidade e a construção de políticas públicas que coloquem os interesses do coletivo acima das exigências do mercado.

2.3.2 Histórico das reformas educacionais a partir de 1990

A partir dos anos 1990, o cenário educacional brasileiro foi profundamente impactado por um conjunto de reformas que refletiram as mudanças políticas, econômicas e sociais no país. Sob forte influência das orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, o FMI¹³ e a UNESCO¹⁴ (Ávila, 2023), e alinhadas à lógica neoliberal, essas transformações redefiniram o papel do Estado na educação. As políticas implementadas nesse período priorizaram a reestruturação da gestão, a redefinição das formas de financiamento, a reformulação dos currículos e a centralidade dos sistemas de avaliação como mecanismos de controle e monitoramento dos resultados educacionais.

A compreensão histórica do processo educacional inicia-se com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em *Jomtien*, na Tailândia, em 1990. Esse evento, promovido por organismos multilaterais como a

¹³ Fundo Monetário Internacional.

¹⁴ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

UNESCO, o UNICEF¹⁵, o PNUD¹⁶ e o Banco Mundial, resultou na formulação da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* e do *Marco de Ação para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*, documentos subscritos por diversos países, entre eles o Brasil. A partir desse momento, o país passou a participar ativamente das discussões internacionais sobre políticas educacionais, adotando, progressivamente, os princípios defendidos por essas instituições. (Jacomeli, 2011)

Jacomeli (2011) ainda destaca que entre os documentos que exerceram maior influência sobre as reformas educacionais brasileiras está o Relatório *Delors*, oficialmente intitulado "*Educação: um tesouro a descobrir*". Elaborado por uma comissão presidida por Jacques Delors, a pedido da UNESCO, o relatório sistematiza os compromissos assumidos pelos países signatários de Jomtien:

De acordo com a ideologia liberal, a escola é vista como panacéia para todos os males da sociedade. E é nesse sentido que o Relatório Delors vai referendar tal assertiva e ampliá-la no sentido de adequar a mesma escola para preparar o "cidadão-trabalhador" e capacitá-lo a viver numa "sociedade democrática". (...) foi pensado para sistematizar e refletir as questões e compromissos assumidos por países que participaram da Conferência de Jomtien. (Jacomeli, 2011, p.122)

A autora ainda reforça que a adesão do Brasil a essas orientações implicou em uma série de reformas nas políticas públicas de educação, especialmente no que diz respeito à ampliação do acesso à educação básica e à valorização da aprendizagem ao longo da vida. Esses compromissos foram reafirmados em outros encontros internacionais, como a Conferência de Nova Delhi (1993), na qual países em desenvolvimento assumiram o compromisso de universalizar a oferta de ensino fundamental e ampliar as oportunidades educacionais para todos os segmentos da população, bem como ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos.

Para Jacomeli (2011) a escola, nesse contexto, passa a desempenhar um papel estratégico na reprodução de valores e na homogeneização de condutas, contribuindo para a naturalização das desigualdades sociais. Assim, a análise crítica desse processo revela-se indispensável para que os profissionais da educação possam promover práticas pedagógicas voltadas à emancipação social e à transformação da realidade, pois segundo a autora:

¹⁵United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

¹⁶Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

(...) há um projeto de sociedade sendo pensado e engendrado pelos ideólogos que defendem o capitalismo. Nesse projeto, a educação escolar é pensada como a melhor ferramenta para conformar espíritos, incutir valores, unificar discursos e fazer com que os indivíduos aceitem como natural a reestruturação do capitalismo globalizado, com suas diferenças econômicas, sociais, culturais e outras. (Jacomeli, 2011, p.122)

No que se refere as mudanças aqui no Brasil, de acordo com Ávila (2023), a Constituição Federal de 1988 fortaleceu o compromisso com a educação ao definir a responsabilidade do Estado na oferta da educação básica, determinando tanto os investimentos necessários quanto a garantia da qualidade como princípio orientador das ações educacionais.

Após a promulgação da carta magna, o Estado consolidou a educação, assim como outros direitos, um direito social fundamental e atribuiu ao Estado a responsabilidade de garantir o acesso e a permanência na educação básica.

Indicadores como o SAEB¹⁷ e o IDEB¹⁸ foram criados para atender às demandas por formação e qualificação no contexto das transformações do sistema educacional brasileiro. Inseridos em uma lógica orientada pelo mercado, esses instrumentos reforçaram uma concepção de qualidade vinculada à eficiência e aos resultados, alinhando a educação às exigências do modelo econômico. Esse processo se intensificou nos anos 1990, em articulação com as reformas promovidas pelos governos da época. Para compreendê-lo plenamente, é necessário considerar o conjunto das políticas educacionais implementadas desde a década de 1980. (Ávila, 2023)

Ao mencionar o SAEB (criado em 1990) e o IDEB (criado em 2007), a autora mostra que esses instrumentos de avaliação, voltados para medir o desempenho escolar, são expressões concretas dessa nova lógica de gestão da educação, mais voltada para metas e resultados, típica das políticas neoliberais.

Seguindo o cronograma histórico com base em Jacomeli (2011) e Avila (2023), a trajetória das políticas educacionais no Brasil, a partir da década de 1980, reflete um processo de reconfiguração marcado tanto por avanços legais internos quanto por influências de organismos internacionais. No governo de José Sarney (1985–1990), a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental ao assegurar o ensino fundamental gratuito, estabelecer a

¹⁷Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

¹⁸Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

progressiva universalização do ensino médio e ampliar os recursos públicos vinculados à educação, consolidando o direito à educação como dever do Estado.

Com a chegada de Fernando Collor à presidência (1990–1992), a agenda educacional brasileira passou a incorporar com mais intensidade as diretrizes de instituições multilaterais, como o Banco Mundial. Nesse contexto, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), atendendo a recomendações voltadas à implementação de sistemas avaliativos de desempenho como critério para financiamento de projetos. No plano jurídico, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado em 1990, reforçando a educação como um direito fundamental e reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. No mesmo período, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, em 1990, que resultou em compromissos internacionais voltados à universalização da educação básica e ao combate ao analfabetismo. Ainda nesse ano, a UNESCO proclamou o Ano Internacional da Alfabetização, fortalecendo o apelo global por políticas inclusivas no campo educacional. (Jacomeli, 2011)

O governo de Itamar Franco (1992–1995), no cenário internacional, destaca-se a participação do Brasil na Declaração de Nova Delhi (1993), firmada entre os nove países em desenvolvimento mais populosos do mundo, reafirmando o compromisso com a educação como instrumento de promoção dos direitos humanos universais. No Brasil deu continuidade a esses compromissos com a elaboração e implantação do Plano Decenal de Educação para Todos, lançado em 1993 como resposta direta às metas estabelecidas em Jomtien. Esse plano sugeria a garantia de conteúdos mínimos de aprendizagem para diferentes faixas etárias, a partir de um processo que envolveu o diálogo entre o Ministério da Educação e representantes da sociedade civil, durante a Conferência Nacional de Educação para Todos (1994). Nesse contexto, foi criado o Pacto pela Valorização do Magistério e pela Qualidade da Educação, que buscava articular a formação docente e a melhoria do ensino. (Jacomeli, 2011)

O Plano Decenal de Educação para Todos é proposto, então, tendo como base amplo debate de todos os segmentos sociais ligados à educação. Nasce de um momento histórico em que a proposição democrática e participativa era o carro chefe das grandes conquistas pós ditadura militar. [...] A partir de proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), discutiu-se nessa Conferência a questão do magistério. Desse debate, foi aprovada em plenária na Conferência a proposta que subsidiaria o *Acordo* que viria a transformar-se no *Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação*. (Jacomeli, 2011. p. 123)

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), o processo de avaliação e reorganização da educação foi aprofundado. Formalizado em 1994 e instituído o Sistema de Informações e Avaliação Educacional (SIAE) em 1995, voltado à coleta e análise de dados educacionais em todas as etapas e modalidades de ensino. Em 1996, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), com o objetivo de garantir financiamento mais equitativo à educação básica, vinculando a distribuição de recursos à matrícula dos estudantes e priorizando a valorização dos profissionais da educação. (Jacomeli, 2011; Ávila, 2023)

De acordo com Jacomeli (2011) no ano de 1996, importantes marcos legais foram instituídos para consolidar as reformas educacionais que estavam acontecendo. Entre eles, destaca-se a promulgação da Lei nº 9.394/96, que institui a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), redefinindo os princípios e a organização da educação brasileira. No mesmo período, foi criada a legislação que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), voltado à redistribuição equitativa de recursos e à valorização docente. Ainda em 1996, foi promovida uma significativa reforma curricular no ensino fundamental, com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que passaram a orientar os conteúdos mínimos a serem trabalhados nas escolas de todo o país. Esse conjunto normativo conferiu à União maior controle sobre a formulação das diretrizes educacionais, ao mesmo tempo em que descentralizou a responsabilidade pela execução das políticas para os entes federativos, especialmente Estados e municípios.

Outros programas e planos que foram criados, fortalecidos ou aprimorados na gestão de FHC: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aprimorado; Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Dinheiro Direto na Escola, implementado a partir de 1995; Programa TV Escola, implementado a partir de 1995; Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), implementado a partir de 1995; Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO), implementado a partir de 1995; Plano Nacional de Educação (PNE) – sancionado em 2001, previsto na LDB de 1996 e no final do mandato o PDE (Plano de Desenvolvimento Escolar), o Plano sofreu nove vetos presidenciais, que atingiram pontos essenciais, especialmente relacionados ao financiamento da educação,

comprometendo a garantia de recursos para a efetiva implementação do PNE. (Jacomeli, 2011).

Durante os governos Lula (2003–2011), houve avanços significativos na educação brasileira. No ensino superior, destacaram-se programas como o PROUNI (Programa Universidade para todos) e o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que ampliaram o acesso às universidades. Na educação básica, o FUNDEB substituiu o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) em 2006, estendendo o financiamento da educação infantil ao ensino médio. Em 2007, foi criado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), indicador que avalia o desempenho dos sistemas de ensino e das escolas, além do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), que visava melhorar a qualidade do ensino por meio de planejamento estratégico. (Ávila, 2023; Jacomeli, 2011)

Neto e Nez (2021) afirmam, segundo seus estudos que um marco fundamental na valorização da educação foi a transição do FUNDEF para o FUNDEB, ampliando o financiamento, antes focado apenas no ensino fundamental, para toda a Educação Básica, incluindo a educação infantil e o ensino médio. Essa mudança buscou enfrentar a exclusão educacional e garantir repasses mais abrangentes e equitativos.

O PDE reuniu diversas ações, como o estabelecimento do Piso Salarial do Magistério, programas de formação docente e iniciativas de apoio como Transporte Escolar, Saúde nas Escolas e Mais Educação. Essas ações refletiram um esforço integrado de diferentes ministérios, especialmente em articulação com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Embora muitas propostas tenham dado continuidade às políticas do governo FHC¹⁹, o governo Lula ampliou o diálogo com a sociedade civil e buscou atender demandas históricas, sobretudo das regiões Norte e Nordeste. (Ávila, 2023; Jacomeli, 2011)

Um marco importante foi a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que reuniu milhares de delegados em 2010 e resultou em propostas como a criação do Sistema Nacional de Educação, a ampliação dos poderes do Fórum Nacional da Educação e o fortalecimento da gestão democrática no setor, inclusive na iniciativa privada. Segundo o educador Dermeval Saviani, o governo Lula

¹⁹Fernando Henrique Cardoso

conseguiu implementar ações concretas voltadas à melhoria da qualidade da educação, ainda que dentro do marco legal herdado do governo anterior. (Ávila, 2023; Jacomeli, 2011)

Durante o governo Dilma Rousseff (2011–2016), a oferta de vagas na Educação Infantil era insuficiente, o que levou à criação do Programa Brasil Carinhoso, em 2012, voltado a famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. A educação ganhou destaque nas manifestações de junho de 2013, o que culminou na destinação de 75% dos royalties do petróleo e do pré-sal para a área educacional, oficializada em setembro daquele ano. (Ávila, 2023)

Na gestão de Michel Temer (2016–2019), foi concluída a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), com foco na definição de competências e habilidades para cada etapa da educação. Ainda em 2016, foi criado o programa Criança Feliz, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento na primeira infância, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. (Ávila, 2023)

O governo Bolsonaro (2019–2022) enfrentou grande instabilidade na pasta da Educação, com sucessivas trocas de ministros, o que comprometeu a continuidade das políticas públicas. Essa instabilidade afetou programas como o FUNDEB, a aplicação do SAEB e a produção de dados essenciais para o IDEB. Apesar de o IDEB ter sido criado em 2007, seus componentes, como o SAEB e o Censo Escolar, têm origem na década de 1990, durante os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Este último teve papel importante na institucionalização de sistemas de avaliação e na retomada do Censo Escolar em 1995, após anos sem dados atualizados. (Ávila, 2023)

Por fim, neste último Governo de Lula (2023-2026), está em análise na Câmara dos Deputados um novo PNE com vigência 2024-2034, O novo Plano Nacional de Educação (PNE), previsto no Projeto de Lei 2614/24, define 18 objetivos a serem cumpridos até 2034, abrangendo todas as etapas da educação, da infantil ao ensino superior. Ele substituirá o plano anterior (2014–2024), cuja prorrogação até 2025 também está em discussão, nesse sentido, especificamente na meta 16:

Meta 16. Garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica [...] Estratégia 16.15. Instituir política intersetorial com o objetivo de promover a prevenção, a atenção e o atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação nas questões de adoecimento, de violência e de enfrentamento às diferentes formas de assédio e preconceito. (Brasil, Lei 2614/24)

Ou seja, além de outros objetivos, estratégias e metas, esse ponto específico chama atenção, pois visa garantir a formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica fazendo-se necessário oferecer aos educadores a capacitação contínua e os recursos necessários para que possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e saudável. Isso envolve proporcionar ambientes escolares estruturados, seguros e com infraestrutura adequada, além de garantir salários e jornadas compatíveis com a complexidade do trabalho docente. Além de buscar a implementação de uma política intersetorial voltada para a promoção da saúde e da integridade dos profissionais da educação, abrangendo aspectos físicos, mentais e emocionais. Essa política deve contemplar ações de prevenção, cuidados e suporte relacionados ao adoecimento, à violência e ao enfrentamento de diversas formas de assédio e preconceito no ambiente escolar, buscando assegurar condições que preservem o bem-estar integral desses trabalhadores.

Entre os objetivos centrais do novo PNE estão: ampliar o acesso à educação infantil, garantir alfabetização até o 2º ano do fundamental, assegurar a conclusão do ensino básico na idade adequada, promover a aprendizagem de qualidade, expandir a educação em tempo integral, fortalecer a inclusão e ampliar o acesso e permanência no ensino técnico e superior. (Brasil, 2024)

O novo PNE ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados e em discussão no Senado. Enquanto isso, uma lei aprovada em 2024 prorrogou a vigência do plano anterior até 31 de dezembro de 2025, garantindo tempo para que os debates sobre a nova proposta continuem. (Brasil, 2025)

Em janeiro de 2025, o Governo Federal lançou o programa *Mais Professores*, que inclui o benefício Pé-de-Meia Licenciaturas que concede uma bolsa mensal de R\$ 1.050 para estudantes com bom desempenho no ENEM que ingressem em licenciaturas. A medida busca combater a escassez de docentes prevista até 2040. Especialistas apontam a valorização da carreira como essencial para reverter esse cenário. (Inácio, 2025)

O quadro 1 traz um resumo, em forma de linha do tempo para melhor visualização das reformas educacionais.

Quadro 1: Quadro resumo das reformas educacionais a partir de 1990

Ano/Período	Governo	Plano/Programa/Política Educacional
1985–1990	José Sarney	Promulgação da Constituição Federal de 1988 — consolida a educação como direito social; amplia recursos e universalização do ensino.
1990	Fernando Collor	Participação na Conferência de Jomtien (Educação para Todos); criação do SAEB; aprovação do ECA.
1992–1995	Itamar Franco	Participação na Declaração de Nova Delhi (1993); criação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993); Conferência Nacional (1994).
1995–2003	Fernando Henrique Cardoso	Criação do FUNDEF (1996); promulgação da LDB (1996); criação dos PCNs (1996); Programa TV Escola, PROINFO, PROFORMAÇÃO; PNE (2001).
2003–2011	Luiz Inácio Lula da Silva	Criação do FUNDEB (2006), IDEB (2007), PDE (2007); programas PROUNI e REUNI; Conferência Nacional de Educação (2010).
2011–2016	Dilma Rousseff	Criação do Programa Brasil Carinhoso (2012); 75% dos royalties do petróleo destinados à educação (2013).
2016–2019	Michel Temer	Conclusão da BNCC; criação do Programa Criança Feliz (2016).
2019–2022	Jair Bolsonaro	Instabilidade na pasta da educação; dificuldades na gestão do FUNDEB, SAEB e IDEB.
2023–2026	Luiz Inácio Lula da Silva (3º)	Proposta do novo PNE (2024–2034); Projeto de Lei 2614/24; plano anterior (2014–2024) prorrogado até 2025 por lei aprovada em 2024; Programa mais professores para o Brasil.

Fonte: elaboração própria.

Diante dessa trajetória das reformas educacionais percebe-se que a precarização não se limita à dimensão material, ela afeta profundamente a saúde mental dos educadores, submetidos a um ambiente de trabalho cada vez mais hostil, fragmentado e desumanizado em busca de metas. Mesmo as políticas voltadas à valorização do magistério, como o FUNDEF, FUNDEB e os PNEs, mostraram-se limitadas diante das exigências estruturais de uma gestão técnica vigente. A compreensão crítica desse processo histórico é, portanto, indispensável para a construção de políticas educacionais que priorizem o bem-estar docente, reconhecendo sua centralidade na promoção de uma educação verdadeiramente emancipadora e democrática.

2.4 A RELAÇÃO ENTRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O ADOECIMENTO MENTAL DOS TRABALHADORES

O termo saúde mental é amplamente empregado em legislações, políticas públicas, serviços de saúde, produções científicas e no senso comum, embora não haja consenso sobre seu significado. De acordo com o estudo de Alcântara, Vieira e Lopes (2022) autores como Canguilhem e Foucault analisaram sua gênese a partir da oposição entre saúde e doença, compreendendo essas categorias como

construções históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas. Essa perspectiva evidencia a influência de transformações científicas e de um pragmatismo que valoriza a razão e a verdade, reforçando a lógica cartesiana de separação entre corpo e mente, ainda predominante no modelo biomédico, ou seja, o corpo é entendido no plano físico, passível de diagnóstico e intervenção e a mente é apartada, muitas vezes reduzida a um aspecto secundário ou tratada isoladamente. (Alcântara, Vieira e Lopes, 2022)

Ademais, Alcântara, Vieira e Lopes (2022) destacam dois principais modos de compreender saúde e doença. O primeiro, de caráter positivista e pragmático, fundamenta-se nas ciências empíricas, como biologia, física e química, e adota a bioestatística como parâmetro para estabelecer o que é normal ou anormal. Nessa perspectiva, a doença representa um desvio estatístico em relação ao funcionamento considerado típico da espécie. O segundo modo, de caráter subjetivista, entende saúde e doença como construções culturais, históricas e linguísticas, dotadas de sentido mutável e intencional. Essa abordagem se subdivide em duas vertentes: a que associa a saúde a um valor externo, definido pelas normas sociais de uma comunidade, e a que a relaciona a um valor interno, expresso pela experiência individual de incapacidade ou de adoecimento. Diante disso as autoras entendem a relação de doença mental da seguinte forma:

Decorre disso um esforço para conceber a patologia mental pelo viés orgânico. O impacto do encontro com a loucura fez o campo epistemológico atualizar a divisão das ciências naturais e ciências sociais. Assim, a loucura foi sendo deslocada da desrazão à doença mental, quando a psiquiatria assume o cuidado dos loucos e desenvolve seu saber sobre a alienação. Esse deslocamento se deu a partir do confinamento da loucura no manicômio. A institucionalização asilar, pelas vias da internação no hospital psiquiátrico, garantiu que a doença mental fosse submetida enquanto objeto da intervenção da medicina mental. Dessa forma, a loucura, capturada pela clínica psiquiátrica e pelo discurso médico científico, se transformou em alienação e depois em doença mental por meio do diagnóstico e do tratamento. (Alcântara, Vieira e Lopes, 2022, p. 352)

Após a Segunda Guerra Mundial, com o avanço das terapias psicológicas e dos psicofármacos, o isolamento de pessoas em instituições passou a ser reconhecido como um tratamento desumano, o que impulsionou reformas psiquiátricas em vários países. No Brasil, esse processo iniciou na década de 1970, durante a redemocratização, articulado ao movimento da Luta Antimanicomial, que resultou no modelo de atenção psicossocial. Contudo, mesmo com esses avanços, persiste a influência do paradigma científico, que trata a saúde como um ideal e a

doença como algo a ser rapidamente diagnosticado e eliminado, ignorando as imperfeições e o mal-estar inerentes à condição humana. (Alcântara, Vieira e Lopes, 2022)

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2001), saúde mental é *“um estado de bem-estar no qual o indivíduo perceba as suas próprias capacidades, possa lidar com as tensões normais da vida, possa trabalhar de forma produtiva e frutífera e possa contribuir para a sua comunidade”*. Já o termo doença mental pode ser entendido como condições diagnosticáveis que envolvem alterações significativas de pensamento, emoção ou comportamento, comprometendo a autonomia, as relações sociais e a qualidade de vida. (Alcântara, Vieira e Lopes, o 2022). A recomendação da APA²⁰ é de que o termo anteriormente explicado seja definido como:

A APA recomenda o uso do termo “transtorno mental” em detrimento do termo “doença mental”, acreditando que a expressão implica uma definição ampla que agrega outras condições como a enfermidade mental, a incapacidade intelectual, os transtornos de personalidade e também o uso de álcool e outras drogas, embora não seja consenso no mundo inteiro. (Alcântara, Vieira e Lopes, 2022, p.358)

Nesse sentido percebe-se que a saúde mental é um conceito multifacetado, cuja compreensão varia de acordo com perspectivas históricas, culturais, sociais e científicas. Se, por um lado, prevaleceu por muito tempo a visão biomédica, sustentada pela visão dualista de corpo e mente, por outro, emergiram leituras subjetivistas que reconhecem a saúde e a doença como construções dinâmicas e plurais. A trajetória histórica do cuidado com a loucura, do confinamento manicomial ao modelo de atenção psicossocial, evidencia avanços importantes no reconhecimento da dignidade e da autonomia dos sujeitos. Ainda assim, o predomínio de uma racionalidade científica que busca enquadrar a doença em padrões normativos persiste como desafio. Organismos como a OMS e a APA contribuem para ampliar e atualizar a compreensão sobre saúde e transtornos mentais, reforçando a necessidade de abordagens mais integrativas e menos reducionistas, que contemplem a complexidade da experiência humana.

Em dados globais, de acordo com a OMS, 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos anualmente devido à depressão e à ansiedade, gerando um prejuízo próximo de 1 trilhão de dólares à economia global. Em 2019, cerca de 1 bilhão de

²⁰Associação Psiquiátrica Norte-Americana.

peças viviam com transtornos mentais, sendo que 15% dos adultos em idade laboral sofreram algum transtorno mental (OPAS, 2022).

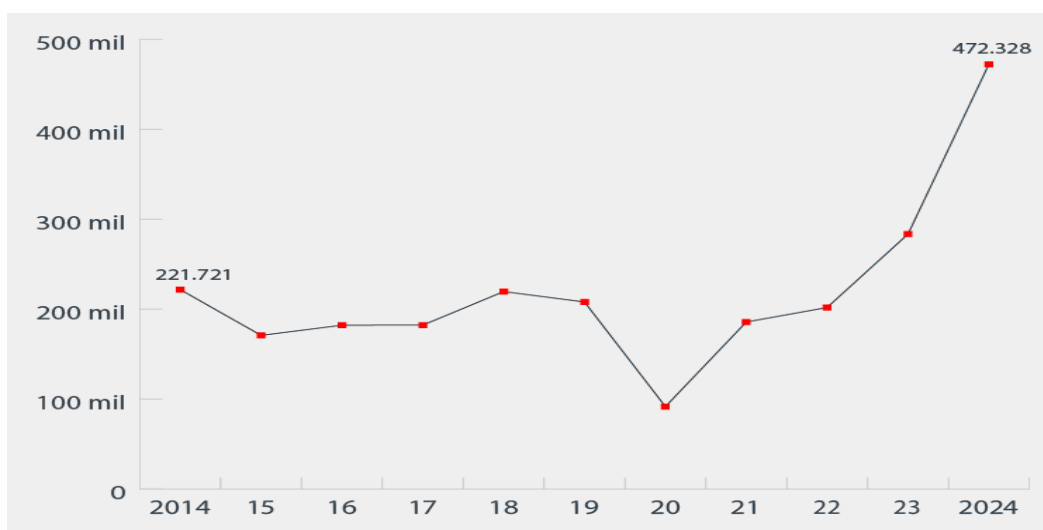
As diretrizes da OMS recomendam enfrentar fatores de risco no ambiente de trabalho, como sobrecarga, comportamentos negativos, *bullying* e assédio moral, e reforçam a importância do treinamento de gestores para prevenção e apoio a trabalhadores em sofrimento. Também orientam intervenções que facilitem o retorno ao trabalho e a inclusão de pessoas com condições de saúde mental graves, com atenção especial aos profissionais de saúde, humanitários e de emergência. (OPAS, 2022).

Apesar dessas recomendações, apenas 35% dos países possuem programas nacionais de promoção e prevenção da saúde mental relacionada ao trabalho. A pandemia de COVID-19²¹ agravou a situação, causando um aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão, evidenciando a escassez global de recursos para a saúde mental, com países investindo, em média, apenas 2% dos orçamentos de saúde nessa área. (OPAS, 2022).

De acordo com matéria publicada no G1, no ano de 2024, o Brasil registrou 472.328 afastamentos do trabalho por questões de saúde mental, o maior número em, pelo menos, dez anos, representando um aumento de 68% em relação ao ano anterior (figura 1). Esses dados, obtidos pelo Ministério da Previdência Social, refletem os impactos da precarização do trabalho, da pandemia e de fatores socioeconômicos, como aumento da informalidade, insegurança financeira e sobrecarga laboral. No Paraná, por exemplo, foram registrados 24.706 afastamentos, sendo 6.026 por ansiedade e 5.993 por depressão, com a maioria dos trabalhadores afetadas sendo mulheres (64%), com idade média de 41 anos. (G1, 2025)

²¹ A covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. (Ministério da Saúde)

Figura 1: Registro de afastamentos no Brasil por saúde mental.



Fonte: Inácio, 2025.

O cenário evidencia que os transtornos mentais são multifatoriais, relacionados não apenas às condições individuais, mas também a fatores organizacionais, como metas excessivas, jornadas longas, assédio moral, falta de autonomia e condições precárias de trabalho. A crise levou o governo a atualizar a Norma Regulamentadora nº1 (NR-1)²² permitindo a fiscalização de riscos psicossociais no ambiente laboral, com possibilidade de multa para empresas que não cumprirem as diretrizes. (G1, 2025)

No dia 26 de maio de 2025, riscos psicossociais serão incluídos na NR-1, norma que apresenta as diretrizes de saúde no ambiente do trabalho. Após a inclusão, o Ministério do Trabalho passa a fiscalizar os riscos psicossociais no processo de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), o que pode acarretar penalizações às empresas, caso sejam identificadas questões como: Metas excessivas; Jornadas extensas; Ausência de suporte; Assédio moral; Conflitos interpessoais; Falta de autonomia no trabalho e Condições precárias de trabalho. (Inácio, 2025)

O impacto econômico é expressivo: os afastamentos representaram até R\$ 3 bilhões em benefícios pagos pelo INSS²³, com duração média de três meses e valor médio de R\$1,9 mil por mês. Os especialistas alertam que, embora a atualização da NR-1 aumente a visibilidade do tema, medidas isoladas não garantam melhora real na saúde mental dos trabalhadores, sendo necessária uma mudança efetiva nas

²² O objetivo desta Norma é estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho e as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST. (Ministério do Trabalho e emprego, 2025)

²³ Instituto Nacional do Seguro Social.

práticas e na cultura organizacional. (G1, 2025)

Os dados apresentados evidenciam a estreita relação entre a precarização das condições de trabalho e o crescimento dos casos de adoecimento mental dos trabalhadores. O cenário global, marcado pela perda de bilhões de dias de trabalho e por um impacto econômico trilionário, revela que fatores como sobrecarga, assédio e falta de suporte organizacional são determinantes no sofrimento psíquico dos trabalhadores. No Brasil, o aumento expressivo dos afastamentos por transtornos mentais, intensificado pela pandemia e pelas condições socioeconômicas adversas, reflete a combinação de instabilidade, insegurança e intensificação do trabalho como elementos centrais da precarização. Ainda que iniciativas como a atualização da NR-1 apontem para avanços, o enfrentamento desse quadro exige transformações estruturais que ultrapassem medidas pontuais, priorizando políticas públicas consistentes e uma reorganização das práticas laborais que reconheçam o trabalhador não apenas como força produtiva, mas como sujeito de direitos cuja saúde mental deve ser preservada.

2.4.1 As Políticas de Saúde Mental para os Trabalhadores Brasileiros

Se as políticas estabelecem os direitos e os métodos para implementá-los, também devem delinear os conceitos de cidadania, abordando questões relevantes e as responsabilidades do Estado. Por conseguinte, ao considerarmos a promoção da saúde mental dos trabalhadores, é crucial questionar se esta questão possui relevância política para o governo e qual a definição de saúde mental que orientará suas iniciativas.

De acordo com De Mesquita, Novellino, Cavalcanti (2010) a década de 70 foi um período crucial para a problematização das políticas de saúde mental no Brasil, evidenciando a precariedade do atendimento psiquiátrico e a privatização promovida pela previdência social.

Esse cenário de exclusão e negligência impulsionou o surgimento de movimentos organizados, como o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que desempenhou papel essencial no questionamento do modelo manicomial. A mobilização, especialmente no Rio de Janeiro com os trabalhadores da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM), não apenas denunciou a violência institucional contra pessoas com transtornos mentais, mas também deu início a um

processo de transformação social e política, que mais tarde culminaria na reforma psiquiátrica brasileira. O relato reforça a importância histórica das lutas coletivas na construção de políticas públicas mais inclusivas e humanizadas. (De Mesquita, Novellino, Cavalcanti, 2010)

Nos anos 80, a I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (1986) marcou a ruptura com o modelo hospitalocêntrico, priorizando serviços extra-hospitalares e multiprofissionais, embora questões sobre o sofrimento psíquico do trabalhador tenham sido tratadas de forma superficial (Nardi e Ramminger, 2007).

A Saúde Mental, como tema, é apresentada nas três Conferências Nacionais de Saúde do Trabalhador, embora com ênfases distintas. Aparece de forma incipiente na I e na III Conferências, sendo que a II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador foi a única que tratou da relação entre Saúde Mental e trabalho de forma mais direta, sobretudo pela influência de profissionais ligados às universidades. (Nardi e Ramminger, 2012, p.385)

Aqui, cabe destacar que a VIII Conferência Nacional de Saúde, pioneira em incluir a sociedade para participar do debate, foi decisiva para a criação do SUS, servindo de base para o capítulo de saúde na Constituição de 1988 (FIOCRUZ, site institucional).

Já em 1989, o Projeto de Lei de Paulo Delgado propôs regulamentar os direitos das pessoas com transtornos mentais e extinguir gradualmente os manicômios, culminando na Lei nº 10.216/2001, que redirecionou o cuidado em saúde mental para serviços comunitários, como os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), mas sem definir prazos para o fim dos hospitais psiquiátricos (De Mesquita, Novellino, Cavalcanti, 2010).

A Reforma Psiquiátrica brasileira, alinhada à luta antimanicomial, transformou o cuidado em saúde mental ao extinguir manicômios e garantir os direitos das pessoas com sofrimento psíquico por meio de serviços da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), como os CAPS, Centros de Convivência e outros serviços. Nos últimos 30 anos, essas mudanças fortaleceram a reabilitação social e a valorização dos usuários, mas ainda há desafios para ampliar a inclusão e criar mais espaços sociais.

Para Nardi e Ramminger (2012), pensar sobre políticas públicas nesse campo da saúde mental do trabalhador, é refletir sobre a relação democrática no qual todas as pessoas estão inseridas e sobre a atuação do Estado na forma como conduz a vida pública e as condições de vida e trabalho de seus cidadãos.

De acordo com o relatório da I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador

(1986): Medicina do Trabalho versus saúde do trabalhador, Tema I: Situação da saúde do trabalhador brasileiro, é mencionado brevemente sobre saúde mental, algo relacionado à fadiga da repetição e stress.

A situação de saúde do trabalhador, hoje, é marcada por péssimas condições de vida e trabalho, (...) de doenças transmissíveis, de intoxicações por agrotóxicos, de acidentes no trabalho e do imenso contingente de trabalhadores que adoecem por exposição a agentes físicos e químicos e pela organização do processo de trabalho, com ocupações repetitivas, alienantes e estressantes, tudo isso levando a uma baixa expectativa de vida. (Relatório I CNST 1986, p.7)

Depois de destacar inúmeros pontos a serem modificados na legislação para melhorar a saúde do trabalhador na I CNST²⁴ (1986), foram indicadas 15 propostas, dentre essas se destacam a proposta 6, que solicita a ampliação da lista de doenças ocupacionais, sendo que para ser considerada doença do trabalhador deveria ter uma ligação entre os agentes da causa da doença do trabalhador com o ambiente de trabalho, pois segundo o relatório *“As práticas de julgamento e perícia, (...) são voltadas para o indivíduo, desconsiderando as péssimas condições de trabalho e vida a que estão submetidos os trabalhadores”*. E ainda, a proposta 9, que solicitava a criação de um Sistema Único de Saúde, que posteriormente foi implantado pela Constituição Federal de 1988, e regulamentado pelas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, atualizada recentemente pelo Decreto nº 7.508/ 2011. (BRASIL, 1986)

As péssimas condições de saúde do trabalhador eram vistas e relacionadas com a insalubridade, trabalho excessivo, adoecimento por agentes químicos e físicos e acidentes de trabalho referente a perda e inutilização de membros do corpo.

Em nenhuma das 15 propostas mencionadas no relatório da I CNST, foi discorrido diretamente sobre saúde mental do trabalhador, mas, posteriormente, algumas ações solicitadas foram de suma importância para se pensar em políticas públicas para a saúde mental do trabalhador, como o pedido para a inclusão de outras doenças laborativas no rol de doenças ocupacionais e a implantação do SUS.

O Princípio fundamental do SUS, expresso no Artigo 196 da Constituição Federal, menciona que a saúde é direito de todos, portanto todos os trabalhadores deverão desfrutar desse direito:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (C.F. 1988)

²⁴I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador.

Já na II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (1994): Construindo uma política de saúde do trabalhador, no tópico II - Organização das ações de saúde do trabalhador, a saúde Mental é mencionada na Ação 22, onde se fala sobre o cuidado com saúde mental dos trabalhadores da saúde em suas relações de trabalho. No tópico VII – Legislação, houve uma proposta para inserir no Código Penal um novo capítulo com o título "Dos crimes contra a Higiene Física e Mental do Trabalhador", do qual deveria tornar crime de ação pública incondicionada (denúncia oferecida pelo Ministério Público) tipos penais relativos às condições de trabalhos insalubres de forma dolosa ou culposa contra o empregador. E ainda a ampliação da lista de doenças ocupacionais especificando a contemplação dos aspectos de saúde mental. (BRASIL, 1994).

É importante ressaltar que algumas doenças mentais foram incluídas no rol de doenças ocupacionais somente em 2023. Doenças como a síndrome de *Burnout*, Ansiedade e Depressão, foram inseridas através da Portaria GM/MS nº 1.999, de 27 de novembro de 2023, que atualizou a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho.

Ainda no mesmo tópico sobre Legislação, na Ação 6, há uma proposta sobre benefícios previdenciários que indicam o pedido de revisão de normas técnicas do INSS, para a avaliação da capacidade laborativa que contemplem questões relacionadas a Saúde Mental. (BRASIL, 1994) Percebe-se que em relação a I CNST (1986), a II CNST (1994), foi bem mais específica ao falar sobre saúde mental do trabalhador.

A III Conferência Nacional do Trabalhador (2005): Trabalhar, sim, adoecer, não! reforça a criação do capítulo com o título "Dos crimes contra a Higiene Física e Mental do Trabalhador" no Código Penal, mencionado na conferência anterior. O documento ainda traz dados sobre afastamentos de servidores públicos. O que chama atenção é que a época, a pesquisa realizada com 1000 servidores públicos civis federais, resultou em apenas 5% em casos relacionados com de depressão e saúde mental (Brasil, 2005). Pode-se notar que os afastamentos por motivos de doenças psicológicas já eram detectados, mesmo não sendo o foco na busca de políticas de saúde para o trabalhador.

Nesse mesmo documento, é importante mencionar sobre o Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, que tinha o objetivo de:

Ser desenvolvida de modo articulado e cooperativo pelos Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Saúde, com vistas a garantir que o trabalho, base da organização social e direito humano fundamental, seja realizado em condições que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, a realização pessoal e social dos trabalhadores e sem prejuízo para sua saúde, integridade física e mental. (BRASIL, 2005, p. 166)

De acordo com Nardi e Ramminger (2012), foi consenso a criação do Fórum Interinstitucional sobre Saúde Mental e Trabalho, que se propôs a realizar as seguintes atividades durante o ano 2008:

1. Propor um protocolo sobre Saúde Mental e trabalho para auxiliar a implementação da Portaria nº777/2004, que determina a notificação compulsória de 11 agravos relacionados ao trabalho ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), entre os quais os transtornos psíquicos;
2. Apreciar, emitir pareceres, acompanhar e contribuir para a definição das Diretrizes de Conduta Médico-pericial em Transtorno Mental, propostas pelo INSS;
3. Criar uma rede de Saúde Mental e trabalho e um fórum virtual;
4. Reunir pesquisadores, profissionais interessados e setores sociais, entre os quais o movimento sindical, para discutir e aprofundar o tema Saúde Mental e trabalho. Apesar da importância do seminário, nas práticas cotidianas, o olhar sobre os efeitos do trabalho sobre a Saúde Mental dificilmente é incorporado à lógica institucional da política de saúde do trabalhador. (Nardi e Ramminger, 2012, p.384)

Observando as Conferências realizadas, podemos perceber que estes instrumentos viabilizaram de alguma forma, ações que pudessem contribuir para o futuro de uma construção de políticas públicas voltadas para a saúde mental do trabalhador, como por exemplo a indicação de inclusão de doenças psíquicas relacionadas ao trabalho no rol de doenças ocupacionais, a criação de um Sistema Único de Saúde, a proposição de um protocolo sobre saúde mental e psíquico, e a busca por estudos para aprofundar e discutir sobre saúde mental do trabalhador.

Os desafios para consolidação de políticas públicas de saúde mental para o trabalhador ainda são imensos e precisam ser aprimorados com mais estudos sobre o tema. Para que essas políticas públicas sejam efetivadas é preciso que a legislação dê algum respaldo para os trabalhadores de todas as camadas da sociedade.

Nesse sentido, é importante reafirmar que a implementação de políticas públicas só acontece por meio de ações, que podem ser normativas que possam orientar as políticas públicas, para que comecem a ser aplicada para a comunidade.

Em 2024, foi criada a resolução nº 734, de 01 de fevereiro de 2024 que dispõe sobre criação do Grupo de Trabalho sobre investigação de óbitos relacionados ao trabalho. A resolução é importante pois trata de casos de óbitos relacionados ao sofrimento mental no trabalho. E ainda define o conceito de transtorno mental relacionado ao trabalho, utilizado pelo Ministério da Saúde (2024):

[...] consiste em todo caso de sofrimento emocional em suas diversas formas de manifestação tais como: choro fácil, tristeza, medo excessivo, doenças psicossomáticas, agitação, irritação, nervosismo, ansiedade, taquicardia, sudorese, insegurança, entre outros sintomas que podem indicar o desenvolvimento ou agravamento de transtornos mentais. (Ministério da Saúde. Resolução nº 734/2024)

Outro dado importante que a resolução traz é sobre a quantidade de afastamentos por motivos de transtornos mentais, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

[...] em 2019, revelou que 10,2% das pessoas com 18 anos ou mais receberam o diagnóstico de depressão, que aproximadamente 9,3% dos brasileiros sofrem de ansiedade patológica e que, no período de 2007 a 2022, foram 17.681 casos notificados, havendo apenas em 2020, 289,7 mil afastamentos por transtornos mentais, registrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). (Ministério da Saúde. Resolução nº 734/2024)

O principal objetivo da Resolução é aprovar a criação do Grupo de Trabalho sobre a investigação de óbitos relacionados ao trabalho (GT-ORT/CNS), com a intenção de produzir dados para o enfrentamento às condições de sofrimento mental que levam a mortes relacionadas ao trabalho.

Segundo uma publicação em 2023, no site do Senado, o Brasil possui mais de 2,5 milhões de professores e poderá enfrentar um déficit de 235 mil até 2040, conforme o Instituto Semesp²⁵. A falta de interesse na profissão está diretamente ligada às condições precárias de trabalho e à desvalorização da carreira docente. (Senado Federal, 2023)

Além disso, de acordo com dados recentes divulgados pela Nova Escola, houve um aumento significativo no percentual de professores que consideram sua saúde mental como ruim ou muito ruim, passando de 13% em 2021 para 21% em 2022. A pesquisa também revela que 44% dos educadores não recebem apoio profissional para lidar com questões emocionais. Apenas 14% das escolas, tanto públicas quanto privadas, têm uma regularidade na presença dos professores.

Outro aspecto relevante é a prática de colocar os professores para lecionar disciplinas para as quais não foram adequadamente preparados, o que contribui para o aumento do absenteísmo e para os afastamentos por motivos de saúde. Essa inadequação e o absenteísmo têm um impacto negativo na saúde dos professores e, conseqüentemente, na qualidade do ensino oferecido. (Senado Federal, 2023)

²⁵ Instituto do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

Devido a esses fatores elencados, foi promulgada a Lei nº 14681/2023 que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Em seu artigo 5º, parágrafo II, um dos objetivos é reduzir os índices de falta ao trabalho, absenteísmo²⁶, e de baixo desempenho decorrente de problemas físicos ou emocionais, presenteísmo²⁷, mediante a construção de estratégias de enfrentamento coletivo desses fenômenos, considerados os diversos agentes envolvidos e o combate às causas do adoecimento. (Brasil, Lei nº 14681/2023)

2.4.2 Considerações sobre a Saúde Mental dos Trabalhadores Docentes do Paraná

A saúde mental dos professores tem sido apontada como uma preocupação crescente em diferentes segmentos sociais e científicos, sendo a docência classificada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das profissões de maior risco para o desenvolvimento de doenças ocupacionais. Estudos demonstram que a rotina docente, marcada por sobrecarga laboral, múltiplas funções, baixos salários, falta de infraestrutura e ausência de valorização, contribui de forma significativa para o adoecimento físico e mental desses profissionais. Entre os transtornos mais prevalentes está a Síndrome de *Burnout*, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, frequentemente associada a quadros de ansiedade, depressão e Transtornos Mentais Comuns. (De Almeida Trindade, Morcerf e De Oliveira, 2018)

As demandas extrapolam a sala de aula, exigindo dos professores funções de gestão, apoio psicossocial aos alunos e articulação com a comunidade, o que amplia ainda mais a sobrecarga e a vulnerabilidade desses trabalhadores. Além disso, o sistema escolar transfere ao docente a responsabilidade de suprir lacunas institucionais, sob rígidos mecanismos de avaliação, aumentando pressões psicossociais e riscos de desgaste físico e mental. Esse quadro resulta em elevados índices de afastamento e absenteísmo por transtornos mentais, evidenciando a necessidade urgente de políticas de promoção da saúde e prevenção de agravos,

²⁶ Falta de pontualidade e assiduidade no cumprimento de um dever ou obrigação.

²⁷ Uma forma de ausência do trabalho, mesmo estando presente no ambiente de trabalho, o trabalhador se vê incapaz de se dedicar às suas tarefas, podendo estar nessa situação por diversos motivos ou causas.

assim como de intervenções institucionais que considerem as especificidades da profissão docente. (De Almeida Trindade, Morcerf e De Oliveira, 2018)

Direcionando o olhar para os professores paranaenses da rede pública de ensino, expõe-se a pesquisa realizada por Tostes *et al.* (2018), com 1.201 professores da rede pública estadual do Paraná, onde revelou que 29,73% dos docentes apresentaram algum tipo de adoecimento mental, destacando-se casos de depressão, ansiedade e estresse. A investigação utilizou o Inventário de Depressão de Beck (IDB), instrumento de autorrelato, que apontou desde a presença de sintomas depressivos até quadros de depressão leve, moderada e grave, confirmando a relevância do sofrimento psíquico no contexto da docência.

Outro dado relevante foi constatado que, quanto ao afastamento do trabalho por motivo de doença, 26,72% dos professores relataram-no por sofrimento mental. (Tostes, *et al.*, 2018). Os autores concluíram, que em comparação outros índices:

[...] apontou que os professores da rede estadual de educação do Paraná apresentaram níveis muito elevados de sofrimento mental (depressão, ansiedade e distúrbios psiquiátricos menores), muito superiores aos encontrados em outros grupos de professores, outras categorias profissionais e/ou outros grupos populacionais. (Tostes, *et al.*, 2018, p.96)

Portanto é possível verificar que o sofrimento mental esteve presente em grande parcela da amostra estudada pelos autores naquele ano, que apresentam relações com as condições de trabalho dos professores da educação estadual do Paraná, algo que precisa ser tratado com bastante importância no sentido de minimizar esses índices.

Esses dados empíricos dialogam com análises desenvolvidas por Silva *et al.* (2023), que enfatizam o caráter estrutural do adoecimento docente, fortemente relacionado à intensificação da jornada de trabalho e às múltiplas dimensões da precarização. De um lado, observa-se a precarização econômica, marcada por baixos salários, contratos frágeis e longas jornadas; de outro, a precarização das condições de trabalho, evidenciada por mudanças na organização escolar, pela introdução de tecnologias e por modelos de gestão flexível que aumentam as formas de controle e de cobrança sobre os professores.

Dessa forma, as condições apresentadas geram impactos significativos não apenas na saúde física e mental, mas também no desempenho profissional, perpetuando um ciclo de sofrimento e desestruturação psíquica. Além disso, os estudos apontam que o adoecimento docente ainda é frequentemente tratado de

maneira individualizada, reduzido a um corpo doente que deve ser medicado, desconsiderando-se o caráter histórico, social e coletivo do fenômeno. Essa perspectiva limita a possibilidade de uma compreensão mais ampla do problema e, conseqüentemente, a construção de estratégias de enfrentamento que valorizem a profissão docente e reconheçam as condições objetivas de trabalho como determinantes centrais do processo de adoecimento. (Tostes *et al.*, 2018; Silva *et al.* 2023)

Recentemente destaca-se dois casos que foram para a mídia sobre adoecimento mental e precarização docente. O falecimento da professora PSS Silvaneide Monteiro Andrade, de 56 anos, ocorrido em uma escola cívico-militar de Curitiba em 30 de maio de 2025, gerou ampla comoção nacional e reacendeu o debate sobre as condições de trabalho e o adoecimento docente. O episódio foi denunciado por sindicatos e entidades da educação como reflexo da intensificação da pressão, das metas abusivas, do assédio e do modelo de gestão educacional vigente, marcado pela plataformização, desvalorização e precarização do trabalho. (APP-Sindicato, 2025)

O segundo caso, foi da professora Rosane Maria Bobato, com 29 anos de atuação na rede estadual de ensino do Paraná, faleceu no dia 5 de junho de 2025, enquanto trabalhava no Colégio Estadual Santa Gemma Galgani, em Curitiba. A docente passou mal durante o expediente, foi acolhida na coordenação, mas não resistiu. O caso ocorreu menos de uma semana após a morte da professora Silvaneide em outra escola da capital, intensificando a comoção social e o debate sobre as condições de trabalho docente.

A unidade escolar onde ocorreu o falecimento da segunda professora, integra o programa de terceirização da gestão escolar do governo estadual, que transfere a administração de escolas para organizações sociais. Esse modelo vem sendo criticado por sindicatos e educadores por agravar a precarização e a desumanização da prática docente, associando-se ao aumento de pressões, metas abusivas e adoecimento entre os profissionais. (Brasil de Fato, 2025)

Em resposta aos casos, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) lamentou a morte e anunciou medidas de apoio, como a ampliação do programa Bem Cuidar, com novos protocolos de atendimento, exames de rotina, além de um canal telefônico (0800) para acolhimento psicológico, buscando

fortalecer a atenção à saúde física e mental dos educadores. (Brasil de Fato, 2025)

Desde 2006, o Estado do Paraná instituiu políticas voltadas à saúde mental dos professores da rede pública, mas os avanços ainda são limitados. Naquele ano, foi promulgada a Lei nº 14.992/2006, que criou o Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professores da Rede Pública Estadual de Educação. Embora representasse um marco inicial e um importante avanço na institucionalização de políticas específicas para a categoria, sua implementação prática tem se mostrado insuficiente para enfrentar de forma efetiva o crescente adoecimento mental docente.

O objetivo da Lei está descrito em seu Artigo 2º:

Art. 2º. O Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professores e Professoras da Rede Pública Estadual de Educação consiste na prevenção do stress, fadiga, síndrome do pânico e depressão potencializada pela ação docente. Prevê o combate ao cansaço excessivo, ansiedade intensa, medo de sala de aula, intolerância a situações pedagógicas, dores de cabeça não regulares, uso indevido de estimulantes. O Programa será composto por: a) campanhas informativas, formativas e de orientação sobre doenças profissionais mentais dos professores e professoras; b) atividades de capacitação que deverão ser realizadas por meio de palestras teóricas e práticas, ministradas por especialistas com experiência comprovada, com o objetivo de orientar os professores quanto aos riscos e ações preventivas. (Paraná, Lei nº 14992/2006)

Por meio desse dispositivo legal, foram desenvolvidas algumas ações voltadas à saúde mental dos professores no Estado do Paraná. Em 2011, por exemplo, foi realizado o Encontro Interdepartamental de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de orientar o encaminhamento de casos e promover a identificação precoce de situações de sofrimento psíquico entre alunos e docentes (PARANÁ, 2011). Posteriormente, em 2020, a SEED-PR promoveu formações online, por meio de lives, abordando temas como saúde mental e inteligência emocional.

Em 2022, foi lançado o aplicativo Bem Cuidar, inicialmente em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e, posteriormente, sob coordenação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), ampliando sua oferta de serviços para além do atendimento psicológico e psiquiátrico, incluindo suporte nutricional e orientação para atividades físicas. Em 2024, foi implementado o projeto de Formação Continuada Interdisciplinar, envolvendo psicólogos e assistentes sociais na rede estadual, com foco no diagnóstico socioeducacional e no acompanhamento de estudantes e professores (PARANÁ, 2024).

Embora tais iniciativas representem avanços no reconhecimento da saúde

mental como pauta relevante no campo educacional, observa-se que elas se concentram predominantemente em estratégias de caráter formativo, informativo e assistencial, com ênfase no atendimento individual e na ampliação do acesso a serviços. À luz do referencial teórico adotado, essa abordagem revela limites importantes, na medida em que tende a responsabilizar o indivíduo pelo manejo do sofrimento psíquico, sem enfrentar de forma efetiva as condições estruturais que produzem o adoecimento.

O adoecimento docente está diretamente relacionado à intensificação do trabalho, à precarização das condições laborais, à sobrecarga de funções e às transformações nos modelos de gestão, aspectos que não são suficientemente contemplados por políticas centradas apenas no cuidado individual. Nesse sentido, ações como palestras, formações e mesmo o uso de aplicativos, embora relevantes, tendem a operar mais como mecanismos de gestão dos efeitos do sofrimento do que como instrumentos de transformação de suas causas.

Ademais, a ausência de políticas mais estruturantes, voltadas à melhoria das condições de trabalho, valorização profissional e reorganização das práticas institucionais, evidencia uma lacuna no enfrentamento do problema. Assim, as iniciativas identificadas, ainda que importantes, mostram-se insuficientes diante da complexidade do adoecimento mental docente, reforçando a necessidade de políticas públicas que articulem o cuidado em saúde mental às dimensões sociais, organizacionais e econômicas do trabalho educacional.

3 SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Para a elaboração deste capítulo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases acadêmicas, como SciELO, Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES, bem como uma pesquisa documental.

Na pesquisa bibliográfica foram utilizados descritores relacionados à saúde mental de professores, trabalho docente e adoecimento mental, priorizando produções com relevância temática e aderência ao objeto de estudo. Após a seleção, os materiais foram submetidos à análise interpretativa, com o intuito de identificar padrões, debates e lacunas na literatura.

Além disso, o capítulo incorpora uma pesquisa nos documentos institucionais referentes às políticas públicas voltadas à saúde mental docente no Estado do Paraná, com destaque para o Programa *Bem Cuidar*, buscando compreender seu papel e seus limites enquanto estratégia de cuidado.

3.1 CONDIÇÕES DE TRABALHO E OS FATORES DE RISCO PSICOSSOCIAIS

Os fatores de risco psicossociais correspondem a um conjunto de elementos presentes nas condições e na organização do trabalho, bem como nas interações sociais que nele se estabelecem, os quais podem comprometer o bem-estar físico, mental e social dos professores. Esses fatores estão associados à maneira como o trabalho é planejado, administrado e vivenciado, influenciando diretamente aspectos como a motivação, a satisfação profissional e o equilíbrio emocional dos indivíduos. (Oliveira, 2025)

De modo geral, trata-se das características do ambiente laboral que favorecem a tensão psicológica e o sofrimento psíquico, especialmente quando há exigências excessivas em relação às capacidades individuais ou desequilíbrio entre o esforço despendido e o reconhecimento recebido. Nessa perspectiva, os riscos psicossociais refletem não apenas condições individuais, mas sobretudo as formas de organização e gestão do trabalho em determinado contexto socioeconômico. Para a autora, são fatores de risco psicossociais no trabalho: intensidade e tempo de trabalho, exigências emocionais, fraca autonomia de trabalho, relações sociais no

trabalho degradadas, conflito de valores, insegurança da situação de trabalho. (Oliveira, 2025)

De acordo com Albuquerque *et.al.* (2018), o trabalho docente tem se configurado como uma atividade de risco, marcada pelo estresse, pela intensificação do trabalho e pelo sofrimento psíquico. Tal realidade está diretamente associada às transformações ocorridas no capitalismo atual, especialmente no que Harvey (2008) denomina de acumulação flexível, caracterizada pela exigência de maior versatilidade do trabalhador, pela precarização das relações de trabalho e pela ampliação do desemprego estrutural. Esse modelo produtivo, voltado para atender às rápidas e constantes mudanças do mercado, impõe ao trabalhador a necessidade de adaptação contínua e reduz seu poder de controle sobre o processo produtivo. (Albuquerque *et.al.*,2018)

No campo educacional, essas mudanças repercutem de maneira profunda. O sistema de ensino passa a priorizar uma formação voltada à empregabilidade, e não mais à formação crítica e emancipadora do sujeito. Assim, o professor deixa de ser o transmissor do conhecimento científico historicamente acumulado e passa a atuar como um mediador do aprendizado instrumental, destinado a preparar o aluno para o mercado de trabalho. Esse processo leva à simplificação da educação e, conseqüentemente, à simplificação da formação docente, uma vez que o domínio dos fundamentos científicos perde centralidade na prática pedagógica (Albuquerque *et.al.*,2018).

Nesse contexto, Albuquerque *et al.* (2018) contribuem com uma análise crítica ao afirmar que o sofrimento mental do professor não pode ser reduzido a abordagens puramente psicológicas ou biomédicas, que o tratam como uma questão individual. Para os autores, é necessário compreender esse sofrimento como uma expressão das contradições econômicas e sociais do capitalismo contemporâneo, marcado pela exploração e pela desumanização do trabalho. O adoecimento docente, portanto, é resultado direto das condições objetivas impostas pela lógica da acumulação flexível, que intensifica o controle, a precarização e o esvaziamento do sentido do trabalho educativo.

De acordo com Gonçalves (2025) A adoção de plataformas de monitoramento, avaliações padronizadas e programas de militarização escolar têm provocado profundas transformações no cotidiano docente, reduzindo o professor à

condição de executor de metas externas. Para a autora essa dinâmica impõe à escola uma lógica produtivista e autoritária, na qual a responsabilização individual pelo desempenho institucional se sobrepõe ao trabalho coletivo e pedagógico. Em consequência disso, observa-se o agravamento das condições de trabalho e o aumento dos casos de adoecimento físico e mental entre educadores.

A mesma autora propõe uma reflexão sobre a necessidade de resistir ao modelo tecnocrático, defendendo a reconstrução da escola como espaço de emancipação e não de opressão. Para isso, é necessário reivindicar uma educação orientada por princípios humanizadores, democráticos e críticos, que reafirme a autonomia pedagógica e valorize o papel do professor. (Gonçalves, 2025)

Consequentemente, o sofrimento do professor ultrapassa a dimensão individual e passa para o plano social e histórico. Ele revela as consequências da racionalidade capitalista que subordina a educação às demandas do mercado e transforma o professor em mero executor de tarefas pedagógicas desprovidas de autonomia e significado. Compreender essa dinâmica é essencial para que se possam construir políticas e práticas que valorizem o trabalho docente, resgatem seu sentido formativo e promovam a saúde mental e social dos educadores.

3.2. PRINCIPAIS TRANSTORNOS RELACIONADOS AO TRABALHO DOCENTE E SAÚDE MENTAL

Recentemente o estado do Paraná tornou-se cenário de uma série de episódio alarmantes que evidenciaram a crescente deterioração das condições de saúde física e mental dos professores da rede estadual de ensino. Casos de morte em ambiente escolar, como o ocorrido em uma instituição cívico-militar de Curitiba já mencionado anteriormente, expuseram de forma contundente a vulnerabilidade e o desgaste emocional a que esses profissionais estão submetidos. Esses acontecimentos mobilizaram a opinião pública e reacenderam o debate acerca das consequências das reformas educacionais e dos modelos de gestão implementados no estado. (APP-Sindicato, 2025; Brasil de Fato, 2025)

Poucos dias antes desse episódio, o falecimento de outra docente em uma escola pública estadual levou a Secretaria de Estado da Educação a anunciar a ampliação de programas voltados à saúde dos educadores, reconhecendo a gravidade da situação. Simultaneamente, a Assembleia Legislativa do Paraná

promoveu audiências públicas com o objetivo de discutir estratégias para enfrentar o adoecimento docente, reconhecendo que não se trata de incidentes isolados, mas de um fenômeno estrutural vinculado à organização do trabalho escolar (ALEP-PR, 2025; Gonçalves, 2025).

Dados obtidos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná revelam que mais de 8,9 mil afastamentos por problemas de saúde mental foram registrados entre professores da rede estadual apenas no primeiro semestre de 2024. Os principais diagnósticos incluíam transtornos de ansiedade, depressão e síndrome de *burnout*, condições agravadas por jornadas extenuantes, metas inatingíveis e um ambiente de trabalho marcado por vigilância e pressão constante. (Gonçalves, 2025)

Como aponta Gonçalves (2025), tais episódios não devem ser interpretados como fatalidades isoladas, mas como resultados de um modelo de gestão educacional baseado nas ideias da Nova Gestão Pública e em uma forma tecnocrática de administrar. Esse modelo de gestão introduz no âmbito escolar uma lógica produtivista que tende a desumanizar o trabalho docente. Assim, o falecimento de professores durante o exercício de suas funções não constitui um evento excepcional, mas revela o aspecto mais dramático de um processo que fragiliza o sentido pedagógico da prática docente, reduz o trabalho educativo ao cumprimento de indicadores e expõe os limites da resiliência profissional frente a precarização estrutural das condições laborais.

Outra questão relevante que Gonçalves (2025) mostra é que a desvalorização dos vínculos afetivos e dos aspectos subjetivos da docência reforça uma perspectiva funcionalista da educação, reduzindo a autonomia do professor e submetendo-o a formas de trabalho cada vez mais alienantes. Autores mencionados pela mesma, como Facci (2019) e Facci, Urt e Barros (2018), nos mostra que esse processo gera frustração, ansiedade e sentimentos de impotência, além de intensificar a sobrecarga física e emocional decorrente do acúmulo de tarefas, da burocratização e da responsabilização individual por problemas estruturais. Inserida na lógica da Nova Gestão Pública, a adoção de mecanismos de controle por metas, avaliações individuais e ranqueamentos aprofunda esse cenário, produzindo isolamento, fragilidade dos vínculos coletivos e conflitos interpessoais entre docentes.

De acordo com Da Silva e Vieira (2021), os problemas mentais mais relatados entre os professores da rede estadual de ensino do Paraná são:

(...) ansiedade, estresse, insônia, tristeza, a falta de expectativa para o futuro, alterações de humor, falta de paciência e choro fácil, falta de autonomia para decisões. Os docentes entrevistados afirmam que, nos

intervalos, o ambiente está sempre “pesado”, pois a maioria sente-se exaurida e as reclamações são constantes em relação à indisciplina dos estudantes, às chamadas de atenção e cobranças por parte dos gestores e discussões entre professores. (Da Silva e Vieira, 2021, p.186)

No mesmo estudo, Da Silva e Vieira (2021) refletem sobre os altos índices de suicídios entre os professores do Paraná.

De acordo com matéria veiculada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP – Sindicato) em 14 de outubro de 2019, o suicídio de professores no Paraná aumentou 15 vezes em cinco anos. Só em 2018, foram 15 professores que tiraram a própria vida. A estatística é associada à precarização das condições de trabalho e aumento da carga de trabalho. (Da Silva e Vieira, 2021, p.190)

Em síntese, o conjunto de evidências analisadas demonstra que o adoecimento físico e mental dos professores da rede estadual do Paraná não constitui um fenômeno isolado, mas resulta de mudanças estruturais vinculadas a modelos de gestão educacional baseados na Nova Gestão Pública. Ao impor metas rígidas, controle constante e uma lógica produtivista, tais políticas desconsideram as dimensões humanas e pedagógicas da docência, criando um ambiente de trabalho marcado por pressão, vigilância e desvalorização simbólica.

Os dados apresentados pelos autores evidenciam um quadro alarmante: transtornos de ansiedade, depressão, síndrome de *burnout*, estresse, insônia, tristeza profunda, alterações de humor, exaustão emocional, falta de expectativa para o futuro e até o aumento de casos de suicídio entre docentes. Esses sintomas, associados à sobrecarga burocrática, à responsabilização individual e ao isolamento profissional, revelam um quadro de sofrimento que ultrapassa limites aceitáveis para qualquer categoria laboral.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES VOLTADAS PARA A SAÚDE MENTAL DOS DOCENTES E O PROGRAMA BEM CUIDAR

No Brasil, a legislação sobre saúde mental docente, está amparada sob a Lei nº 13.935/2019 que determina que as redes públicas de educação básica devam dispor de serviços de psicologia e serviço social, inserindo atenção psicológica no ambiente escolar e possibilitando suporte para estudantes e profissionais da comunidade escolar. (Brasil, 2019)

Outra lei em vigor é a Lei nº 14.819/2024 que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, com o objetivo de promover a

saúde mental e oferecer atenção psicossocial integrada a alunos, professores, profissionais da escola e familiares.

A política busca articular permanentemente as áreas de educação, saúde e assistência social, garantindo: promoção da saúde mental; acesso a serviços psicossociais; formação continuada de profissionais e gestores; combate à violência e esclarecimento de informações corretas sobre saúde mental. A implementação segue princípios de participação da comunidade escolar, intersetorialidade, não discriminação, respeito à diversidade e integração com a rede de atenção psicossocial e Programa Saúde na Escola (PSE). (Brasil, 2024)

Percebe-se que essas leis não foram elaboradas com foco exclusivo nos docentes, de modo que ainda não há legislação federal específica que trate da saúde mental do professor de forma detalhada e abrangente. As normas vigentes abordam a saúde mental de maneira geral, a proteção de trabalhadores em diferentes setores ou a comunidade escolar como um todo. A ausência de uma política nacional clara e direcionada à saúde mental dos professores, incluindo diretrizes permanentes, financiamento estruturado e mecanismos de monitoramento, faz com que sua implementação dependa, em grande medida, da iniciativa das redes de ensino, dos governos estaduais e municipais, ou da adoção de programas isolados e pontuais.

No Paraná, desde 2006, adotaram-se iniciativas voltadas à saúde mental dos docentes da rede pública, porém os progressos alcançados seguem modestos. Nesse mesmo ano, foi sancionada a Lei nº 14.992/2006, responsável pela criação do Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professores da Rede Pública Estadual.

Ao longo dos anos, diferentes algumas iniciativas foram criadas no Paraná para cuidar da saúde mental que incluíram os professores. Em 2011, por exemplo, ocorreu o Encontro Interdepartamental de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Educação. O evento teve como propósito orientar o atendimento adequado às pessoas com transtornos mentais e organizar melhor os encaminhamentos necessários. Além disso, buscou incentivar a identificação precoce de estudantes e docentes que apresentassem sinais de sofrimento psíquico, ajudando na prevenção de problemas mais graves. (Paraná, 2011)

Já em 2020, a Secretaria de Educação do Paraná promoveu lives diárias voltadas à saúde mental dos profissionais da educação durante a pandemia,

alcançando mais de 4 mil participantes em cerca de cinco meses. Esses encontros abordam temas como inteligência emocional e equilíbrio psicológico, ajudando os professores a compreender e gerenciar suas emoções, o que contribui para manter a saúde mental e enfrentar melhor os desafios do período. (Paraná, 2022)

As palestras online funcionaram como um suporte emocional, oferecendo motivação, orientações práticas para lidar com crises pessoais e estratégias para enfrentar o isolamento e as adversidades do trabalho. Especialistas também discutiram o impacto do exercício docente na saúde dos professores, reforçando a importância de cuidar de si mesmo. Além disso, as *lives* serviram para preparar mentalmente os educadores para a volta às aulas presenciais, promovendo reflexão sobre suas práticas, emoções e bem-estar profissional. (Paraná, 2022)

No ano de 2022, foi lançado o aplicativo Bem Cuidar, inicialmente em parceria com a Universidade Estadual de Londrina. Posteriormente, a coordenação passou para a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), e o serviço foi ampliado. Além do suporte psicológico e psiquiátrico, passaram a ser oferecidos atendimentos nutricionais e orientações de profissionais de Educação Física, incentivando hábitos e práticas que contribuem para o bem-estar geral.

Em 2024, foi criado o projeto Formação Continuada Interdisciplinar, Diagnóstico Socioeducacional e Sistematização das Experiências de Psicólogos e Assistentes Sociais na Educação Básica do Paraná, conhecido como programa Conhecer e Transformar, resultado de um convênio entre o Paraná educação com a Universidade Estadual de Londrina – UEL e a Fundação HUTec. A iniciativa reuniu mais de 200 psicólogos e 100 assistentes sociais, que ao longo do ano acompanharão professores e estudantes de toda a rede estadual. A ideia era promover formação contínua, organizar o trabalho das equipes multiprofissionais dos 32 Núcleos Regionais de Educação e elaborar diagnósticos que auxiliem na compreensão das necessidades das escolas, oferecendo suporte técnico às equipes e orientando intervenções. (Paraná, 2024)

3.3.1 O Programa Bem Cuidar

O Programa Bem Cuidar surgiu no período imediatamente posterior à pandemia (2022), quando foi possível observar um aumento significativo nos

afastamentos por motivos de saúde, acompanhado de inúmeros relatos de professores que passaram a apresentar sintomas de ansiedade e depressão. (SETI, 2025)

Em diálogo com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), que, durante a pandemia de Covid-19, já havia disponibilizado um serviço de telessaúde, surgiu a proposta de desenvolver uma iniciativa que integrasse atendimentos psicológicos e psiquiátricos aos servidores da SEED, articulando esse suporte clínico com pesquisas acadêmicas.

Assim, na metade de 2022, foi firmado um convênio com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), por meio do qual passaram a ser oferecidas consultas psicológicas e psiquiátricas. Essa parceria se estendeu por dois anos. Entre maio de 2022 e junho de 2024, foram atendidos 7.621 profissionais da rede estadual, totalizando 39.563 agendamentos para atendimento psicológico e 1.650 consultas psiquiátricas. (SETI, 2025)

Atualmente, o projeto funciona em novo formato e novo convênio, agora em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Os serviços foram ampliados e, além de psicólogos e psiquiatras, a equipe passou a contar também com nutricionistas e profissionais de Educação Física, que oferecem orientações e acompanhamento em exercícios físicos.

A operacionalização do projeto foi inicialmente viabilizada por meio de um Convênio e no momento é conduzida por um Termo de Execução Descentralizada, ambos financiados pela Secretaria de Estado da Educação.

O Termo de Execução Descentralizada com a UNICENTRO prevê a transferência de créditos orçamentários e a disponibilização de recursos financeiros que totalizam R\$ 9.550.534,00 (nove milhões, quinhentos e cinquenta mil e quinhentos e trinta e quatro reais), destinados a garantir a execução do projeto durante todo o período de vigência estabelecido no acordo, no caso, 24 meses após a publicação no Diário Oficial do Paraná.²⁸ (Paraná, 2024)

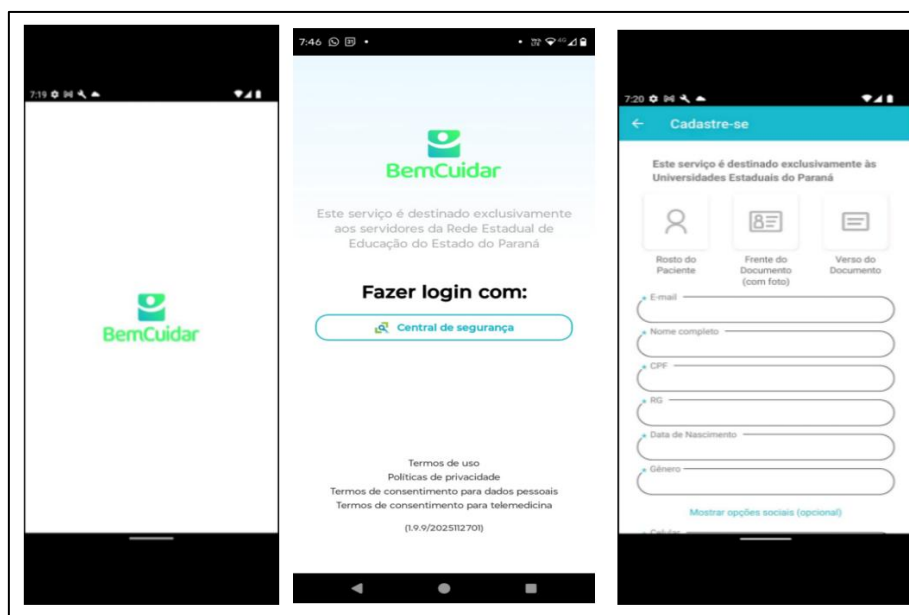
3.3.2 O aplicativo Bem Cuidar

O aplicativo está disponível na *App store* e *Google play* para baixar, os dados

²⁸ Republicação do Termo de Execução Centralizada no dia 25/out/2025; Ed. 11765

e informações obtidas durante os atendimentos são totalmente confidenciais (figura 2). Nada é gravado ou divulgado em nenhuma situação. A UNICENTRO é a responsável pela guarda desses dados, que não são repassados à SEED. O Projeto Bem Cuidar atua em conformidade com todas as normas éticas e legais.

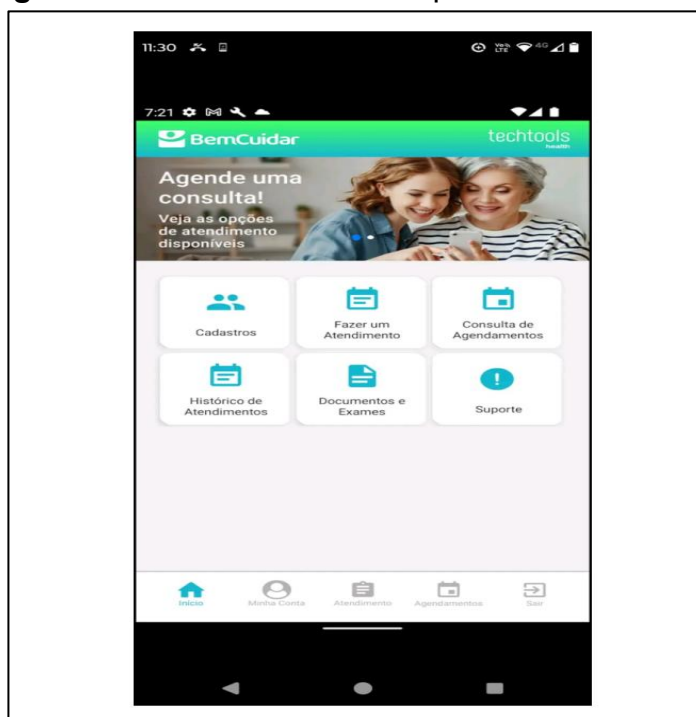
Figura 2: Telas Iniciais do Aplicativo Bem Cuidar



Fonte: Aplicativo Bem Cuidar, 2025.

Para utilizar o Bem Cuidar, basta acessar o sistema com seu *login* e senha do Expresso. Todos os servidores ativos da SEED, sejam efetivos ou temporários, podem realizar o cadastro. Os atendimentos são totalmente gratuitos, sem qualquer tipo de cobrança e sem comunicação ao local de trabalho.

Ao entrar na plataforma pela primeira vez, o servidor deve completar e salvar seus dados pessoais. Depois disso, como demonstra a figura 3, é possível agendar uma consulta. Para isso, acesse a aba “fazer um atendimento”, escolha a especialidade, selecione o profissional de saúde, defina a data e o horário disponíveis e confirme o agendamento. Após a confirmação, o usuário receberá um e-mail com todas as informações do atendimento. No aplicativo, também é possível visualizar futuros agendamentos ou cancelá-los.

Figura 3: Funcionalidades do Aplicativo Bem Cuidar

Fonte: Aplicativo Bem Cuidar, 2025.

No momento da consulta, o servidor deve acessar a aba “consulta de agendamentos”. Onde aparecerá o link “ir para a consulta”. A tela ficará em cinza até que o profissional entre na sala virtual para iniciar o atendimento online. A consulta tem duração de até 50 minutos, portanto é fundamental que o servidor seja pontual. Se houver algum problema com a conexão de internet durante o atendimento, há um chat da plataforma para se comunicar com o profissional de saúde.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) e matérias jornalísticas disponibilizados em sites e redes sociais que possam complementar o entendimento. Trata-se de uma análise documental, focada na compreensão das relações entre as condições de trabalho docente e a saúde mental dos professores da rede pública, em diálogo com o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa.

Ressalta-se, contudo, que os dados fornecidos não se apresentaram de forma completa, o que impôs limites à realização de uma análise mais robusta e aprofundada. Ainda assim, os resultados permitem identificar tendências relevantes e elementos significativos relacionados à precarização do trabalho docente e às políticas públicas de saúde mental, no caso desta pesquisa, a análise da implementação do aplicativo Bem Cuidar contribuindo para a reflexão crítica sobre o contexto educacional analisado.

Os dados analisados neste estudo foram extraídos do Relatório Final da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Fundação UNICENTRO, referente à utilização do Aplicativo Bem Cuidar no período compreendido entre sua implementação, em agosto de 2022, e o final do ano de 2024. Conforme o relatório, até junho de 2024, 7.621 servidores haviam realizado o cadastro na plataforma, e o Projeto Bem Cuidar contabilizou 41.213 atendimentos totais, os quais se distribuíram entre consultas psicológicas e atendimentos realizados por residentes em psiquiatria (com supervisão). No segundo relatório do Bem Cuidar, referente ao segundo semestre de 2024, já havia 8.598 usuários e 183 novos atendimentos.

No que se refere aos atendimentos psicológicos, foram registrados 39.563 agendamentos. Desse total, 25.620 consultas (64,75%) foram efetivamente realizadas, enquanto 9.956 (25,17%) foram canceladas pelos próprios usuários e 3.987 (10,08%) corresponderam a faltas sem comparecimento no horário agendado.

Além das consultas psicológicas, o programa também ofertou 1.650 atendimentos psiquiátricos. Dentre esses, 1.394 consultas (84,49%) foram realizadas, 184 (11,15%) foram canceladas pelos usuários e 72 (4,36%) registraram ausência do paciente no momento do atendimento (quadro 2). Cabe destacar que os dados apresentados têm como fonte o sistema da empresa Techtools, responsável pela

manutenção do aplicativo e do site utilizados para a realização dos atendimentos. Considerando que os dados disponibilizados no relatório correspondem à fase de encerramento do termo de convênio, portanto a UEL optou por utilizar, para fins de análise, as informações disponibilizadas pelo sistema informatizado e, também, utilizou-se o relatório da fundação UNICENTRO divulgado em 2025 referente ao segundo semestre de 2024.

Quadro 2: Distribuição do número de atendimentos realizados por cada profissional participante do Projeto Bem Cuidar

Profissionais	Consultas realizadas (%)	Cancelamentos (%)	Faltas (%)
Psicólogos	25.620	9.956	3.987
Residentes em psiquiatria	1.394	184	72
Subtotal	27.014	10.140	4.059
Total		41.213 Consultas	

Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024), elaborado pela autora.

Outro dado interessante para observação é a quantidade de cadastros inscritos no Programa, de acordo com os dados apresentados no quadro 3, observa-se uma distribuição desigual dos cadastros no Aplicativo Bem Cuidar entre os diferentes Núcleos Regionais de Educação (NRE). Os dados evidenciam que os Núcleos Regionais de Educação com maior número absoluto de cadastros no aplicativo concentram-se, predominantemente, em regiões metropolitanas e em grandes centros urbanos do estado. Destaca-se o NRE de Curitiba, com 1.170 cadastros, seguido pelo NRE Metropolitana Sul (688), Londrina (528), Metropolitana Norte (501) e Foz do Iguaçu (403).

Em contraste, os Núcleos Regionais de Educação que apresentaram os menores números absolutos de cadastros no aplicativo concentram-se em regiões com menor contingente de servidores e, possivelmente, com maiores limitações de acesso ou adesão às tecnologias digitais. Destacam-se os NREs de Goioerê, com 67 cadastros, Loanda (86), Wenceslau Braz (92), Telêmaco Borba (110) e Dois Vizinhos (121). Esses resultados sinalizam possíveis desigualdades regionais na adesão à política pública analisada, indicando a necessidade de estratégias específicas de divulgação, sensibilização e ampliação do acesso nessas localidades.

Quadro 3: Cadastros no aplicativo Bem Cuidar de acordo com o núcleo regional de educação até o final de 2024.

NRE	Servidores	Cadastros	% de usuários por NRE	NRE	Servidores	Cadastros	% de usuários por NRE
APUCARANA	2550	182	7,14	IVAIPORA	1583	225	14,21
METRO. NORTE	4715	501	10,63	JACAREZINHO	1804	180	9,98
METRO. SUL	5640	688	12,20	LARANJEIRAS DO SUL	1502	178	11,85
ASSIS CHATEAUBRIAN	761	124	16,29	LONDRINA	4556	528	11,59
CAMPO MOURAO	1917	132	6,89	MARINGA	5685	374	6,58
CASCAVEL	3592	181	5,04	LOANDA	913	86	9,42
CIANORTE	1228	123	10,02	PARANAGUA	2446	230	9,40
CORNELIO PROCOPIO	2080	157	7,55	PARANAVAI	1665	232	13,93
CURITIBA	9943	1170	11,77	PATO BRANCO	2266	220	9,71
DOIS VIZINHOS	786	121	15,39	PITANGA	952	130	13,66
FOZ DO IGUACU	2908	403	13,86	PONTA GROSSA	4167	315	7,56
FRANCISCO BELTRAO	2308	332	14,38	TELEMACO BORBA	1384	110	7,95
GOIOERE	875	67	7,66	TOLEDO	2713	210	7,74
GUARAPUAVA	2036	291	14,29	UMUARAMA	2018	153	7,58
IBAITI	937	194	20,70	UNIAO DA VITORIA	1465	128	8,74
IRATI	1560	178	11,41	WENCESLAU BRAZ	984	92	9,35
				SEM NRE	-	19	-

Fonte: Relatório Bem Cuidar – UNICENTRO 2º semestre (2024)

Os números do quadro 3 podem estar relacionados tanto à maior concentração de servidores nas regiões centrais, quanto à maior divulgação e acesso às políticas públicas mediadas por tecnologias digitais. Também, podem evidenciar uma participação significativamente inferior em determinados Núcleos Regionais de Educação, o que sugere a existência de possíveis assimetrias relacionadas ao acesso, à divulgação ou à adesão ao aplicativo.

A implementação do Programa Bem Cuidar foi estruturada a partir de um conjunto de metas operacionais que orientaram suas ações no âmbito da promoção da saúde mental dos professores da rede estadual do Paraná. Tais metas abarcam desde a organização técnico-institucional do programa até a oferta de atendimentos e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e monitoramento, configurando-se como elementos centrais para a compreensão de seu funcionamento e alcance.

A análise das metas do Programa Bem Cuidar permite não apenas identificar as estratégias adotadas pelo programa, mas também avaliar o grau de efetividade de sua execução, evidenciando avanços e limitações no processo de implementação

A Meta 1 consistiu na organização inicial do programa, abrangendo a contratação da equipe técnica e a estruturação dos instrumentos de atendimento. Foram realizadas a elaboração dos critérios de seleção para profissionais da saúde, a

contratação do quadro técnico e operacional, incluindo coordenação geral, coordenação operacional, psicólogos consultores e acadêmicos da área da saúde, bem como a atualização do material técnico-científico voltado ao fluxograma de atendimentos, em conformidade com os pressupostos éticos e legais. Também foram desenvolvidos materiais de apoio, como cartilhas de orientação para uso do programa, além da contratação de docentes para elaboração e execução de cursos e da estruturação de encontros multiprofissionais. Todas essas ações foram concluídas conforme o planejamento estabelecido. (UEL, 2024)

A Meta 2 refere-se à estruturação e ao treinamento técnico-operacional do programa. Nessa etapa, foram realizados processos de seleção e contratação de profissionais, incluindo psicólogos clínicos e médicos residentes em psiquiatria, por meio de chamamento público. Também foram implementadas melhorias na plataforma de telessaúde Bem Cuidar e promovidas atualizações formativas sobre o uso da ferramenta e seus aspectos legais. Destaca-se, contudo, que a capacitação online dos Núcleos Regionais de Ensino (NREs), prevista para orientar os atendimentos, não foi realizada. Essa etapa estava programada para ocorrer entre os meses 14 e 19 de execução do projeto; entretanto, conforme os registros analisados, não foi executada no período previsto, configurando-se como a única meta não cumprida entre as quatro estabelecidas. Tal lacuna pode ter impactado negativamente a disseminação e a utilização do aplicativo em determinados núcleos regionais. (UEL, 2024)

A Meta 3 esteve voltada à oferta de serviços de atenção à saúde mental, contemplando a disponibilização de teleatendimentos e ações formativas para professores e servidores da rede estadual. Foram ofertadas consultas psicológicas mensais, em modalidade síncrona, com possibilidade de ampliação conforme a demanda, além de atendimentos psiquiátricos mensais. Ademais, foram realizadas atividades de supervisão clínica aos profissionais envolvidos e ofertado curso de capacitação em saúde mental, com foco na identificação de situações e comportamentos no ambiente escolar. As ações previstas nessa meta foram integralmente executadas. (UEL, 2024)

Já a Meta 4 envolveu atividades de pesquisa e extensão relacionadas ao programa. Incluíram-se a elaboração de relatórios mensais com dados epidemiológicos anonimizados, a realização de análises científicas para aprimoramento da

interpretação dos dados, a produção de relatório final consolidado e o delineamento de artigo científico com base nas informações geradas, atualmente em fase de publicação. Todas as atividades previstas foram realizadas. (UEL, 2024)

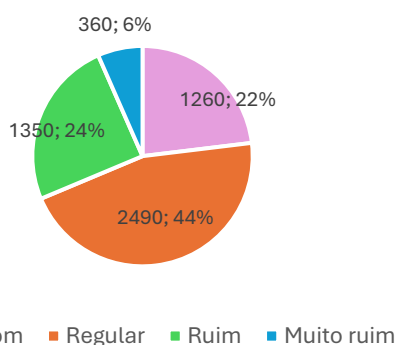
De modo geral, observa-se que, embora a maior parte das metas tenha sido cumprida, a não realização de ações formativas estratégicas, como a capacitação dos Núcleos Regionais de Ensino, pode ter impactado a efetividade da implementação do programa, indicando fragilidades no processo de operacionalização da política pública.

Além dos dados quantitativos referentes aos atendimentos, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) desenvolveu uma pesquisa junto aos usuários do Aplicativo Bem Cuidar, por meio da aplicação de um questionário voltado à identificação de aspectos relacionados à saúde mental. O instrumento contemplou questões acerca da autopercepção do estado de saúde mental, da existência de impedimentos para o desempenho do trabalho atual, da dificuldade em apreciar as atividades diárias, bem como sobre a presença de doenças diagnosticadas por profissionais médicos e a realização de tratamentos voltados ao cuidado em saúde mental.

Adicionalmente, o questionário investigou a ocorrência de dificuldades comportamentais, sintomas físicos, dificuldades cognitivas e emocionais, além de incluir uma avaliação geral dos usuários sobre o Programa Bem Cuidar.

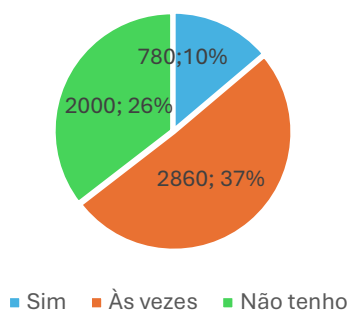
Os resultados obtidos a partir dessas questões fornecem subsídios relevantes para a compreensão das condições de saúde mental dos servidores usuários do aplicativo, bem como para a análise da efetividade da política pública implementada que podem ser observados a seguir, responderam ao questionário de saúde mental 5.634 usuários, 73,93% do total de cadastrados. Os gráficos apresentados na sequência trazem uma sintetização dos dados publicados pela UEL (2024) e revelam a percepção dos usuários sobre o aplicativo Bem Cuidar e seu impacto na saúde mental.

Os dados do Gráfico 1 revelam que a maior parte dos respondentes avalia seu estado de saúde mental como regular (44%), enquanto parcelas expressivas o classificam como ruim (24%) ou muito ruim (6%), e apenas 22% o consideram bom. Esses resultados indicam a presença significativa de sofrimento psíquico entre os participantes, evidenciando um quadro que se distancia da noção de saúde mental como bem-estar pleno.

Gráfico 1: Como você classifica seu estado de saúde mental?

Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024), elaborado pela autora.

Essa realidade dialoga com o referencial teórico adotado, que compreende a saúde mental como um fenômeno dinâmico e multifatorial, influenciado por condições sociais, econômicas e laborais. Conforme discutido no capítulo 2, a literatura aponta que a intensificação do trabalho, a sobrecarga, a falta de reconhecimento e as condições precárias contribuem diretamente para o adoecimento mental. Nesse sentido, a predominância de avaliações negativas ou intermediárias entre os respondentes pode ser interpretada como reflexo dessas condições estruturais, reforçando a relação entre precarização do trabalho e sofrimento psíquico.

Gráfico 2: A sua saúde mental é um impedimento para seu trabalho atual?

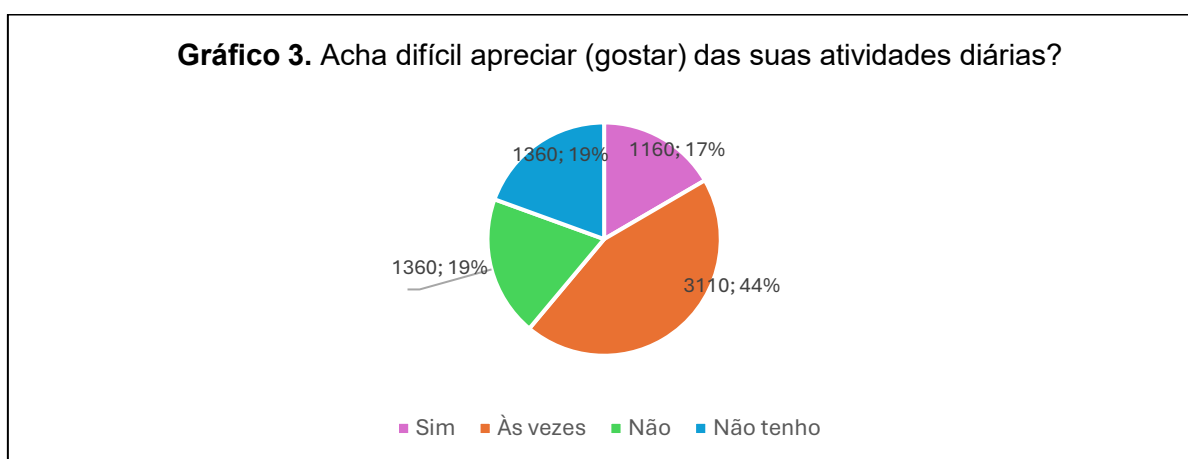
Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024), elaborado pela autora.

Os dados apresentados no Gráfico 2 evidenciam que a saúde mental exerce influência significativa sobre o desempenho profissional dos trabalhadores, uma vez

que 37% dos respondentes afirmaram que, às vezes, seu estado mental interfere no trabalho, enquanto 10% relataram que essa interferência ocorre com frequência. Cabe ressaltar, que no gráfico falta a parcela correspondente a 27% que no relatório não consta sobre qual dado seria. Isso deixa claro que a saúde mental é influenciada não apenas por aspectos individuais, mas também por condições sociais e organizacionais do trabalho²⁹.

A percepção dos participantes reforça a ideia de que a saúde mental está diretamente relacionada à capacidade produtiva e ao bem-estar no trabalho, evidenciando a necessidade de políticas e práticas institucionais que considerem o ambiente laboral como elemento central na promoção da saúde dos trabalhadores.

Os dados do Gráfico 3 indicam que 44% dos respondentes relatam dificuldade em apreciar as atividades diárias de forma ocasional, enquanto 17% afirmam vivenciar essa dificuldade de maneira recorrente. Esses resultados indicam a presença de sinais importantes de sofrimento psíquico, uma vez que a redução do interesse ou do prazer nas atividades cotidianas é um dos principais indicativos de comprometimento da saúde mental.



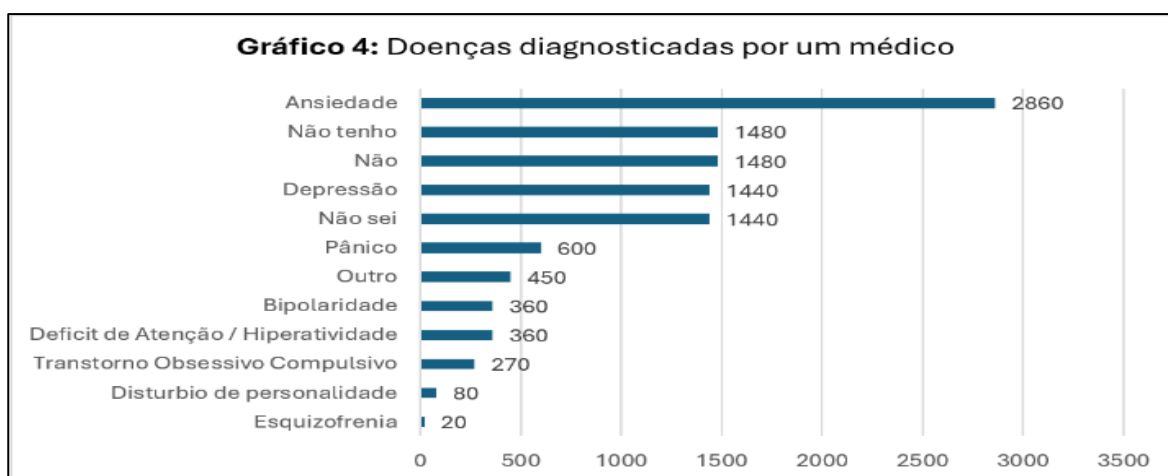
Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024), elaborado pela autora.

²⁹ A literatura aponta que fatores como sobrecarga, intensificação da jornada, pressão por resultados e condições precárias de trabalho contribuem para o sofrimento psíquico e impactam o desempenho laboral. Nesse sentido, os dados empíricos corroboram a perspectiva de que o adoecimento mental não pode ser analisado de forma isolada, mas deve ser compreendido como expressão das relações de trabalho contemporâneas, marcadas pela precarização e por exigências crescentes.

Os dados evidenciam que fatores como sobrecarga, pressão constante, falta de reconhecimento e precarização das relações laborais contribuem para o esgotamento emocional e para a diminuição do engajamento nas atividades diárias.

Dessa forma, os dados reforçam a compreensão de que a dificuldade em viver o cotidiano de forma satisfatória não deve ser analisada apenas no plano individual, mas como expressão das condições objetivas de vida e trabalho, evidenciando a centralidade do contexto laboral na produção do sofrimento mental.

O gráfico 4 evidencia que a ansiedade é a condição de saúde mental mais frequentemente diagnosticada entre os usuários do aplicativo Bem Cuidar, com 2.860 registros, destacando-se de forma expressiva em relação às demais categorias. Esse dado reforça a centralidade dos transtornos ansiosos no adoecimento psíquico dos servidores, em consonância com a literatura que aponta a intensificação do trabalho, a sobrecarga e as pressões institucionais como fatores desencadeadores desse tipo de sofrimento.



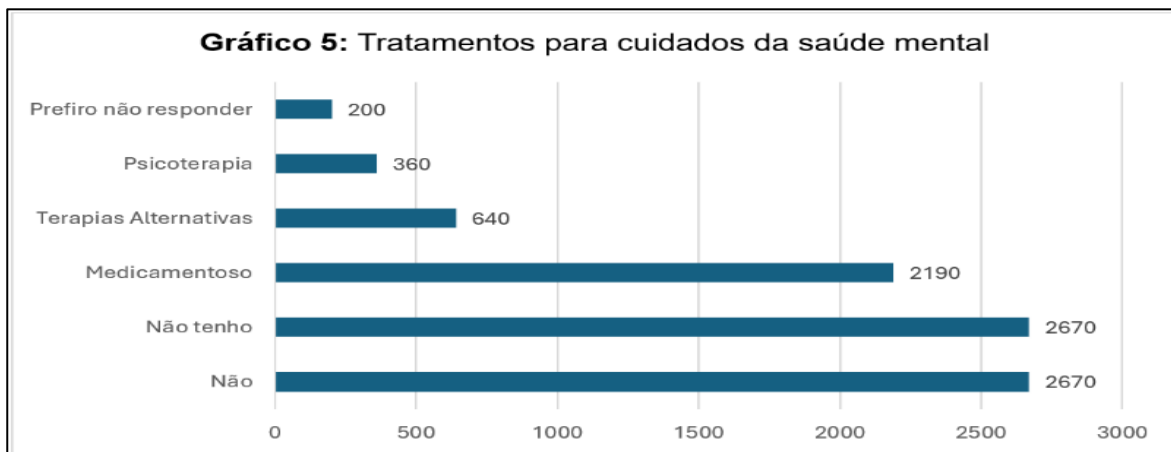
Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024), elaborado pela autora.

Observa-se, ainda, um número significativo de respostas indicando “não” ou “não sei” quanto ao diagnóstico médico (1.480 e 1.440 registros, respectivamente), o que pode sinalizar dificuldades de acesso a diagnóstico especializado, subnotificação ou desconhecimento formal sobre a própria condição de saúde mental. Esse aspecto sugere limites no acompanhamento clínico contínuo e na consolidação de diagnósticos entre os profissionais da educação.

Entre os transtornos diagnosticados, a depressão também aparece com elevada incidência (1.440 registros), seguida por síndrome do pânico (600),

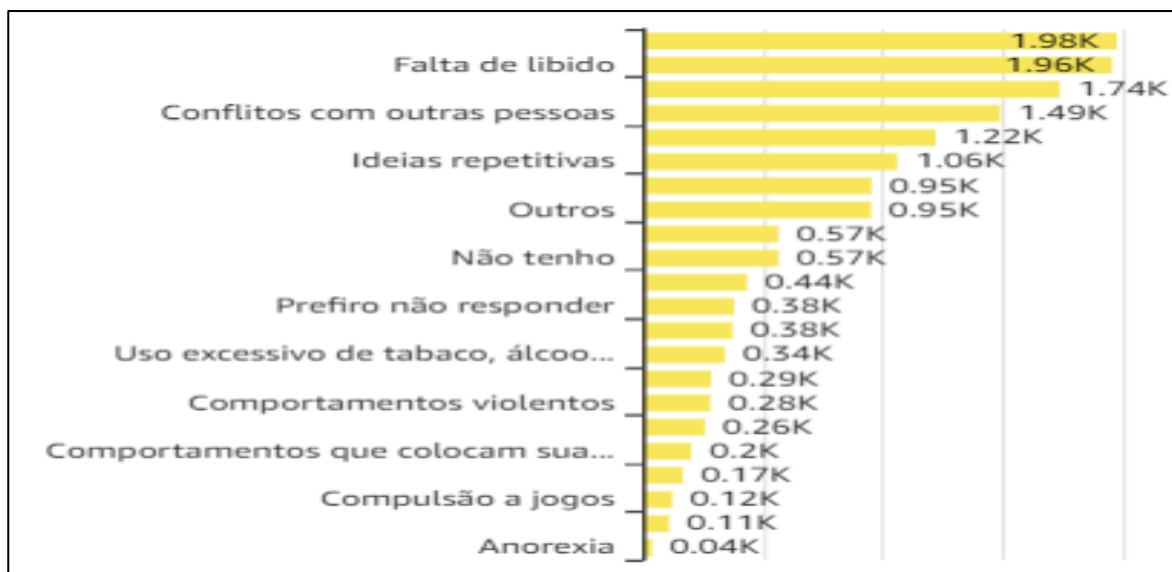
bipolaridade e transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (360 cada), além de transtorno obsessivo-compulsivo (270). As ocorrências de distúrbios de personalidade (80) e esquizofrenia (20), embora menos frequentes, indicam a presença de quadros mais complexos, que demandam acompanhamento especializado. Em conjunto, os dados revelam um cenário preocupante de adoecimento mental entre os docentes, reforçando a necessidade de políticas públicas estruturais que ultrapassem ações pontuais e enfrentem as causas relacionadas às condições de trabalho e à precarização da docência.

No gráfico 5 fica claro que a maioria dos usuários não realiza nenhum tratamento em saúde mental (2.670), revelando uma lacuna entre o sofrimento psíquico e o acesso ao cuidado contínuo. Entre os que buscam atendimento, predomina o uso de medicamentos (2.190), indicando tendência à medicalização, enquanto a psicoterapia apresenta baixa adesão (360). Esses dados apontam fragilidades no cuidado integral em saúde mental e reforçam a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso a tratamentos psicológicos integrados e contínuos.



Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024), elaborado pela autora.

O gráfico 6 evidencia a presença expressiva de dificuldades comportamentais e emocionais entre os docentes usuários do Programa Bem Cuidar. Destacam-se, com maior frequência, a falta de libido, os conflitos com outras pessoas e as ideias repetitivas, indicando impactos do sofrimento psíquico tanto na esfera pessoal quanto nas relações interpessoais e no funcionamento cognitivo.

Gráfico 6: Dificuldades comportamentais

Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024).

Também aparecem com relevância as respostas agrupadas em “outros”, o que sugere a existência de manifestações de sofrimento não plenamente contempladas pelas categorias propostas, bem como um contingente que declara não apresentar dificuldades, embora em proporção menor. O número de respostas em “prefiro não responder” indica certa resistência ou desconforto em abordar aspectos mais sensíveis do comportamento.

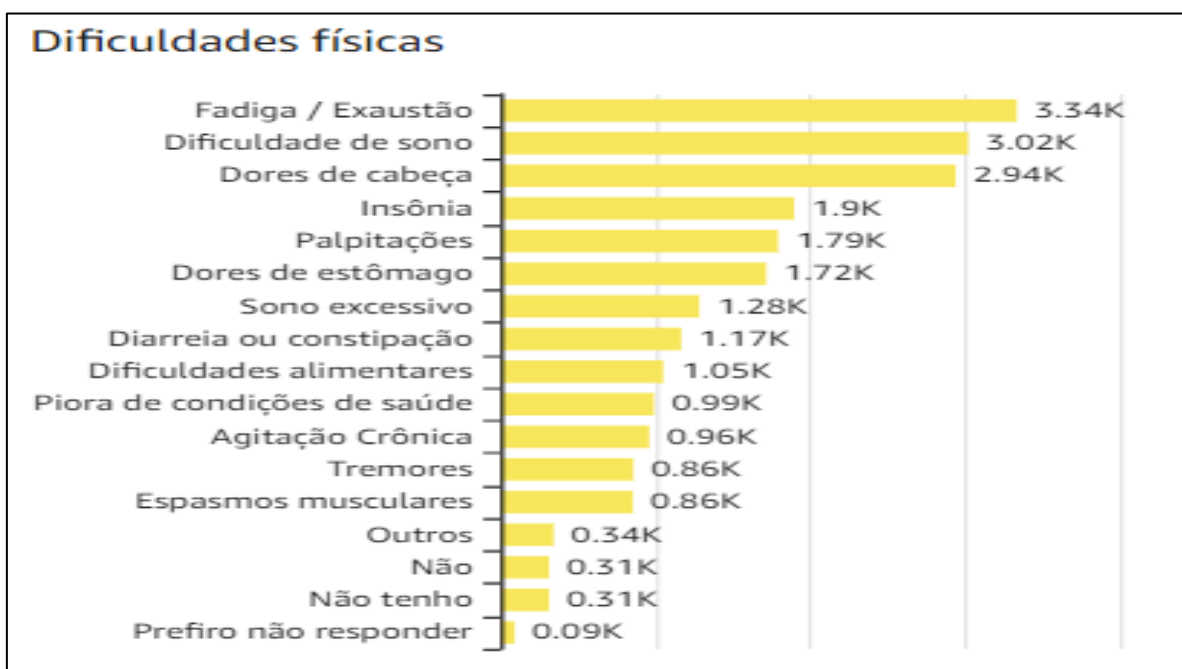
Por outro lado, comportamentos como uso excessivo de álcool ou tabaco, comportamentos violentos, condutas de risco, compulsão por jogos e anorexia aparecem com menor incidência, mas não deixam de sinalizar a presença de quadros mais graves que demandam atenção especializada.

Os dados do Gráfico 7 evidenciam uma elevada incidência de manifestações físicas associadas ao sofrimento psíquico entre os docentes, com destaque para fadiga/exaustão, distúrbios do sono, dores de cabeça e insônia, indicando um quadro de sobrecarga física e mental diretamente relacionado às condições de trabalho.

Estudos sobre a saúde mental do trabalhador docente apontam que a intensificação da jornada, a pressão por resultados, a falta de reconhecimento e a precarização das condições de trabalho contribuem significativamente para o desenvolvimento de sintomas físicos e psíquicos, muitas vezes interligados. Nesse sentido, a presença de manifestações como palpitações, dores gastrointestinais, agitação crônica, tremores e espasmos musculares evidencia processos de somatização, nos

quais o sofrimento psíquico se expressa no corpo. Assim, os dados empíricos reforçam a compreensão de que a saúde mental e a saúde física são dimensões indissociáveis, sendo ambas impactadas pelas condições objetivas de trabalho.

Gráfico 7: Sintomas Físicos

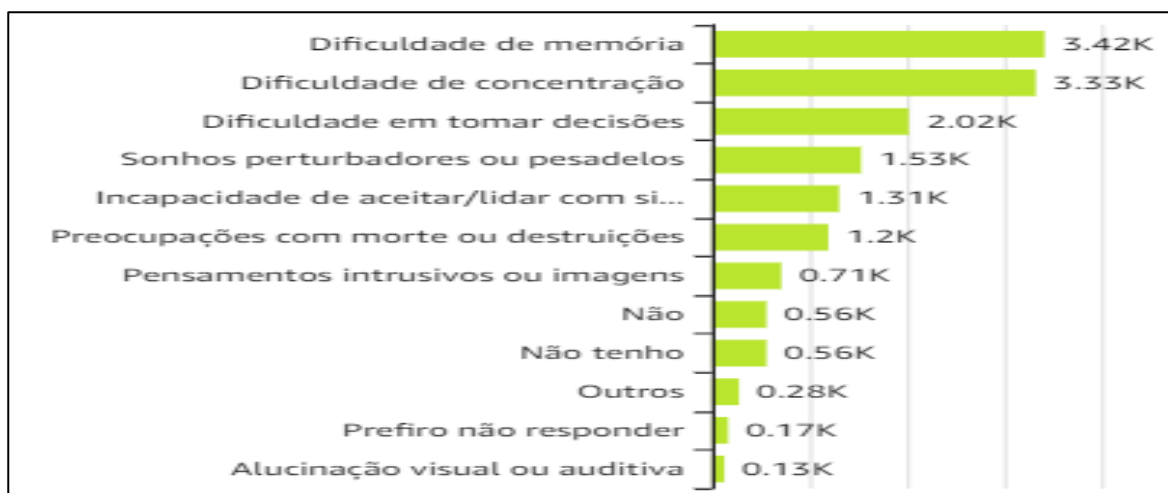


Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024).

Dessa forma, o conjunto dos resultados aponta para um processo contínuo de adoecimento, que não pode ser compreendido de forma isolada ou individual, mas como expressão das relações de trabalho e das formas de organização da atividade docente, marcadas pela sobrecarga e pela precarização.

O gráfico 8 evidencia elevada ocorrência de dificuldades cognitivas entre os docentes, com destaque para problemas de memória e dificuldade de concentração, indicando impactos diretos do sofrimento psíquico no desempenho profissional e nas atividades cotidianas. A presença significativa de dificuldades em tomar decisões e de sonhos perturbadores ou pesadelos reforça o comprometimento do funcionamento cognitivo e emocional.

Também se observam preocupações recorrentes com morte ou destruição e pensamentos intrusivos, ainda que em menor proporção, sinalizando quadros de maior gravidade que demandam atenção especializada.

Gráfico 8: Dificuldades cognitivas

Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024).

O Gráfico 9 revela elevada prevalência de manifestações ansiosas e reações ao estresse, configurando-se como os principais indicadores de sofrimento psíquico entre os usuários do aplicativo. A recorrência de sentimentos de tristeza, episódios de choro e a sensação persistente de vazio ou angústia evidenciam um comprometimento significativo do bem-estar emocional, sugerindo a coexistência de sintomas ansiosos e depressivos que afetam a regulação afetiva.

Gráfico 9: Dificuldades emocionais

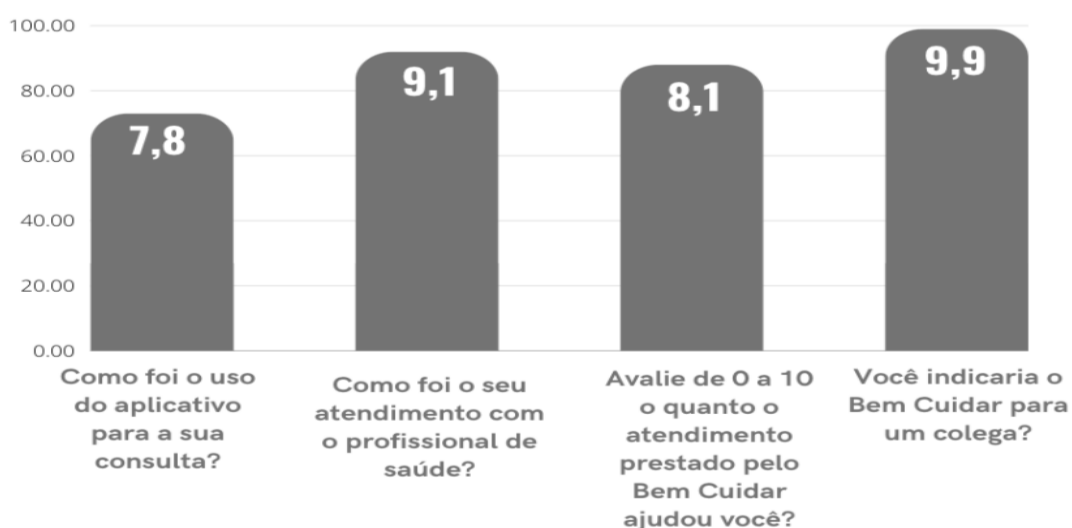
Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024).

A presença expressiva de irritabilidade, raiva, desespero e sentimento de culpa ou vergonha reforça um quadro de esgotamento mental, no qual o sofrimento se manifesta de forma complexa e multifacetada. Soma-se a esse cenário a influência de fatores socioeconômicos, como a preocupação com dívidas, que se apresentam como importantes determinantes psicossociais, intensificando a vulnerabilidade emocional.

Embora em menor frequência, o registro de sentimentos de abandono, indiferença, luto e pensamentos de perseguição indica a existência de quadros de maior gravidade, que demandam acompanhamento especializado e redes de apoio consistentes.

Os dados do Gráfico 10 indicam uma avaliação positiva do aplicativo, com média geral de 8,73 pontos, destacando-se a elevada disposição dos usuários em recomendá-lo (9,9) e a qualidade do atendimento profissional (9,1). Além disso, a percepção de ajuda proporcionada (8,1) e a experiência de uso do aplicativo (7,8) sugerem que o programa Bem Cuidar tem contribuído, em certa medida, para o cuidado em saúde mental dos servidores da SEED, promovendo melhorias no bem-estar e na qualidade de vida, conforme apontam os relatórios institucionais de 2024 e 2025.

Gráfico 10: Avaliação dos usuários do Programa Bem cuidar



Fonte: Relatório Bem Cuidar – UEL (2024).

Embora o aplicativo represente um avanço no acesso ao cuidado, ele se insere predominantemente em uma lógica de intervenção individual, centrada no sujeito adoecido, sem necessariamente enfrentar as determinações estruturais que produzem o sofrimento psíquico. As iniciativas como o Bem Cuidar, ainda que relevantes, podem atuar mais como mecanismos de mitigação dos efeitos do adoecimento do que como instrumentos de transformação das suas causas.

Dessa forma, os dados evidenciam uma contradição: ao mesmo tempo em que o programa é bem avaliado e cumpre um papel importante no suporte aos trabalhadores, ele também revela os limites das políticas de saúde mental quando desvinculadas de mudanças estruturais nas relações de trabalho. Tal constatação reforça a necessidade de articulação entre ações de cuidado individual e políticas públicas mais amplas, capazes de enfrentar a precarização do trabalho e promover condições efetivas de saúde mental no ambiente laboral.

É importante ressaltar que, em 2024, mais de 10 mil professores efetivos se afastaram por motivos de transtornos mentais, conforme a postagem do perfil do Instagram @oposiçãoaalep, em 06 de agosto de 2025. Sendo que só no primeiro semestre de 2024 foram registrados mais de 8,9 mil afastamentos por problemas de saúde mental entre professores da rede estadual apenas no primeiro semestre de 2024, de acordo com Gonçalves (2025) com base nos dados obtidos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

Pelos dados fornecidos pela SEED, não há diferenciação dos tipos de afastamento de licença para tratamento de saúde e o que foi fornecido, de acordo com as informações do quadro 4.

Quadro 4: Número de licenças para tratamento de saúde

MOTIVO	2020	2021	2022	2023	2024
Licença para Tratamento de saúde	8.415	13.377	39.139	7.604	7.936

Fonte: SEED-PR. Planilha Levantamento de quantitativo de professores. Elaborado pela autora.

Percebe-se que nessa análise que os dados podem estar sendo omitidos, já que a quantidade de professores afastados por motivos de transtornos mentais é superior ao indicado pelo SEED em dados gerais. Detalhe, os dados fornecidos são

somente de professores efetivos, os professores PSS que estão de LTS não estão sendo contabilizados.

De modo articulado, os dados apresentados permitem estabelecer uma correlação consistente entre as condições de saúde mental dos servidores, a utilização do aplicativo Bem Cuidar e o contexto mais amplo de adoecimento docente na rede pública estadual. A elevada taxa de adesão ao questionário (73,93% dos cadastrados) e os resultados que evidenciam interferências da saúde mental no trabalho, dificuldades emocionais e comportamentais recorrentes, como ansiedade, estresse e sentimentos de angústia, reforçam a magnitude do sofrimento psíquico entre os usuários do programa.

Embora a avaliação do aplicativo seja amplamente positiva, indicando boa aceitação e percepção de utilidade no cuidado em saúde mental, esses achados precisam ser analisados à luz dos dados institucionais sobre licenças para tratamento de saúde. A ausência de discriminação dos motivos de afastamento nos dados fornecidos pela SEED, aliada à informação de que mais de 10 mil professores efetivos se afastaram por transtornos mentais em 2024, sugere possível subnotificação ou ocultamento da real dimensão do adoecimento psíquico docente, sobretudo quando se considera que os professores contratados em regime PSS não estão incluídos nas estatísticas apresentadas.

Assim, apesar de o Bem Cuidar se configurar como uma iniciativa relevante e bem avaliada, os dados indicam que ele atua de forma paliativa diante de um cenário estrutural de precarização do trabalho e adoecimento mental, evidenciando limites na efetividade da política pública quando desvinculada de ações mais amplas de prevenção, melhoria das condições de trabalho e transparência na produção e divulgação das informações oficiais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a desvalorização do conhecimento e a redução do papel social do professor, seu valor como força de trabalho também diminuiu. O docente é forçado a aceitar condições laborais precárias, baixos salários e alta carga de trabalho, o que provoca um crescente sentimento de frustração e impotência diante da perda de sentido de sua profissão.

De forma articulada, a dissertação fez uma reflexão sobre a implementação da política pública de saúde mental materializada no aplicativo Bem Cuidar entre 2022 e 2024, contemplando os objetivos e as estratégias da política, ao descrever o desenho institucional do programa, suas metas previstas, os atores envolvidos (SEED, UEL e UNICENTRO) e as fragilidades na execução, como o não cumprimento da meta de capacitação dos NREs.

A adesão dos usuários no Bem Cuidar, evidenciada pelos dados de cadastros, número de atendimentos, elevada taxa de participação no questionário (73,93%) do universo de 5.634 participantes e pela análise da distribuição desigual entre os Núcleos Regionais de Educação. Os impactos percebidos na promoção do bem-estar psíquico, demonstrados tanto pela avaliação positiva do aplicativo (alta pontuação média e recomendação pelos usuários) quanto pela identificação recorrente de sintomas ansiosos, depressivos, cognitivos, comportamentais e físicos entre os trabalhadores da educação atendidos.

Ao mesmo tempo, os resultados permitiram uma análise crítica dos limites da política, evidenciando que, embora o Bem Cuidar seja reconhecido como uma iniciativa relevante e bem aceita pelos usuários do aplicativo, seus efeitos se mostram paliativos diante do contexto estrutural de precarização do trabalho docente, da elevada incidência de adoecimento mental e da possível subnotificação nos dados oficiais da SEED.

O referencial teórico desenvolvido abordou o neoliberalismo, a intensificação e precarização do trabalho docente e suas implicações para a saúde mental, articulando esses elementos à análise das políticas públicas existentes. Além disso, a pesquisa evidenciou que, após a referida lei, há predominância de ações pontuais, campanhas informativas e do uso do aplicativo Bem Cuidar, sem a consolidação de uma política pública ampla e estruturada voltada especificamente à saúde mental

docente, o que responde diretamente ao objetivo proposto.

A análise dos dados institucionais possibilitou examinar os objetivos do programa, suas estratégias de divulgação, a adesão dos servidores e a distribuição desigual dos cadastros entre os NREs. Ademais, a avaliação dos usuários e os dados sobre atendimentos e sintomas permitiram identificar impactos percebidos na saúde mental, ao mesmo tempo em que foram evidenciados limites importantes da política, como seu caráter paliativo e as fragilidades na implementação.

Os dados indicam que a implementação do aplicativo Bem Cuidar representou um avanço na oferta de suporte psicológico aos professores da rede pública estadual. Os números de cadastros, volume de atendimentos realizados e a avaliação positiva dos usuários indicam ampliação do acesso aos serviços de saúde mental, sobretudo para parte significativa dos docentes que aderiram à plataforma.

Não obstante, os resultados, uma vez que a adesão ao aplicativo se mostrou desigual entre os Núcleos Regionais de Educação, com menor participação em regiões menos urbanizadas, podem indicar limitações relacionadas à divulgação, às dificuldades tecnológicas e a barreiras culturais, além de fragilidades institucionais, como o não cumprimento da meta de capacitação dos NREs, o que impactou negativamente a disseminação e o uso da ferramenta.

Desde sua implementação o aplicativo Bem Cuidar contribuiu para a conscientização sobre a importância da saúde mental entre os docentes, evidenciada pela elevada participação no questionário e pela disposição dos usuários em relatar sintomas e avaliar o programa. Contudo, os dados também indicam que os efeitos diretos da iniciativa sobre a redução dos afastamentos por transtornos mentais permanecem limitados ou inconclusivos, seja pela ausência de dados desagregados fornecidos pela SEED, seja pelo caráter paliativo da política diante da precarização estrutural do trabalho docente.

Assim, conclui-se que o Bem Cuidar se configura como uma política pública relevante e inovadora no campo do cuidado em saúde mental, mas com alcance restrito frente à complexidade do adoecimento docente. Os resultados reforçam a necessidade de articulação do aplicativo com políticas estruturais mais amplas, voltadas à melhoria das condições de trabalho, à prevenção do adoecimento e à transparência na produção e divulgação dos dados institucionais.

Por meio desse estudo, percebeu-se que nas últimas décadas, a saúde

mental dos professores passou a ser reconhecida como um fator determinante para o desempenho educacional. Esse reconhecimento motivou a criação de políticas públicas que buscam prevenir sofrimentos psíquicos e oferecer suporte adequado aos docentes. Nesse sentido, diversas iniciativas legais, como programas estaduais e diretrizes nacionais, têm buscado enfrentar as demandas emocionais da profissão docente. Assim, discutir políticas públicas e ações destinadas à saúde mental dos professores torna-se indispensável para avaliar sua eficácia e identificar avanços necessários.

Apesar dessas ações, uma análise mais aprofundada dos documentos públicos e das notícias disponíveis no site da SEED, realizada após a solicitação, via protocolo, de informações sobre outros projetos destinados à saúde mental dos docentes, sem que houvesse retorno do órgão, não se identificou a existência de instrumentos adicionais de políticas públicas voltadas especificamente à saúde mental dos professores da rede estadual. Assim, observa-se a predominância de campanhas informativas, orientações sobre sintomas, palestras, formações e do uso do aplicativo Bem Cuidar.

Diante dos resultados e das limitações desta pesquisa, recomenda-se a realização de mais estudos que aprofundem a análise dos impactos de políticas públicas de saúde mental docente por meio de investigações longitudinais, capazes de avaliar, ao longo do tempo, os efeitos do uso do aplicativo Bem Cuidar sobre o adoecimento mental e os afastamentos do trabalho. Recomenda-se, também, a realização de pesquisas qualitativas, com docentes usuários e não usuários da ferramenta, a fim de compreender percepções, barreiras de adesão e sentidos atribuídos ao cuidado em saúde mental.

Outra possibilidade consiste em análises comparativas entre diferentes estados ou políticas públicas voltadas aos trabalhadores da educação, contribuindo para a identificação de boas práticas e limites recorrentes. Além disso, destaca-se a relevância de estudos que articulem a saúde mental docente às condições estruturais de trabalho, como jornada, intensificação e precarização, superando abordagens centradas apenas no tratamento dos sintomas.

Por fim, aponta-se a necessidade de pesquisas que problematizem a produção e a transparência dos dados institucionais, bem como a articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social, visando ao fortalecimento

de políticas públicas integradas, preventivas e efetivas no enfrentamento do adoecimento mental docente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Gracielle Almeida de; *et al.* Saúde Mental dos Professores em Contextos de Precarização: perspectivas sobre a educação contemporânea. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. L.], V. 13, N. 2, P. E1320, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-317-2024. Disponível Em: <https://journalppc.com/rppc/article/view/1320>. Acesso Em: 10/01/2025.
- ALBUQUERQUE, Guilherme; *et al.* Exploração e Sofrimento Mental de Professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trabalho, Educação e Saúde** 16 (2018): 1287-1300.
- ALCÂNTARA, Vírnia Ponte; VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ALVES, Samara Vasconcelos. Perspectivas acerca do Conceito de Saúde Mental: análise das produções científicas brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, V. 27, P. 351-361, 2022.
- ALEP-PR, Portal de notícias. **Assembleia debate ações para reverter adoecimento de professores das escolas estaduais do Paraná**. 09/06/2025 (2025). Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/assembleia-debate-acoes-para-reverter-adoecimento-de-professores-das-escolas-estaduais-do>. Acesso em: 08/08/2025.
- ANDERSON, Perry. Balanço Do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1995. 205p.
- ANGELI, José Mario. Gramsci, Hegemonia e Cultura: relações entre sociedade civil e política. **Revista Espaço Acadêmico**, V. 11, N. 122, P. 123-132, 2011.
- ANTUNES, R. L. C.; MARTINS SOLDERA, L. (2020). Entrevista Concedida pelo Professor Dr. Ricardo Antunes (Unicamp – Campinas-SP), ao Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho - LIST, acerca do tema trabalho, política e Ação. **Psicologia em Estudo**, 25. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.V25i0.48193>
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviço na Era Digital. Boitempo Editorial, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A Sociedade dos Adoecimentos no Trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, P. 407-427, 2015.
- APP-SINDICATO – Associação dos Professores do Paraná - Sindicato. **Morte de professora dentro de escola cívico-militar em Curitiba gera comoção nacional e debate sobre adoecimento**. 04/06/2025 (2025). Disponível em: <https://appsindicato.org.br/morte-de-professora-dentro-de-escola-civico-militar-em-curitiba-gera-comocao-nacional-e-debate-sobre-adoecimento/>. Acesso em: 08/08/2025.
- ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado Keynesiano Ao Estado Schumpeteriano. **Brazilian journal of political economy**, V. 23, N. 4, P. 604-621, 2003.

ÁVILA, Emanuelli de Oliveira. **IDEB e Políticas Públicas Educacionais: uma abordagem exploratória de cinco escolas da rede municipalde Foz do Iguaçu – PR a partir do Projeto Político Pedagógico (2007 - 2021)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento). Foz do Iguaçu: UNILA, 2023. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/9ff3d8c7-8952-439a-a1d3-b8ce30859c6e>. Acesso em 30/04/2025.

BARROS, A. **Precarização**: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, Luiz Bezerra. As Influências do Neoliberalismo na Educação Brasileira: algumas considerações. **Itinerarius Reflectionis**, V. 10, N. 1, 2014.

BRASIL DE FATO. **Professora passa mal e vai a óbito dentro de escola no paraná: Segundo caso em uma semana**. 06/06/2025 (2025). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/06/06/professora-passa-mal-e-vai-a-obito-dentro-de-escola-no-parana-segundo-caso-em-uma-semana/>. Acesso em 08/09/2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (1988). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08/09/2025.

BRASIL. **Lei n. 9.424/1996**, de 24 de dezembro de 1996: fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB). (1996). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9424-24-dezembro-1996-365371-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 4. ago. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 14681/2023 - Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação**, 18/09/2023 (2023). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14681.htm. Acesso em: 08/09/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador**. Relatório Final. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. **II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador**. Relatório Final. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador**: coletânea de textos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. **PNE - Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034**. (2024a) Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm. Acesso em: 08/09/2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova prorrogação do Plano Nacional de Educação até 31 de dezembro de 2025**, 03/07/2024, (2024b). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1079890-CAMARA-APROVA-PRORROGACAO-DO-PLANO-NACIONAL-DE-EDUCACAO-ATE-31-DE-DEZEMBRO-DE-2025#:~:text=O%20atual%20PNE%20venceu%20em,a%20serem%20cumpridos%20at%C3%A9%202034>. Acesso em: 08/09/2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Novo Plano de Educação institui metas para a**

educação brasileira até 2034, 28/06/2024, (2024a). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1077593-novo-plano-de-educacao-institui-metas-para-a-educacao-brasileira-ate-2034/>. Acesso em: 08/09/2025.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018. Introdução, Cap. 2 e 3. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/livro_formula%c3%a7%c3%a3o%20de%20pol%c3%adticas%20p%c3%bablicas.pdf. Acesso em 08/09/2025.

CASTRO NETA, A. A. de.; MOURA, J. da S.; CARDOSO, B. L. C.; NUNES, C. P. Contextos da Precarização Docente na Educação Brasileira. **Revista Exitus**, [S. L.], V. 10, N. 1, P. E020037, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n0id1261. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1261>. Acesso Em: 12 jan. 2025.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Reforma do Estado e Contexto Brasileiro**: crítica do paradigma gerencialista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DA SILVA, Elza Fagundes; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Adoecimento docente nas escolas públicas do Estado do Paraná. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 59, p. 181-192, 2021.

DE ALMEIDA TRINDADE, Marcel; MORCERF, Cely Carlyne Pontes; DE OLIVEIRA, Marinalva Santos. Saúde Mental Do Professor: Uma Revisão De Literatura Com Relato De Experiência. Conecte-Se! **Revista Interdisciplinar de Extensão**, V. 2, N. 4, P. 42-59, 2018.

DE CERQUEIRA, Jackson BA. Uma Visão do Neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, n. 39, 2008.

DE MESQUITA, José Ferreira; NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; CAVALCANTI, Maria Tavares. A Reforma Psiquiátrica no Brasil: um novo olhar sobre o paradigma da saúde mental. **Anais do XVII Encontro Nacional De Estudos Populacionais**, ABEP, 2010.

DEREVECKI, Raquel. Professores da Rede Estadual Recebem Atendimento Psicológico Com Aplicativo. **Gazeta do Povo**, 07 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/professores-da-rede-estadual-recebem-atendimento-psicologico-com-aplicativo/>. Acesso em: 20/08/2024.

FIOCRUZ, Site Institucional da Fundação Oswaldo Cruz. **Linha do Tempo das CNS**. Disponível em: <https://fiocruz.br/linha-do-tempo-conferencias-nacionais-de-saude>. Acesso em: 20/08/2024.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos E Técnicas Da Pesquisa E Do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

G1. **Crise de Saúde Mental: Brasil Tem Maior Número de Afastamentos por Ansiedade e Depressão em 10 Anos**. Poliana Casemiro, Rayane Moura, 10/03/2025 (2025). Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 08/09/2025.

GIL, Antônio Carlos; *et al.* **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. C. S. (2025). **Adoecimento docente no Paraná: reformas neoliberais e o colapso da saúde na escola pública**. *Cuadernos De Educación Y Desarrollo - QUALIS A4*, 17(7), e8804. <https://doi.org/10.55905/cuadv17n7-007>.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**. História E Implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

INÁCIO, GUILBERT. **Docentes da educação básica sofrem com problemas de saúde mental**. 19/05/2025 (2025). Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/docentes-da-educacao-basica-sofrem-com-problemas-de-saude-mental#:~:text=segundo%20a%20pesquisa%20sa%3%bade%20mental%20dos%20educadores%2c,sua%20sa%3%bade%20mental%20ruim%20ou%20muito%20r uim>. Acesso em 07/06/2025.

JACOMELI, Mara Regina Martins. As Políticas Educacionais da Nova República: do Governo Collor ao de Lula. **Revista Exitus**, V. 1, N. 1, P. 119-127, 2011.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Trad. Ruy Jungmann Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Saraiva, 2017.

LABRONICI, Rômulo Bulgarelli; ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma Empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARRACH, Sonia Alem *Et al.* **Neoliberalismo e Educação**. Infância, Educação E Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, p. 42-56, 1996.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo De Produção Do Capital. Tradução Rubens Enderle. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. O processo de produção do capital, v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MEDEIROS, Sonayra Da Silva; RODRIGUES, Melânia Mendonça. O Gerencialismo, Reforma do Estado e da Educação no Brasil. **Revista Educação em Questão**, v. 48, n. 34, P. 216-240, 2014.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília De Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26ªed. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID-19**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19#:~:text=a%20covid%2d19%20%3%a9%20uma,transmissibilidade%20e%20de%20distribui%3%a7%3%a3o%20global>. Acesso em: 08/09/2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução nº 734**, de 01 de fevereiro de 2024 (2024b). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2024/prt0734_23_02_2024.html.

Acesso em: 08/09/2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Norma NR1**. (2025). Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-01-atualizada-2025-i-1.pdf>. Acesso em 07/09/2025.

MOUNTIAN, André Gal. O Liberalismo Econômico e a Pobreza: raízes teóricas, estratégias de redução e limitações. **Anais do Encontro Nacional de Economia Política**, V. 23, 2018.

NARDI, H. C.; RAMMINGER, T. Políticas Públicas em Saúde Mental e Trabalho: Desafios Políticos e Epistemológicos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 32 (2), 2012, 374-387. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5cyd9MwX54BVRjFc3Z3CCqf/?format=html&lang=pt>. Acesso em:04/09/2025.

NARDI, H. C.; RAMMINGER, T. Saúde Mental e Saúde do Trabalhador: análise das conferências nacionais brasileiras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 27(4), 2007, p.680-693. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932007001200009. Acesso em 05/05/2025.

NETO, Odorico Ferreira Cardoso; NEZ, Egeslaine. Governos Lula, Dilma e Bolsonaro: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectivas. **Interação**, v. 21, n. 3, p. 121-144, 2021.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOMINATO, J. C. S. **Reflexões sobre o Trabalho e o Sofrimento Mental de Professoras e Professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná Antes e Durante da Pandemia da COVID-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar). Matinhos: Universidade Federal Do Paraná, 2022. Disponível em: <http://tede.UNICENTRO.br:8080/jspui/bitstream/jspui/2004/2/disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20jean%20claudio%20sales%20nominato.pdf>. Acesso em 07/07/2025.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Desenvolvimento Econômico Mundial: notas essenciais para estimular a reflexão e o debate**. 1. ed. Curitiba: Protexito, 2011.

OLIVEIRA, Juliana Andrade. Organização e gestão: **a influência dos fatores psicossociais na saúde no trabalho**. 2025. Disponível em <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/centrais-de-conteudo/cursos-e-eventos/Organizaoegestoainfluenciadosfatorespsicossociaisnasadenotrabalho.pdf>. Acesso em 02/12/2025.

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde. **OMS E OIT Fazem Chamado para Novas Medidas de Enfrentamento das Questões de Saúde Mental no Trabalho**. 28/09/2022 (2022). Disponível Em: <https://www.paho.org/pt/noticias/28-9-2022-oms-e-oit-fazem-chamado-para-novas-medidas-enfrentamento-das-questoes-saude#:~:text=mental%20no%20trabalho-,oms%20e%20oit%20fazem%20chamad o%20para%20novas%20medidas%20de%20enfrentamento,de%20sa%c3%bade%20mental%20no%20trabalho&text=28%20de%20setembro%20de%202022,sa%c3>

%bade%20mental%20da%20popula%c3%a7%c3%a3o%20trabalhadora. Acesso em: 07/07/2025.

OPOSIÇÃO NA ALEP. Deputada Ana Júlia denuncia epidemia de adoecimento mental dos trabalhadores do Paraná. Paraná, 06. ago. 2025. **Instagram:**

@oposicaonaalep. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNBWcl3swPj/?igsh=dXU3cTA2c3YzZmdx>.

Acesso em 27/08/2024.

PARANÁ. Conhecer e Transformar. **Site de notícias Paraná educação**, sem data. Disponível em: <https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/Pagina/Conhecer-e-Transformar>. Acesso em 27/05/2025.

PARANÁ. Educação Lança Aplicativo para Oferecer Apoio Psicológico aos Professores. **Site de Notícias SEED-PR**, 24/06/2022 (2022). Disponível Em: <https://www.educacao.pr.gov.br/noticia/educacao-lanca-aplicativo-para-oferecer-apoio-psicologico-aos-professores>. Acesso Em 16/08/2024.

PARANÁ. **Lei Estadual 14.992 de 06 de jan. de 2006**, 06/01/2006 (2006). Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14992-2006-parana-institui-o-programa-estadual-de-saude-mental-preventiva-para-professores-da-rede-publica-estadual-de-educacao-conforme-especifica>. Acesso em 08/09/2025.

PARANÁ. **Núcleos Regionais de Educação integram novos psicólogos e assistentes sociais à rede de ensino**, 17/01/2024 (2024). Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/noticia/nucleos-regionais-de-educacao-integram-novos-psicologos-e-assistentes-sociais-rede-de>. Acesso em 07/09/2025.

PARANÁ. **Quase 5 Mil Profissionais de Educação Usam App para Atendimento Psicológico Gratuito**. Agência Estadual De Notícias, SEED-PR, 07/02/2023 (2023). Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/noticia/quase-5-mil-profissionais-da-educacao-usam-app-para-atendimento-psicologico-gratuito>. Acesso em 16/08/2024.

PARANÁ. **Secretaria realiza evento sobre saúde mental**, 14/09/2011 (2011). Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/noticia/secretaria-realiza-evento-sobre-saude-mental>. Acesso em 07/09/2025.

PARANÁ. **Secretaria realiza evento sobre saúde mental**. SEED. 14/09/2011. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-realiza-evento-sobre-saude-mental>. Acesso em 12/04/2024

PARANÁ. **Seed promove lives com servidores a respeito de Saúde Mental e Inteligência Emocional**. 21/08/2020. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Seed-promove-lives-com-servidores-respeito-de-Saude-Mental-e-Inteligencia-Emocional>. Acesso em 12/04/2024

PARANÁ. **TED 202404056_TERMOS SEED BEM CUIDAR_UNICENTRO.pdf . 2024**. Disponibilizado sob demanda via protocolo digital, em 28/02/2025.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. A Relação Público/Privado e a Gestão da Educação em Tempos de Redefinição do Papel do Estado. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Público e Privado na Educação**: novos elementos para o debate. São Paulo, Xamã, 2008.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS, Vinícius Oliveira. Considerações Sobre a Subsunção Real do Trabalho Educacional. *In: Michel Goulart da Silva. (Org.). Educação e trabalho: configurações e metamorfoses no capitalismo contemporâneo*. 1ed. Foz do Iguaçu: CLAEC, 2021, v. 1, p. 7-23.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs). **Políticas públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. Introdução e cap. 1. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf. Acesso em 12/02/2025.

SEED-PR. **Planilha Levantamento de quantitativo de professores (2020-2024)**. Resposta a demanda enviada via protocolo digital.

SENADO. **Saúde Mental dos Educadores Preocupa e Motiva Nova Lei**. Setembro de 2023 (2023). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/saude-mental-dos-educadores-preocupa-e-motiva-nova-lei>. Acesso em 07/07/2025.

SERAFIM, Rodrigo Albuquerque. Elementos da Categoria Subsunção do Trabalho ao Capital em Marx. **Revista Praia Vermelha**, v. 28, n. 2, 2018.

SETI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Resposta a demanda enviada por e-mail em 24/04/2025.

SILVA, Jerto Cardoso da; *et al.* Saúde Mental, Adoecimento E Trabalho Docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, b. 27, 2023. p. E242262.

SMITH, Adam. **A Riqueza Das Nações**. 6. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. 2.V. (Textos Clássicos).

TOSTES, Maiza Vaz; *et al.* Sofrimento Mental de Professores do Ensino Público. **Saúde em Debate**, v. 42, 2018, p.87-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811607>. Acesso em: 17/08/2023.

UEL. Relatório Bem Cuidar 2022 a 2024. (2024). Resposta a demanda enviada via protocolo digital.

UNICENTRO. Relatório Bem Cuidar 2024 (2º semestre). (2025) Resposta a demanda via protocolo digital.

WHO – World Health Organization. **International Classification of Functioning, Disability and Health: ICDH-2**. Geneva: WHO, 2001.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos**. Brasília: Enap, 2014